

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)

DISSERTAÇÃO

**“DO CLERO E PARA TODO O CLERO”: A *REVISTA ECLESIASTICA*
BRASILEIRA E A REFORMA AGRÁRIA
(1950-1964)**

Bruna Marques Cabral

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)**

**“DO CLERO E PARA TODO O CLERO”: A REVISTA *ECLESIASTICA*
BRASILEIRA E A REFORMA AGRÁRIA
(1950-1964)**

BRUNA MARQUES CABRAL

Sob a Orientação da Professora
Vânia Maria Losada Moreira
e Co-orientação da Professora
Jessie Jane Vieira de Sousa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: Relações de Poder e Cultura, Linha de Pesquisa em Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Maio de 2015
Seropédica, RJ

981.062

C117d Cabral, Bruna Marques, 1985-

T "Do clero e para todo o clero": a Revista Eclesiástica Brasileira e a reforma agrária (1950-1964) / Bruna Marques Cabral - 2015.

96 f.

Orientador: Vânia Maria Losada
Moreira.

Dissertação (mestrado) -
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Curso de Pós-Graduação em
História (PPHR).

Bibliografia: f. 87-96.

1. Brasil - História - 1950-1964 -
Teses. 2. Brasil - História - Golpes
de Estado, 1964 - Teses. 3. Reforma
agrária - Igreja Católica - Séc. XX -
Teses. 4. História eclesiástica -
Brasil - Periódicos - Teses. I.
Moreira, Vânia Maria Losada, 1963-.
II. Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em
História (PPHR). III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – Mestrado e
DOUTORADO

*“DO CLERO E PARA TODO O CLERO”: A REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA
E A REFORMA AGRÁRIA (1950-1964)*

BRUNA MARQUES CABRAL

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 19/05/2015

Banca Examinadora:



Professor(a) Doutor(a) **Vânia Maria Losada Moreira**
Orientador(a) e Presidente da Banca, UFRRJ



Professor(a) Doutor(a) **Jean Rodrigues Sales - UFRRJ**



Professor(a) Doutor(a) **Maria Verônica Secreto de Ferreras – UFF**

**Dedico este trabalho à minha avó Maria,
meu pai João Carlos e minha mãe Regina
Célia: meus amores eternos.**

AGRADECIMENTOS

Estamos chegando ao fim de uma jornada árdua, caracterizada pela conciliação entre o Mestrado e o Magistério, exigindo um esforço redobrado para concluirmos esta pesquisa com êxito.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha avó Maria pela sua paciência e por ter compreendido os diversos momentos de ausência, além de ter tornado os duros dias de escrita e trabalho mais leves. Ao meu pai João Carlos e a minha mãe Regina Célia por sempre terem acreditado em mim e respeitado minhas escolhas.

Agradeço à minha orientadora Prof^a Dr^a Vânia Maria Losada Moreira por toda dedicação e paciência. E, acima de tudo, por ter me recebido de braços abertos quando os caminhos da minha vida acadêmica se mostraram tortuosos. Ao longo destes dois anos, só fez aumentar o respeito pela sua intelectualidade e senso de humanidade.

À Prof^a Dr^a Jessie Jane Vieira de Sousa, pela amizade, atenção, afeto e porque esteve presente em mais uma etapa importante da minha carreira acadêmica na condição de co-orientadora deste trabalho. Muito obrigada pelo auxílio nos últimos dez anos; todos os nossos laboratórios, pesquisas e conversas foram de extrema importância para minha formação.

Destaco os apontamentos feitos pelo Prof^o Dr. Jean Rodrigues Sales e pela Prof^a Dr^a Márcia Maria Menendes Motta no exame de qualificação que aportaram o rumo certo para a redação final desta dissertação.

Agradeço aos meus colegas de turma do PPHR – UFRRJ por ter dividido minhas angústias e também avanços na pesquisa, especialmente: Ayalla Oliveira, Cristiane Coimbra e Wallace Magalhães.

RESUMO

CABRAL, Bruna Marques. “Do clero e para todo o clero”: *Revista Eclesiástica Brasileira e a Reforma Agrária (1950-1964)*. Seropédica, RJ. 96p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015.

Este trabalho tem como objetivo compreender as estratégias de intervenção política e social adotadas por setores da Igreja Católica, especialmente em questões relativas à vida do campo e à melhor reforma agrária a ser feita no país. Por meio da análise de textos e artigos veiculados na *Revista Eclesiástica Brasileira*, durante o período de 1950 a 1964, buscaremos entender a trajetória institucional do periódico, os projetos e concepções políticas de Reforma Agrária expressos nele e responder algumas questões que foram colocadas durante a investigação: como a *R.E.B.* e seus colaboradores receberam as encíclicas da Igreja? Como seus editores e colaboradores se posicionaram frente aos principais acontecimentos políticos do período entre 1950 e 1964? Como enfrentaram o intenso debate sobre a questão agrária? Quais as propostas de Reforma Agrária foram defendidas na *R.E.B.*?

Palavras-chave: Igreja Católica, *Revista Eclesiástica Brasileira*, Reforma Agrária.

ABSTRACT

CABRAL, Bruna Marques. “**From the clergy and all the clergy**”: *Revista Eclesiástica Brasileira and Agrarian Reform (1950-1964)*. Seropédica, RJ. 96 p. Dissertation (MA in History, Power Relations, Work and Cultural Practices). Institute of Humanities and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015.

This study aims to understand the political and social intervention strategies adopted by sectors of the Catholic Church, especially in matters concerning the life of the field and the best land reform to be made in the country. Through the analysis of texts and articles published in the *Revista Eclesiástica Brasileira* during the period 1950-1964, we will seek to understand the institutional trajectory of the journal, projects and Agrarian Reform of political views expressed in it and answer some questions raised during the investigation: as the *R.E.B* and his collaborators received the encyclicals of the Church? As their editors and contributors were positioned opposite the main political events of the period between 1950 and 1964? How faced intense debate on the agrarian question? Which proposals for agrarian reform were challenged at the *R.E.B*?

Keywords: Catholic Church, *Revista Eclesiástica Brasileira*, Agrarian Reform.

LISTA DE SIGLAS

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER – Campanha Nacional de Educação Rural
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FAGO – Frente Agrária Goiana
FAP – Frente Agrária Paranaense
GRET – Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA – Instituto de Investigações e Ciências Agrárias
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LEC – Liga Eleitoral Católica
MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
OEA – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
REB – Revista Eclesiástica Brasileira
SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SAR – Serviço de Assistência Rural
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – A IGREJA CATÓLICA E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	14
1.1 – Igreja e desafios da modernidade.....	14
1.2–Primeira proposta de reforma agrária da Igreja Católica no Brasil (1950).....	20
1.3–Pronunciamentos católicos em relação à política agrária (1951-1952).....	23
1.4–Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (PTB-SP).....	26
1.5–Proposta de reforma agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil.....	28
1.6–Projeto de reforma agrária do governo João Goulart.....	31
1.7–Estatuto da Terra: Primeira lei de reforma agrária no Brasil.....	36
CAPÍTULO II – A REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA (R.E.B.) E A QUESTÃO AGRÁRIA.....	42
2.1– <i>R.E.B.</i> : Origem e principais características.....	42
2.2–A recepção das encíclicas na <i>Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.)</i>	46
2.3–A <i>R.E.B.</i> reaviva a sua memória.....	52
CAPÍTULO III – IGREJA E ESTADO: R.E.B. E AS ESTRATÉGIAS CATÓLICAS PARA REFORMA AGRÁRIA.....	56
3.1–A <i>R.E.B.</i> e o contexto agrário brasileiro.....	56
3.2–A inserção dos agentes pastorais e a formação de líderes em defesa da reforma agrária.....	64
3.3–O Movimento de Educação de Base e as Escolas Radiofônicas.....	70

3.4–As Frentes Agrárias e o processo de sindicalização rural	76
3.5–A Igreja, o golpe de 1964 e o Estatuto da Terra.....	81
CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

INTRODUÇÃO

A presente dissertação objetiva compreender, por meio de textos e artigos veiculados na *Revista Eclesiástica Brasileira*, durante o período de 1950 a 1964, as estratégias de intervenção política e social adotadas por setores da Igreja Católica, especialmente em questões relativas à vida do campo e à sua concepção sobre a melhor reforma agrária a ser feita no país.

Analisaremos os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referentes às suas preocupações com o meio rural e à recepção de tais encíclicas publicadas no periódico¹. A fonte preferencial a ser usada será a *Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.)*² para a compreensão dos discursos supracitados. O periódico foi fundado pelo Frei Thomas Borgmeier³, no ano de 1941, com o intuito de ser um elo entre o clero brasileiro, que se encontrava disperso pelo território nacional, o que resultava em grande dificuldade de comunicação. A revista serviu, especialmente, como um espaço de debates, no qual padres, freis e teólogos expuseram suas reflexões acerca de diversos temas atinentes à vida da Igreja, tais como teologia, espiritualidade e realidade sócio religiosa.

Em nossa pesquisa, buscaremos entender a trajetória deste periódico, e, mais especificamente, explorar como o tema da Reforma Agrária foi expresso nele. Graças a isso, será possível responder algumas questões que foram colocadas neste trabalho: como a *R.E.B.* e seus colaboradores receberam as encíclicas? Como se posicionaram, no período por nós estudado (1950-1964), em relação ao debate da questão agrária? Quais as propostas de Reforma Agrária defendidas na *R.E.B.*?

No primeiro capítulo, faremos uma breve análise sobre a história da Igreja e os desafios enfrentados na modernidade e, além disso, buscaremos compreender o posicionamento da instituição católica frente aos diversos projetos de reforma agrária então em disputa, no qual movimentos sociais e partidos políticos ofereceram à sociedade brasileira, entre 1950 e 1964, um conjunto variado de interpretações e soluções para o problema agrário.

No segundo capítulo, analisaremos este periódico no tocante à questão agrária. Deste modo, examinaremos a sua origem, seus editores, seus propósitos, seu público alvo e, para tanto, o perfil de seus colaboradores mais frequentes, bem como as principais características da revista. Em seguida, voltaremos nossa atenção para a recepção das encíclicas pelos colaboradores da *R.E.B.* e como elas foram relacionadas ao debate sobre a reforma agrária, com o intuito de buscar soluções para os problemas do meio rural brasileiro. Além disso, destacaremos alguns artigos, no qual demonstram a preocupação da *R.E.B.* em manter acesa a sua memória e o seu lugar no mundo católico.

O terceiro capítulo terá como escopo principal avaliar a cobertura da *R.E.B.* sobre a questão agrária no período em foco. O destaque serão as estratégias propostas por esferas da Igreja Católica para implementar o seu projeto de reforma agrária no Brasil. Nesse sentido, examinaremos os textos do periódico para evidenciar o projeto de inserção de agentes pastorais no mundo rural. Na seção seguinte, abordaremos o Movimento de Educação de Base e as Escolas Radiofônicas, que não serviram apenas para alfabetizar a população, mas também

¹É importante ressaltar que, no período por nós estudado, foram promulgadas diversas encíclicas, como: *Humani Generis* (1952), *Ecclesiam Suam* (1964). No entanto, optamos por analisar a *Mater et Magistra* (1961) e a *Pacem in Terris* (1963) e as predecessoras *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), por trabalharem a questão social no meio rural.

²A Igreja Católica possui diversos veículos de comunicação, no entanto, utilizarei a *Revista Eclesiástica Brasileira*, uma vez que tem sido uma fonte pouco analisada na compreensão das questões políticas do período estudado.

³Frei Thomas Borgmeier nasceu na cidade de Bielefeld na Alemanha, em 1892. Durante dez anos, foi colaborador assíduo da revista “Vozes de Petrópolis”, publicando diversos artigos sobre Física, Biologia, dentre outros. Disponível em: <www.franciscanos.org.br> Acesso em: 26 ago.2014.

para introduzir os valores cristãos em assuntos considerados cruciais. Em seguida, apreciaremos a sindicalização rural e a criação das Frentes Agrárias como mecanismos utilizados pela Igreja Católica a fim de promover os interesses dos cultivadores da terra e sua inserção no corpo da nação, como membros influentes e organismos atuantes. Assim, demonstraremos o interesse das Frentes em arregimentar os trabalhadores e levá-los a participar da vida pública e econômica, mediante a organização de sindicatos de assalariados rurais e de pequenos proprietários.

No que concerne ao nosso corte cronológico, ele começa em 1950, ano de publicação da Carta Pastoral “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” e termina em 1964, com a elaboração do Estatuto da Terra.

Enfim, procurarei ao longo deste trabalho elucidar as questões aqui lançadas, contribuindo para um melhor entendimento da trajetória da *Revista Eclesiástica Brasileira*, e, sobretudo, explorar como o tema da Reforma Agrária apareceu nela, no período por nós estudado.

CAPÍTULO I – A IGREJA CATÓLICA E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

1.1 Igreja e desafios da modernidade

Referência fundamental desse estudo é Roberto Romano⁴, que interpreta a Igreja Católica como um “Corpo Místico”, isto é, como uma instituição dotada de uma coerência própria e que possui um projeto teológico-político⁵. Por tal razão, para o autor, a Igreja não pode ser interpretada exclusivamente como um instrumento ideológico do Estado, pois é uma instituição que estabelece alianças de cunho temporal tendo em perspectiva a ideia de salvação espiritual do ser humano.

Ao examinarmos a historiografia sobre o tema, percebemos em Bruneau⁶ um viés institucional ao analisar o processo histórico da Igreja Católica no Brasil. A ideia substancial desse pensamento é, segundo Mainwaring⁷, aquela que abrange as transformações ocorridas nas instituições, com o objetivo de defesa de seus interesses e de expansão de sua influência. Concordamos com Jessie Jane V. de Sousa⁸, para quem as análises institucionais deixam de perceber os divergentes modelos de Igreja, os diversos interesses em jogo e os processos de hierarquização dos mesmos.

Apesar de perspectivas metodológicas diferentes, tanto Bruneau⁹ quanto Mainwaring¹⁰ partem do mesmo problema, isto é, a relação da Igreja com a política. Os autores supracitados não procuram enxergar a instituição católica como um “Corpo Místico”, portador de uma verdade transcendente. Além disso, ao congregar determinados elementos novos vivenciados no seu tempo, o faz para se fortalecer e, por conseguinte, pode-se interpretar que o objetivo da Igreja é trazer o Estado para lutar, apoiar ou, no mínimo, não se interpor aos seus interesses.

Nesta perspectiva, podemos entender a Igreja Católica como uma instituição que se “move no tempo com um profundo sentido de permanência”.¹¹ A partir disso, reconhecemos a sua capacidade e interesse de se adequar às questões de seu tempo.

Ao final do século XIX e início do XX, a Igreja enfrentou graves desafios à sua inserção na modernidade. E foi marcada por uma profunda insatisfação das classes

⁴ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

⁵A definição do projeto teológico-político para conceituar a ação da Igreja Católica foi inaugurada por Roberto Romano em sua obra *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979. Posteriormente, Jessie Jane Vieira de Sousa (2002) também o adota. Esse conceito será igualmente assumido em nossa pesquisa por compreendermos que os projetos desenvolvidos pela Igreja Católica tinham fins no campo do transcendente, e que, ao serem circunscritos exclusivamente à esfera política, são obscurecidos elementos importantes que dão significado à sua essência.

⁶BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

⁷MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁸SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica”. *Vitória: Revista do Departamento de História da UFES*, 1998, p.01-32.

⁹BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974. Nesta obra, o autor elabora uma profunda análise da Igreja Católica no Brasil e suas múltiplas relações externas e internas. Bruneau se propõe a investigar a natureza e a dimensão das modificações vivenciadas pela instituição católica no referido período.

¹⁰MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Mainwaring também analisa as alterações ocorridas na Igreja no Brasil. O marco cronológico (1916-1985) que se inicia com a chamada Igreja da Neocrisandade vai até a construção da Igreja Popular. O autor busca compreender as mudanças da Igreja no Brasil, levando em consideração as transformações ocorridas na Igreja internacional e as vivenciadas pela sociedade brasileira.

¹¹ROMANO, *Op. Cit.*, p. 22.

trabalhadoras, devido aos péssimos salários e às condições desumanas a que eram submetidas no ambiente de trabalho, inclusive, as crianças e as mulheres.

Nesta conjuntura, o Papa Leão XIII¹² priorizou a questão social, sendo o seu foco as relações de exploração dos operários pela burguesia, sob a égide do liberalismo, interpretado como anticristão e individualista. Assim, foi promulgada a encíclica *Rerum Novarum*¹³, no ano de 1891, na qual a Igreja se pronunciou pela primeira vez sobre as relações entre capital e trabalho. Vejamos:

Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.¹⁴

A partir da Doutrina Social Cristã, ainda sob o papado de Leão XIII, os Papas subsequentes dialogariam com as forças vigentes no tocante às lutas entre capital e trabalho. Entretanto, com o crescimento dos conflitos sociais, das organizações operárias e dos partidos socialistas, na primeira metade do século XX, a instituição católica passaria a criticar menos o capitalismo, sobretudo no que concernem às desigualdades sociais, e mais o comunismo. Tal sistema foi amplamente combatido, em função da iminência de Revoluções Socialistas, nos padrões da que ocorreu em 1917 na Rússia. Deste modo, o temor da Igreja frente à possível “Revolução” obteve força em 1959, com a Revolução Cubana e posteriormente o ingresso de Cuba no Bloco Socialista (1961).¹⁵ De acordo com Rodeghero¹⁶, ao longo do século XX, o combate ao comunismo foi um dos ingredientes do discurso e da prática da instituição católica no Brasil, onde: “visava combater uma série de manifestações identificadas ao comunismo, da mesma forma que permitia à Igreja reservar um espaço importante de participação na discussão dos rumos políticos do País.”¹⁷

Não cabe nesse trabalho uma análise histórica apurada de uma trajetória da Igreja no Brasil. Para os fins propostos nesta pesquisa, é relevante apenas situar a conjuntura na qual o

¹²O Papa Leão XIII nasceu em 1810 e foi ordenado sacerdote em 1837. Posteriormente, em 1843, foi indicado Núncio Apostólico da Bélgica. Em 1846 tomou posse como Arcebispo da região de Perugia, Itália. Foi eleito Papa em 1878 e o fim do seu pontificado foi em 1903. Um dos seus momentos de destaque foi a promulgação da encíclica *Rerum Novarum*, referente à questão social. Disponível em:

<<http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt.html>> Acesso em: 10 dez. 2014.

<<http://cleofas.com.br/historia-da-igreja-de-leao-xiii-a-pio-xii-1878-1939/>> Acesso em: 10 dez. 2014.

¹³A presente encíclica foi promulgada pelo Papa Leão XIII em 1891, e foi a primeira a abordar a questão social na formação da Doutrina Social da Igreja. No entanto, devemos ressaltar que não era a primeira vez que a Sé Apostólica intervia em defesa dos interesses materiais dos menos favorecidos. Outros documentos de Leão XIII haviam preparado o caminho; entretanto, a *Rerum Novarum* foi uma síntese orgânica dos princípios católicos no campo econômico-social. Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

¹⁴Encíclica *Rerum Novarum*. Disponível em:

<www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerumnovarum_po.html>

Acesso em: 27 jan. 2014.

¹⁵No que concerne ao anticomunismo católico no Brasil, apresentamos uma vasta bibliografia, no entanto destacamos os seguintes trabalhos: BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974; MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002; SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁶RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n.44, 2002, p.463-488.

¹⁷*Ibidem*, p.480.

projeto de reforma agrária da Igreja se inseria, e, portanto destacamos a perspectiva de M. Lowy¹⁸. Segundo este autor, desde a Segunda Guerra Mundial, estavam sendo geradas no seio da Igreja novas correntes teológicas que propunham outras formas de cristianismo social (padres operários) com maior abertura para as ciências sociais e a filosofia moderna. Foi sob o pontificado de João XXIII¹⁹ (1958-1963) e o Concílio Vaticano II²⁰ (1962-1965) que estas novas orientações se legitimaram.

Segundo Mainwaring²¹, a Igreja no Brasil nos anos de 1960 encontrava-se dividida em diferentes perspectivas. Os tradicionalistas defendiam que a Igreja deveria seguir no combate à secularização, assim como no fortalecimento da presença da instituição católica na sociedade. Os modernizadores conservadores sinalizavam a necessidade de mudança da Igreja e se preocupavam em desenvolver organizações leigas e meios de atingir o povo. Já os reformistas compartilhavam da preocupação dos modernizadores conservadores, embora defendessem um trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz.

No que concerne ao Brasil, foi criada, em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)²², que se dedicou aos estudos sobre os mais relevantes pontos da realidade brasileira da época, como a reforma agrária, a postura da instituição perante a opinião pública e as influências das estruturas sociais na vida religiosa do povo brasileiro²³. Nesse sentido, foi publicado na seção “Crônica Eclesiástica”, da *Revista Eclesiástica Brasileira*, o texto escrito pelo redator, Frei Boaventura Kloppenburg²⁴, “A reunião dos arcebispos do Brasil no Rio de Janeiro”²⁵. O manifesto de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira* de dezembro de 1952. Vejamos:

Trata-se de um órgão que visa articular, com oportunidade e eficiência a ação de todo o Episcopado Nacional, em problemas importantes e de interesse comum a todas as dioceses brasileiras. Entidades congêneres existem na França, Alemanha e Estados Unidos, sendo ela de especial utilidade no Brasil, em vista da extensão do nosso território, da dificuldade dos meios de comunicação e do elevado número de

¹⁸LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹⁹Nasceu em 1881 na Itália e tornou-se franciscano em 1897. De 1901 a 1905, foi aluno do Pontifício Seminário Romano. Foi secretário do Bispo de Bérgamo, diretor espiritual do Seminário de Bérgamo, delegado apostólico na Turquia e na Grécia, núncio apostólico em Paris. Em 1958, foi eleito Sumo Pontífice. O seu pontificado, que durou menos de cinco anos, foi marcado pela promulgação das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, além da convocação do Concílio Vaticano II. Disponível em:

<http://www.vatican.va/news_services/liturg/saints/ns_lit_doc_20000903_john-xxiii_po.html> Acesso em: 10 dez. 2014.

²⁰Podemos dizer que o Concílio Vaticano II foi a mais ampla reforma da história da Igreja, a fim de tornar o catolicismo relevante em um mundo moderno que se encontrava em rápida transformação. Nesse sentido, o Vaticano II aprovou medidas como a missa nas línguas nacionais, uma maior ênfase nos leigos, na justiça social e nos direitos humanos. Inspirada no novo espírito criado pelo Concílio Vaticano II, a Igreja Católica no Brasil busca se aproximar da religiosidade popular. Para um aprofundamento, ler: AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

²¹MAINWARING, *Op. Cit.*, 1989.

²²Inicialmente, haveria poucas assembleias, que envolviam, de início, apenas os cardeais e os arcebispos, excluindo os bispos, não permitindo a criação de um laço estável entre o conjunto de bispos no país e nem a formação de um rosto próprio da Igreja no Brasil. Ver: BEOZZO, José Oscar. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Paulinas, 1985.

²³Nesse momento, passou a existir uma voz autorizada como Igreja no Brasil. Mas antes já existiam organizações nacionais e veículos, como a revista *A Ordem*, por onde eram publicadas as diretrizes que deveriam ser seguidas.

²⁴Foi um bispo católico brasileiro nascido em 1919 na Alemanha, sendo o segundo bispo da Diocese de Novo Hamburgo. Foi professor de Teologia Dogmática; redator da *Revista Eclesiástica Brasileira*; reitor do Instituto Teológico-Pastoral; Perito nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e Perito na Comissão Teológica do Concílio Vaticano II. Disponível em: <www.franciscanos.org.br> Acesso em: 26 ago. 2014.

²⁵KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A reunião dos arcebispos do Brasil no Rio de Janeiro. In: *R.E.B.*, v.12, fascículo 04, dez. 1952, p. 990-991. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01,03.

circunscrições eclesiásticas, pois o território nacional está dividido em nada menos de 117 Arquidioceses, Dioceses e Prelazias. A Conferência Nacional dos Bispos, agora instalada e representada por uma Comissão Permanente e servida por um Secretariado Geral. A Comissão Permanente tem como membros natos os Cardeais Brasileiros e, como membros eleitos por seis anos, três Arcebispos. Para esta primeira Comissão Permanente foram, portanto, eleitos os seguintes três Arcebispos: Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, Dom Mário de Miranda Vilas Boas, Arcebispo de Belém, e Dom Antônio de Almeida Morais, Arcebispo de Recife. Para Presidente da Comissão foi eleito sua Eminência o Senhor Cardeal de São Paulo. O Secretariado Geral ficou a cargo de Dom Helder Câmara, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro. Foi resolvido que a Conferência Nacional dos Bispos terá a sua primeira reunião ordinária em Belém do Pará, de 17 a 20 de Agosto de 1953.²⁶

A Igreja defendia seus interesses, à luz das novas encíclicas que retomavam os pontos da *Rerum Novarum*, como a *Quadragesimo Anno*²⁷, que convidava os católicos a se comprometerem com a questão social: “enquanto as grandes fortunas se acumulam nas mãos de poucos ricos, para provar à evidência que as riquezas, produzidas em tanta abundância neste nosso século de industrialismo, não estão bem distribuídas pelas diversas classes da sociedade”.²⁸

Nesse contexto, Mainwaring²⁹ afirma que a politização da pobreza levou a novas formas de ação e intervenção social da Igreja Católica. Observemos o que diz o autor a esse respeito:

A pobreza impulsionou a Igreja nordestina a mudar; na medida em que a doutrina social da Igreja se desenvolvia, era mais provável que viesse a ser implantada onde houvesse maior injustiça. Mas a pobreza por si só não explica a nova visão de fé da Igreja. O Nordeste é pobre desde a segunda metade do século XIX, mas foi somente durante a década de 50 que a Igreja demonstrou uma preocupação maior com esse problema. Mais relevantes para a mudança do que a pobreza foram as lutas sociais da região, que tornaram a Igreja mais consciente da realidade que as classes populares enfrentavam.³⁰

Para o autor, portanto, foi principalmente devido ao crescimento das lutas sociais no Nordeste que a Igreja brasileira intensificou na questão social regional, e não em razão da pobreza, muito mais antiga e conhecida por todos. O posicionamento dos bispos do Nordeste em relação à importância da ação e do planejamento do Estado, nesta região, torna-se evidente na seguinte passagem de Roberto Romano³¹: “Para os bispos, antes de 1964, a libertação econômica do povo passaria necessariamente pelos fatores do desenvolvimento nacional:

²⁶ *Idem*.

²⁷ Encíclica criada pelo Papa Pio XI em comemoração ao quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum*. Na encíclica *Quadragesimo Anno*, o Papa insistiu no direito e dever da Igreja de prestar a sua contribuição para a solução dos problemas sociais mais graves; confirmou os princípios fundamentais e as diretrizes históricas da encíclica leonina e aproveitou para desenvolver o pensamento social cristão, atendendo às novas condições dos tempos. No que concerne à propriedade privada, Pio XI tornou a afirmar o seu caráter de direito natural, e acentuou o seu aspecto e a sua função social. Disponível em:

www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html.> Acesso em: 27 jan. 2014.

²⁸ Encíclica *Quadragesimo Anno*. Disponível em:

www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

²⁹ MAINWARING, *Op. Cit.*, 1989.

³⁰ *Ibidem*, p. 115.

³¹ ROMANO, *Op. Cit.* 1979.

planejamento e ação do Estado na economia da região, acompanhados de largo consenso político no país”.³²

Ao analisarmos a citação acima, compreendemos que a Igreja buscava erigir um consenso sobre a origem dos problemas econômicos e sociais do nosso país, sugerindo meios para solucioná-los, especialmente o “desenvolvimento nacional” a partir da ação do Estado.

É esclarecedor como a encíclica *Mater et Magistra*.³³, por ocasião dos 70 anos da *Rerum Novarum*, atualizava os princípios da Doutrina Social à luz da conjuntura dos anos de 1960. Vejamos como a carta reafirmava e adaptava a *Rerum Novarum*. Observemos os itens 09 e 13 da carta de João XXIII:

9. E hoje, apesar de ter passado tanto tempo, ainda se mantém real a eficácia dessa mensagem, não só nos documentos dos papas sucessores de Leão XIII, os quais, quando ensinam em matéria social, continuamente se referem à encíclica leonina, ora para nela se inspirarem, ora para esclarecerem o seu alcance, e sempre para estimular a ação dos católicos; mas até na organização mesma dos povos. Tudo isso mostra como os sólidos princípios, as diretrizes históricas e as paternais advertências contidas na magistral encíclica do nosso predecessor conservam ainda hoje o seu valor e sugerem, mesmo, critérios novos e vitais, para os homens poderem avaliar o conteúdo e as proporções da questão social, tal como hoje se apresenta, e decidir-se a assumir as responsabilidades daí resultantes.

13. Enquanto, em mãos de poucos, se acumulavam riquezas imensas, as classes trabalhadoras iam gradualmente caindo em condições de crescente mal-estar. Salários insuficientes ou de fome, condições de trabalho esgotadoras, que nenhuma consideração tinham pela saúde física, pela moral e pela fé religiosa. Sobretudo inumanas as condições de trabalho a que eram frequentemente submetidas as crianças e as mulheres. Sempre ameaçador o espectro do desemprego. A família, sujeita a contínuo processo de desintegração.³⁴

Ao lermos a encíclica na íntegra, observamos a reflexão da Igreja frente aos problemas sociais, sobretudo, às desigualdades oriundas do capitalismo, e a ênfase em alguns pontos essenciais: 1) as atividades econômicas deveriam basear-se na harmonia entre iniciativa privada e poder público; 2) a preocupação com o bem-estar material da população; 3) a reafirmação da propriedade privada³⁵ seria um bem natural de sua função social, exigindo o esforço para que chegasse a todos; 4) a agricultura.

O Papa João XXIII focava nas questões do subdesenvolvimento e das desigualdades entre os países e propunha uma ordem econômica mundial voltada para a dignidade de toda a população. A defesa da justiça e da valorização do homem, da “natureza humana”, segundo este Papa, independia das ideologias e das crenças. Este era o tom da Doutrina Social da Igreja, que ressoaria forte na América Latina, principalmente entre os membros do “cristianismo da libertação”³⁶.

³²*Ibidem*, p.32.

³³O objetivo central da encíclica consistiu em lançar um olhar sobre os problemas da vida social contemporânea, desde as primeiras luzes do ensinamento do Papa João XXIII, a fim de formular um conjunto de observações que compõem um programa. Deste modo, trata-se de resolver os problemas temporais, a partir da Doutrina Social Católica. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 28 jan. 2014.

³⁴Encíclica *Mater et Magistra*. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 28 jan. 2014.

³⁵Segundo a encíclica, o direito de propriedade mesmo sobre bens produtivos, apresenta valor permanente, pelo fato de ser um direito natural fundado sobre a propriedade ontológica e finalista de cada ser humano em relação à sociedade.

³⁶Movimento social e político que mobilizou a cultura religiosa e a prática política e de fé. Segundo Lowy, a ideia principal desse movimento é a “opção pelos pobres” e suas principais características são: a libertação humana histórica, a crítica social e moral do capitalismo, a releitura da Bíblia a partir da ideia de libertação e a

No caso brasileiro, a historiografia indica que a chamada “Igreja dos pobres” reuniu alguns setores da CNBB e leigos católicos e assumiu uma dinâmica própria. O ativismo político e religioso que marcou o ambiente cristão nesse momento pode ser buscado através do chamamento feito pela Ação Católica nos anos de 1930; como se sabe, foram os diversos ramos da Ação que se radicalizavam a partir dos anos de 1950 e que foram os protagonistas dos movimentos sociais ativos no campo católico e, por sua vez, terminaram constituindo as bases teológicas necessárias à produção da teologia da libertação, dentre as quais, podemos destacar os seguintes grupos: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Nos anos de 1960, tais movimentos entraram em contato com alguns bispos progressistas, como Dom Helder Câmara³⁷ e formaram um canal leigo católico na sociedade, em prol da justiça social.³⁸

Nas próximas seções, pretende-se explorar e compreender os diversos projetos de reforma agrária, sugeridos e defendidos entre 1950-1964, que movimentos sociais, classes e partidos políticos ofereceram à sociedade brasileira — como interpretação da realidade nacional e solução do problema agrário.³⁹

Devemos ressaltar que a temática da reforma agrária possui uma longa trajetória de debate no processo histórico brasileiro. Em 1844, Joaquim Nabuco já defendia a necessidade de uma reforma rural. Na década seguinte, foi votada a Lei de Terras. Tal lei estipulava que a única maneira de adquirir a terra seria pela compra. A historiografia apresentou uma tendência de interpretar a lei como fruto do conservadorismo. Assim, sob a ótica de José Honório Rodrigues⁴⁰, perdeu-se uma ocasião de realizar-se a reforma agrária. Em contrapartida, Márcia Motta⁴¹ adverte sobre a complexidade da lei, que não deve ser interpretada única e exclusivamente como resultado da vontade dos latifundiários.

Contudo, a Lei de Terras não provocou uma distribuição da propriedade fundiária, e, após a Segunda Guerra Mundial, a questão da concentração de terras e da necessidade de uma melhor distribuição delas voltou com grande força. Foram apresentadas à sociedade brasileira diversas propostas e projetos de lei, cuja finalidade era buscar uma saída legal para a enorme pressão exercida pelos movimentos camponeses. É importante observar que se trata de um período de ascensão das lutas pela terra em todo o território, dando origem à criação de movimentos camponeses articulados em âmbito nacional e com formação de uma consciência

utilização do marxismo como instrumento de análise da realidade. Para uma maior compreensão, ver: LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000.

³⁷Hélder Pessoa Câmara nasceu no dia 7 de fevereiro de 1909 em Fortaleza (CE). Ordenou-se padre em 1931 e no mesmo ano organizou a Juventude Operária Cristã.

Em 1947 o padre Hélder organizou o secretariado nacional da Ação Católica Brasileira (ACB). Este movimento tinha por objetivo integrar leigos e a Igreja, e fora implantado no Brasil em 1935 pelo Cardeal Leme. Nomeado primeiro assistente-geral da ACB, cargo que ocuparia até 1962, a partir de 1949, o padre Hélder dirigiu a *Revista Catequética*, colaborando também com as revistas *Ação Católica*, *Assistente Eclesiástico* e *Revista Eclesiástica Brasileira*.

Em 1952, padre Hélder foi eleito bispo-auxiliar no Rio de Janeiro. No mesmo ano foi eleito secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 31 jul. 2014.

³⁸Recomendo substancialmente BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974 e MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

³⁹É importante ressaltar que, no período por nós estudado, existiram diversos projetos de reforma agrária, no entanto, optamos por alguns textos que representaram vontades coletivas de partidos e, sobretudo, de movimentos sociais.

⁴⁰RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

⁴¹MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

de classe entre homens e mulheres do meio rural brasileiro. Exemplo disso foram as Ligas Camponesas⁴²; a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)⁴³; o Movimento de Agricultores Sem Terra (Master)⁴⁴; e a Frente Agrária Católica⁴⁵ (articulação de camponeses organizada pelas dioceses locais), entre outros

1.2- Primeira proposta de reforma agrária da Igreja Católica no Brasil (1950)

Em relação à primeira proposta de reforma agrária defendida pela Igreja Católica no Brasil, é bom ter em mente que, apesar de a instituição ser um tanto conservadora, quando o que estava em questão era os direitos de propriedade, havia na Igreja amplos setores que vislumbravam a necessidade de uma mudança radical na estrutura fundiária do país, como a única forma de evitar o agravamento dos conflitos no campo.

A I Semana Ruralista da Diocese de Campanha (MG), ocorrida em 1950, é um bom exemplo. Durante o evento, reuniram-se em torno de 60 párocos rurais, 250 fazendeiros, mais de 270 professores, além de religiosos representando os estabelecimentos de ensino secundário, cuja maioria dos alunos provinha da zona agrícola. Nesse contexto, Dom Inocêncio Engelke⁴⁶ escreveu a carta pastoral “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a

⁴²As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas em Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade entre 1955-1964. Para uma maior compreensão desta temática, recomendo a leitura das seguintes obras: RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte, Esperança da Vida: A história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 2000. STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil (volume 4). História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano (volume 03)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-271.

⁴³A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi fundada em São Paulo, em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Ela foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. No início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel essencial nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade. Consultar o seguinte site: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/glossario/ultab>> Acesso em: 06 ago. 2014.

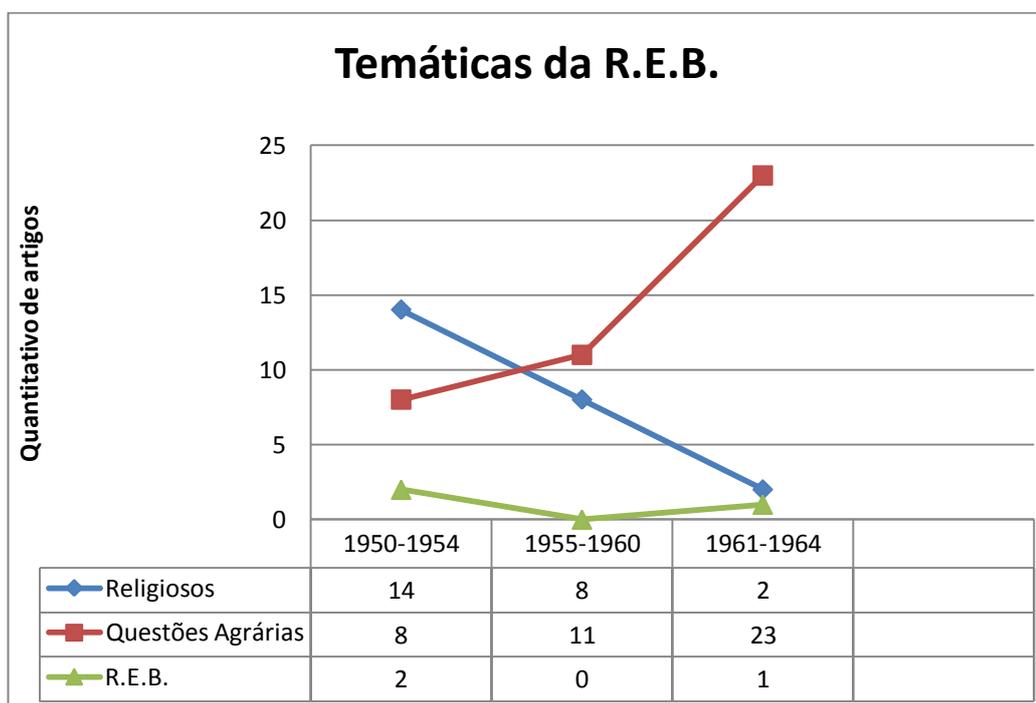
⁴⁴O Movimento de Agricultores Sem Terra (Master) foi um dos grandes movimentos sociais camponeses brasileiros nos anos de 1960. O Master surgiu como uma iniciativa de membros do PTB gaúcho, com a liderança do governador Leonel Brizola. E conseguiu mobilizar mais de cem mil pequenos agricultores e agricultores sem terra entre os anos de 1960 e 1964. Segundo Eckert, os Sem Terra no Rio Grande do Sul surgiram a partir de duas situações: alto índice de concentração da terra no estado e pelo esgotamento da fronteira agrícola. Portanto, essas duas causas teriam determinado uma dificuldade real a pequenos agricultores e seus filhos de terem acesso a terra. Para maiores informações, recomendo a leitura: COSTA, Luiz Flavio de Carvalho (org.). *O Congresso nacional camponês: Trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda e Editora da UFRJ (Eduer), 2010. ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

⁴⁵As Frentes Agrárias buscavam nos ensinamentos do Evangelho, das Encíclicas Papais e nos textos de ideólogos da Igreja Católica, a orientação para solucionar os problemas econômicos e sociais. Portanto, a instituição católica agiria como mediadora do conflito, posto que teria como função a interposição entre as classes para se levar ao consenso de como caminharia a problemática agrária. Ver: BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: EDUEL, 2009.

⁴⁶O bispo de Campanha (MG) nasceu em 11 de março de 1881, na cidade de Joinville (SC). Em 1924, foi nomeado Bispo Titular de Trapezópolis e Coadjutor de Dom Ferrão, em Campanha. Foi sagrado Bispo por Dom João Francisco Braga em 22-01-1925, tomando posse da Diocese no dia seguinte. Em seu fecundo episcopado em Campanha, realizou muitas obras de vulto, destacando-se a construção de um novo prédio para o Seminário Diocesano, onde se formaram 56 sacerdotes do Clero Secular. E de grande destaque em todo o país, foi a carta “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”. Consultar o site: <<http://www.diocesedacampanha.org.br/portal/a-diocese/os-antigos-bispos-e-administradores/76.html>> Acesso em: 06 ago. 2014.

reforma rural”⁴⁷, caracterizada por um estilo conservador e preventivo, haja vista que tanto a Igreja quanto os proprietários de terra possuíam inquietações em relação aos camponeses.

A Igreja acreditava que, ao migrar para os grandes centros urbanos, os trabalhadores teriam uma enorme probabilidade de tornarem-se comunistas. Enquanto isso, os fazendeiros estavam muito mais preocupados com a perda de mão-de-obra barata para seus negócios. Ao pesquisarmos a nossa principal fonte – *Revista Eclesiástica Brasileira* –, não encontramos a referida carta pastoral em nenhuma seção do periódico, o que nos permite pensar que, nesse primeiro momento, a *R.E.B.* esteve mais preocupada com os assuntos religiosos em detrimento das temáticas temporais. Mas, à medida que o debate agrário foi “engrossando” e “esquentando” em nossa sociedade, a questão agrária ganhou destaque na revista. Como podemos elucidar através do gráfico a seguir:



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira*, volumes: 10 ao 24, correspondentes aos anos de 1950 a 1964, pesquisados na Biblioteca Nacional.

Gostaríamos de salientar que o descritor “Religiosos” inclui as seguintes temáticas: assuntos religiosos de uma forma geral; CNBB; Encíclicas e o Concílio Vaticano II; o descritor “Questões Agrárias” abrange assuntos como: Ligas Camponesas; Francisco Julião; Frentes Agrárias; Educação Radiofônica; Problemas rurais e Reforma Agrária; por último, o descritor “R.E.B.” refere-se aos textos sobre o próprio periódico.

Através do gráfico, observamos que, no período por nós estudado, ocorreu um decrescente interesse em relação aos temas religiosos e, em contrapartida, um aumento em relação aos assuntos relacionados à questão agrária. Isso nos mostra que, à medida que o debate agrário “ganhou força” em nossa sociedade, a temática agrária passou a ter destaque na revista.

Segundo o bispo Engelke, havia em especial dois fatores que estavam contribuindo para despovoar o campo: o precário sistema escolar, que levava ao desenraizamento dos filhos

⁴⁷ENGELKE, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (MG – 10/09/1950) In: Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. *Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 43-53.

de fazendeiros; e o serviço militar realizado em quartéis urbanos, responsável por habituar os sertanejos nas cidades. Vejamos:

Há, é exato, fatores que estão ajudando a despovoar o campo. Dois, entre outros, merecem destaque: o atual sistema escolar, marcadamente o ginásio que funciona em zona rural de modo artificialíssimo e tem como consequência inevitável o desenraizamento dos filhos de fazendeiros; e o serviço militar feito em quartéis urbanos – sem o antigo reconhecimento do trabalho agrícola como atividade de interesse para a defesa nacional, sem os antigos tiros de guerra com sede nos municípios – que está viciando na vida fácil das cidades os sertanejos arrancados ao trabalho do interior.⁴⁸

O documento também expressava o receio de a Igreja Católica deixar de exercer influência no meio rural. Nesse sentido, o bispo fazia alertas, sublinhando a necessidade de precipitar-se às reformas sociais no campo, para que a Igreja não perdesse o operariado rural, pois sentia que já havia perdido o urbano.

Ficou célebre a confissão corajosa de Pio XI: “O maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária”.

O Santo Padre pensava, sobretudo, nos operários das fabricas. É o caso de concluirmos, com coragem cristã, o pensamento do Pontífice: “Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural”. (...) Adianta pouco afirmar que, mesmo precária, a situação do trabalhador rural ainda é incomparavelmente melhor do que a do operário das cidades. Sem dúvida se nota que as desilusões pululam entre os que se deixam seduzir pela miragem dos grandes centros urbanos.

O fato que se põe, brutal, a nossos olhos é o êxodo rural. Fosse um paraíso o interior, e a atração das cidades arrastaria apenas os aventureiros e não como está sucedendo, famílias inteiras, populações inteiras.

E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inverter coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais... antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja.

Não leveis, com vossa atitude, à ideia errada de que o comunismo tem razão quando afirma ser a religião uma força burguesa. O cristianismo não se contenta com vossas esmolas – exige de vós justiça para vossos trabalhadores. Dai-lhes uma condição humana e cristã.⁴⁹

A carta expõe as preocupações que, nas décadas seguintes, formarão o centro das inquietações de amplos setores da Igreja: o êxodo rural; os efeitos desagregadores da vida na cidade; o perigo do comunismo; e a agitação política no campo.

A defesa da execução de um programa mínimo de ação social está claramente exposta no documento e foi vista como uma forma de oferecer uma vida mais justa e humana aos trabalhadores rurais. Assim: “Sem elevar certas classes da lavoura a um nível mais humano de vida, difícil senão impossível se torna o trabalho de apostolado a se exercer objetivando a preservar e aprimorar a formação cristã de nossa gente das granjas, sítios e fazendas”.⁵⁰

Há de se destacar a compreensão e abertura com que os sacerdotes, professores e fazendeiros, reunidos na I Semana Ruralista da Diocese de Campanha, olharam para a questão

⁴⁸ENGELKE, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (MG – 10/09/1950) In: Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. *Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 44-45.

⁴⁹*Ibidem*, p. 44-46.

⁵⁰*Ibidem*, p. 47.

da reforma agrária. Contudo, trataram o tema dentro dos limites amplos traçados pelo pensamento social da Igreja. Desta forma, os seminaristas defendiam:

Ser inadiável humanizar a vida do colono, a quem deveriam ser concedidos, além de uma participação indireta nos lucros extraordinários das empresas agrícolas, condições para que tenham real acesso à propriedade privada, legítima aspiração a que tem direito toda família do agricultor sem terras, especialmente num país e em Diocese qual a nossa, onde ainda há, graças a Deus, muitas áreas economicamente desaproveitadas ou parcialmente exploradas.⁵¹

A reforma proposta visava, substancialmente, a seleção e a formação de líderes rurais, com o intuito de manter sob o controle da Igreja o imenso proletariado rural. Assim, a instituição acreditava que os camponeses, apoiados na ação e na palavra de elementos do meio católico, conseguiriam defender-se mais facilmente das ideias externas ao meio campesino. Nesse sentido, a formação de lideranças visava combater uma possível revolução comunista e contribuir para que o mundo agrícola fosse mais consciente do importante papel que exerce em âmbito nacional.

Só assim, apoiado na ação e na palavra de elementos tirados de seu meio, nos quais deposita toda a sua confiança, o homem do campo poderá defender-se contra as perigosas seduções daqueles que enxergam nele um caldo de cultura fecundo para o bacilo das agitações e das revoluções violentas, poderá contribuir para que sua numerosa classe venha a colocar-se em igualdade de condições com as demais classes dos setores urbanos.⁵²

Ao longo da carta pastoral, foram salientadas algumas medidas consideradas fundamentais para uma reforma social agrária cristã. Dentre as quais, ressaltamos:

(...) promover a difusão do ensino escolar adaptado às necessidades do homem do campo, proporcionar-lhe ensino técnico agrícola, garantir-lhe a necessária assistência médico-hospitalar, assegurá-lo contra os acidentes de trabalho e contra a velhice e a invalidez, proporcionar-lhe o crédito rural baseado no trabalho e na honradez, facilitar-lhe o acesso à propriedade da terra para o cultivo, dar-lhe formação espiritual que o habilite a nortear pela fé as transformações sociais que vão surgir, eis os pontos fundamentais para uma séria reforma social agrária que há de permitir a recuperação humana e cristã do trabalhador rural.⁵³

Diante da ameaça de “ideias exógenas” ao meio rural brasileiro – tais como o ateísmo materialista –, a Igreja procurou manter sua influência, utilizando como estratégia a mudança social.⁵⁴ Nesse sentido, a instituição buscou se aliar aos camponeses e defender as causas destes trabalhadores visando outros interesses que estavam para além da instância da promoção da justiça social.

1.3 - Pronunciamentos católicos em relação à política agrária (1951-1952)

Após a I Semana Ruralista da Diocese de Campanha, os bispos das dioceses de Natal, Moçoró e Caicó realizaram, entre 22 e 27 de janeiro de 1951, na cidade de Jundiá, a I Semana Rural, na qual contaram com a participação de professores, fazendeiros, sacerdotes, trabalhadores rurais, bem como com equipes de técnicos do Serviço de Informação Agrícola

⁵¹*Ibidem*, p. 48.

⁵²*Ibidem*, p. 50.

⁵³*Ibidem* p. 51.

⁵⁴BRUNEAU, *Op. Cit.*, p.142.

(SIA), chefiado pelo Dr. João Gonçalves⁵⁵, e da Ação Católica Brasileira, chefiada pelo Monsenhor Helder Câmara.

A carta pastoral “Problema rural” foi um dos frutos desta semana e também consequência de um processo de atividades desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Rural (SAR), sob a liderança do Padre Eugênio Sales⁵⁶. A pastoral supracitada foi norteadada pela concepção da existência de uma polarização cidade-campo, aquela representando, de um modo geral, valores negativos como mundanidade e barulho; e o campo associado às imagens de paz, inocência e simplicidade. É importante ressaltar outras interpretações, além da expressa na referida carta pastoral. Em relação às representações do campo e da cidade, destacamos que o campo também era visto como um lugar de atraso, de ignorância; enquanto a cidade poderia ser considerada como o centro de realizações, de comunicações.⁵⁷

No mesmo ano, foi lançada a Pastoral Coletiva “Ante os problemas atuais”. Baseando-se nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, a pastoral dedicou um capítulo especial à reforma agrária.

Segundo os bispos brasileiros, a Igreja Católica não poderia ser indiferente à discussão da reforma agrária, por ser uma questão inevitável e complexa, em um país com dimensões continentais como o Brasil. E, em conformidade com esse ponto de vista, citaram o Papa Pio XII: “o homem deve ter sob seu domínio não somente os produtos da terra, como também a própria terra.”⁵⁸ E ainda:

Esta propriedade particular é de modo todo especial o fruto natural do trabalho, o produto de uma intensa atividade do homem, que a adquire graças à enérgica vontade de assegurar e desenvolver, com o próprio esforço, a sua existência pessoal e a de sua família, e criar para si e para os seus um domínio de justa liberdade, não somente em matéria econômica, como em matéria política, cultural e religiosa.⁵⁹

⁵⁵ João Gonçalves de Sousa nasceu em Lavras da Mangabeira (CE) no dia 20 de agosto de 1913, filho de pequenos agricultores.

Assessor técnico do Ministério da Agricultura para problemas de economia rural, integrou o grupo que fez o estudo preliminar dos municípios sob a influência da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, como base para a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Além disso, foi secretário executivo da Comissão Nacional de Política Agrária e presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). Por fim, dirigiu o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da União Pan-Americana e o Programa de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos (OEA). Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 17 out. 2014.

⁵⁶ Eugenio de Araújo Sales nasceu no dia 8 de novembro de 1920 em Acari (RN). Ordenou-se sacerdote em novembro de 1943 e foi nomeado vigário-cooperador da paróquia de Nova Cruz, em Natal. Fundou em 1948 o Serviço de Assistência Rural (SAR), difundindo em Natal e no interior do estado os Centros Sociais da Comunidade, destinados a prestar serviços de assistência religiosa e social. Em março de 1959, esteve presente, com outros clérigos e políticos nordestinos, numa reunião convocada pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek (1956-1961), para debater problemas crônicos do Nordeste e encontrar caminhos para o combate à seca e para a necessidade de se fixar o homem à terra. Na reunião, foram encampadas as ideias básicas do I Encontro de Bispos do Nordeste e foi criado o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), transformado meses depois na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Ainda em 1959, Dom Eugênio criou no Rio Grande do Norte a Emissora de Educação Rural — responsável pelo lançamento de um programa de alfabetização rural. Foi eleito, em 1961, secretário da regional Nordeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Consultar o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro no seguinte site: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 31 jul. 2014.

⁵⁷ Para uma maior compreensão das representações da cidade e do campo, ver: WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁵⁸ COSTA, Dom João Portocarrero; DANTAS, Dom Marcolino e DELGADO, Dom José. “Problema Rural” (Natal, 1951). In: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. *Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 55.

⁵⁹ *Idem*.

Os bispos reafirmaram a *Rerum Novarum*, quando esta torna explícito que “via de regra, somente a estabilidade proporcionada pela posse de bens de raiz faz da família a célula mais perfeita e mais fecunda da sociedade, pois que tal posse reúne, em coesão progressiva, as gerações atuais e as futuras.”⁶⁰ A partir desse documento, três ideias básicas se destacaram. Primeira: a terra é um direito individual, na qualidade de propriedade, mas possui uma função social⁶¹. Segunda: ela é, concomitantemente, o elemento estabilizador da família e da sociedade. E, terceira, antes de ser realizada uma reforma agrária, seria necessário uma preparação dos proprietários rurais, a fim de entravar uma possível ação comunista.

Tais ideias compunham o corolário doutrinário das correntes religiosas e políticas que advogavam uma reforma agrária sem alterar o sistema capitalista. A propriedade particular, sob a exploração familiar, tornou-se o objetivo maior de transformação da estrutura fundiária. Deste modo, visava-se impedir outras formas de exploração da terra, sobretudo, a coletiva e a extensão da proletarianização da força de trabalho rural. Logo, para o episcopado, a ação preventiva contra a germinação do socialismo exigia a defesa de uma reforma agrária assentada na constituição de uma classe média rural.

Entre os dias 21 e 26 de julho de 1952, realizou-se a Primeira Semana Rural do Clero Paulista, com o intuito de focalizar, de forma prática e eficiente, os problemas que afligiam o homem do campo. Na seção “Crônica Eclesiástica”, da *R.E.B.*, pode-se ler:

Nos dias dessa palpitante Semana ocupou-se o tempo todo em estudos especializados sobre comunidade rural, imigração, problemas sociais do interior paulista, problemas familiares, problemas da reforma agrária, o solo e sua conservação, técnicas modernas na lavoura, indústrias domésticas, problemas de crédito agrário, problemas sanitários do interior, as doenças da roça, a alimentação do homem rural, aspectos da profilaxia rural, o problema médico do interior, o cooperativismo, educação rural, o serviço social, missões rurais, clubes agrícolas, problemas e aspectos variados da zona rural, aspectos técnicos da lavoura de mistura com os aspectos assistenciais, religiosos e morais. Todos esses assuntos foram acompanhados pelos seminaristas com vivo interesse e debatidos com ardor por vezes acalorado. Mas tinha-se a impressão de que se assentavam bases seguras de um futuro promissor não só para nossa vida agrícola e produtora, mas, sobretudo pela redenção moral dos nossos trabalhadores rurais. Encerrou-se a Semana com a presença do Exmo Sr. Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e do Exmo Sr. Governador do estado, Prof. Dr. Lucas Nogueira Garcez.⁶²

⁶⁰*Ibidem*, p. 56.

⁶¹A ideia de função social surgiu da noção de que, enquanto um ser vivente em sociedade, o homem deveria empregar esforços no sentido de contribuir para o bem estar do coletivo em detrimento dos interesses estritamente individuais. Nesse sentido constrói-se a teoria da função social segundo a qual “todo indivíduo tem o dever social de desempenhar determinada atividade, de desenvolver da melhor forma possível sua individualidade física, moral e intelectual, para com isso cumprir sua função social da melhor maneira” (FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin. *A propriedade no Direito Ambiental*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 83.).

Trazendo a teoria supracitada para o âmbito do direito de propriedade, evoca-se o dever atribuído ao proprietário de fazer uso de seus bens, de modo a cumprir uma função social, ou seja, que o exercício do direito de propriedade corresponda aos parâmetros morais e legais estabelecidos, a fim de contribuir para o interesse coletivo. Para uma maior compreensão, ler: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: Ensaios da sociologia da História lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

⁶²KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Primeira Semana Rural do Clero Paulista. In: *R.E.B.*, v. 12, fascículo 03, set. 1952, p. 715-716. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 03.

O Clero Paulista preocupava-se em debater os problemas da comunidade rural, a fim de melhorar o ambiente campestre, e, sobretudo, realizar uma reforma moral para extirpar os pretextos para uma possível revolução camponesa.

As propostas e conclusões da Primeira Semana Rural do Clero Paulista testemunham que, como observou Leonilde Servolo de Medeiros⁶³, a Igreja Católica defendia a reforma agrária no mesmo registro que diversas forças sociais a situavam: deveria ser acompanhada de uma política agrícola adequada e de medidas complementares, sendo uma saída para a crise política, econômica e social do país. Assim, a redistribuição fundiária aumentaria a produtividade, a oferta de alimentos para o consumo interno, diminuindo a inflação e o custo de vida; e ainda geraria mais empregos e evitaria o êxodo rural.

1.4 - Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (PTB-SP)

Em 1954, foi apresentado um projeto de reforma agrária pelo deputado Coutinho Cavalcanti⁶⁴ (PTB-SP), sendo os pressupostos fundamentais: condicionar o direito de propriedade à produtividade econômica do imóvel; promover a justa distribuição da propriedade; utilizar técnicas modernas; elevar os índices de produtividade da terra, aumentando o volume geral da produção, quantitativa e qualitativamente; proteger os recursos e as riquezas naturais do solo; combater o latifúndio e o minifúndio; introduzir novos métodos de assistência técnica e social aos agricultores; adotar normas protetoras para o trabalho rural; melhorar a organização do crédito agrícola; e, por fim, promover todas as medidas a fim de evitar que o proprietário rural, principalmente o pequeno, se proletarizasse e, para isto, medidas positivas de proteção deveriam ser estabelecidas pelo Instituto Agrário.⁶⁵

No que concerne ao levantamento de terras suscetíveis à desapropriação social, o artigo 70, do capítulo II, estabelecia a seguinte ordem para que as Comissões Agrárias Municipais realizassem o processo de desapropriação social:

- 1) as incultas, suscetíveis de um cultivo permanente em extensão superior a 30% de sua área total; 2) as mal cultivadas; 3) as beneficiadas por obras públicas ou sociais; 4) as exploradas sistematicamente em regime de arrendamento ou renda fixa, durante um período mínimo de cinco anos; 5) as situadas nas proximidades dos centros populosos e que não estejam sendo intensiva e racionalmente explorada; 6) as destinadas às edificações de armazéns, instalações industriais de conservação e beneficiamento da produção, de colônias-escolas, de estações experimentais, de

⁶³MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões*. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2014.

⁶⁴Joaquim Nunes Coutinho Cavalcanti nasceu no dia 1º de maio de 1906 em Recife (PE). Formou-se pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais em 1932 e radicou-se em seguida em São José do Rio Preto (SP). Cirurgião, no pleito de outubro de 1934, foi eleito vereador à Câmara Municipal, exercendo o mandato de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país. Em outubro de 1950, candidatou-se a uma cadeira na Câmara dos Deputados, pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN). Eleito, deixou a prefeitura de São José do Rio Preto, assumindo uma cadeira na Câmara em fevereiro do ano seguinte. Em 1958, candidatou-se como deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e saiu vitorioso. Consultar o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em 31 jul. 2014.

⁶⁵Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (PTB-SP). Parte Segunda- Do plano geral da reforma agrária. Capítulo I – Das finalidades. Publicado no *Diário do Congresso*, em 14 de maio de 1954. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAI1954.pdf#page%3D2671>> Acesso em: 17 abr. 2014.

postos agropecuários e de outras obras e serviços de interesse comum para a economia rural.⁶⁶

Ao lermos o artigo 79, percebemos que o referido projeto considerava justa a indenização, para os fins de desapropriação do imóvel rural, o valor declarado pelo proprietário. Seguindo essa lógica:

Art. 83. Antes de proceder à desapropriação, as Comissões Agrárias Municipais procurarão, por todos os meios, um ajuste amigável, ficando a avaliação do imóvel, em qualquer caso, sujeita às normas do art. 79.

Art. 84. As terras que as Comissões Agrárias Municipais adquirirem, para os fins da Reforma Agrária, deverão ser economicamente exploráveis. Nenhuma aquisição a título oneroso será feita sem que preceda o devido estudo técnico, que comprove esse requisito.⁶⁷

Em relação à temática da “justa indenização”, devemos ressaltar o artigo de Vânia Moreira⁶⁸, no qual se evidencia como era complicado medir a indenização naquela época, posto que os proprietários, para não pagar impostos, declaravam um valor muito baixo para as suas propriedades. Nesse sentido, o deputado Osvaldo Lima Filho⁶⁹ (PTB-PE) apresentava uma visão ácida sobre a formação da estrutura agrária nacional, baseada na histórica prática do roubo de terras através de cercamentos, grilagem e expulsões dos camponeses.⁷⁰

De acordo com Moreira⁷¹, a revisão da estrutura fundiária ganhava corpo no interior do debate nacionalista. Portanto, a reforma agrária relacionava-se com o projeto de industrialização e também com a ideia de melhorar o padrão de vida dos camponeses. Segundo a autora, recomendava-se a colonização das áreas classificadas como “vazios demográficos”, além da recolonização das áreas já ocupadas.

As Comissões Agrárias estaduais ou territoriais, em cooperação com as municipais, deveriam distribuir aos proprietários de imóveis rurais formulários para serem preenchidos,

⁶⁶Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (PTB-SP). Parte Segunda- Do plano geral da reforma agrária. Capítulo II – Das terras. Artigo 70. Publicado no *Diário do Congresso*, em 14 de maio de 1954. Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAI1954.pdf#page%3D2671>> Acesso em: 17 abr. 2014.

⁶⁷Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (PTB-SP). Parte Segunda- Do plano geral da reforma agrária. Capítulo III- Da desapropriação. Artigos 83 e 84. Publicado no *Diário do Congresso*, em 14 de maio de 1954. Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAI1954.pdf#page%3D2671>> Acesso em: 17 abr. 2014.

⁶⁸MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. *Revista Brasileira de História*, volume 18, n. 35, 1998, p. 329-360.

⁶⁹Osvaldo Cavalcanti da Costa Lima Filho nasceu no dia 26 de abril de 1921, em Santo Agostinho do Cabo, atual Cabo (PE). Foi membro, entre 1937 e 1938, da Ação Integralista Brasileira (AIB); no ano seguinte, entrou para a Faculdade de Direito de Recife. Em 1944, foi nomeado promotor público de Surubim (PE) e, em outubro do mesmo ano, foi convidado a chefiar a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, de Pernambuco.

Com o fim do Estado Novo (1937-1945), foi um dos organizadores do Partido Social Democrático (PSD) em Pernambuco. Após a deposição do presidente Getúlio Vargas, em outubro de 1945, foi afastado da DOPS. Em 1947, elegeu-se deputado estadual por Pernambuco na legenda do PSD, participando da elaboração da Constituição estadual. Em 1950, ingressou no Partido Social Progressista (PSP), reelegendo-se deputado estadual em outubro. Em 1954, conquistou uma cadeira na Câmara dos Deputados, ainda pelo PSP. Reeleito deputado federal por Pernambuco em 1958, no final do ano seguinte, ingressou oficialmente no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1963, assumiu o Ministério da Agricultura. Após, o golpe de 1964, deixou aquela pasta e retornou à Câmara dos Deputados, onde pronunciou um discurso acusando as Forças Armadas de pretender instalar uma ditadura no país. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/osvaldo_lima_filho> Acesso em: 23 set. 2014.

⁷⁰MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. *Revista Brasileira de História*, volume 18, n. 35, 1998, p. 321.

⁷¹*Ibidem*, p. 329-360.

onde existiriam as seguintes perguntas: área da propriedade em hectares e localização do imóvel; tipo de cultura, qualidade das terras que o compõem; valor oficial para efeitos fiscais; preço de aquisição do imóvel na última transmissão de domínio e valor venal do imóvel para todos os fins estabelecidos nesta lei.⁷²

No que tange à distribuição de terras, o projeto de Cavalcanti incentivava a aquisição e a exploração econômica da pequena propriedade. No entanto, só poderiam adquirir lotes de terra os agricultores que não possuíssem terras ou tivessem parcelas consideradas pequenas e antieconômicas para a exploração agrícola. Sendo assim, teriam preferência para aquisição ou arrendamento dos lotes, sucessivamente:

Art. 107:

- 1- o proprietário do imóvel desapropriado;
- 2- os que nele trabalhavam, quer como arrendatários, parceiros ou assalariados;
- 3- os que tenham completado pelo menos um ano em escolas de agricultura ou em Centros Agrícolas, quer como trabalhadores ou arrendatários;
- 4- os que trabalhavam em outro imóvel rural;
- 5- os que, a qualquer título, tenham prática em trabalhos agrícolas.⁷³

Além disso, o Instituto Agrário e as Comissões Agrárias Municipais, isoladamente ou em regime de cooperação, estabeleceriam Centros Agrícolas em áreas de terras de mais de duzentos hectares. Com isso, visava-se: educar a população rural para capacitá-la a tornar-se proprietária da terra e adquirir independência produtiva e econômica; a industrialização agrícola; a produção em grande escala de acordo com as necessidades do consumo das cidades próximas; a povoação de regiões desabitadas; a mecanização progressiva e a formação de núcleos de experimentação.⁷⁴

1.5 - Proposta de reforma agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil

No mesmo período, ocorreu a primeira proposta de reforma agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil, a qual congregou representantes das principais organizações, como: Ligas Camponesas, ULTAB e Master-RS. Desta forma, os camponeses se reuniram no I Congresso Nacional de Lavradores Agrícolas, em 1961, com o escopo de manifestar a necessidade de uma reforma agrária. Os camponeses argumentavam que a sua proposta não poderia ser confundida com as medidas “paliativas” sugeridas pelas “forças retrógradas da nação”, cujo objetivo era adiar a liquidação da propriedade latifundiária:

A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir e organizar as forças nacionais que desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil (...) a reforma agrária não poderá ter êxito se não partir da cultura imediata e da mais completa liquidação dos monopólios da terra exercidos

⁷²Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (PTB-SP). Parte Segunda– Do plano geral da reforma agrária. Capítulo IV – Do valor do imóvel rural. Artigo 85. Publicado no *Diário do Congresso*, em 14 de maio de 1954. Consultar o seguinte sítio eletrônico:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAI1954.pdf#page%3D2671>> Acesso em: 17 abr. 2014.

⁷³Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (PTB-SP). Parte Segunda– Do plano geral da reforma agrária. Capítulo VI – Da distribuição de terras. Seção I – Normas gerais. Artigo 107. Publicado no *Diário do Congresso*, em 14 de maio de 1954. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAI1954.pdf#page%3D2671>> Acesso em: 17 abr. 2014.

⁷⁴Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (PTB-SP). Parte Segunda– Do plano geral da reforma agrária. Capítulo VI– Da distribuição de terras. Seção IV– Dos Centros Agrícolas. Artigo 135. Publicado no *Diário do Congresso*, em 14 de maio de 1954. Consultar o seguinte sítio eletrônico: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAI1954.pdf#page%3D2671>> Acesso em: 17 abr. 2014.

pelas forças retrógradas do latifúndio e o consequente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra para os que a queiram trabalhar.⁷⁵

Definindo-se como “radical”, a reforma agrária defendida no congresso diferenciava-se das demais porque colocava no horizonte de luta a “completa liquidação dos monopólios da terra”⁷⁶. Desse ponto de vista, não se trata apenas de distribuir terra, educação, financiamentos, tecnologia, etc., mas de acabar também com os latifúndios e os latifundiários. O I Congresso Nacional de Lavradores Agrícolas, após os debates travados durante a sua realização, definiu os elementos básicos que caracterizavam a situação dos camponeses e fixou os princípios gerais de uma “reforma agrária radical”. O predomínio da propriedade latifundiária e o monopólio da terra associado ao “capital colonizador estrangeiro” foram considerados os fatores responsáveis pela existência de uma estrutura agrária “retrógrada” no país. Além disso, eram também dois entraves decisivos ao “desenvolvimento nacional” e uma das formas mais evidentes de como funcionava o processo espoliativo interno.

Evidenciava-se a urgência de uma reforma agrária, com o escopo de superar o “subdesenvolvimento” crônico do Brasil, responsável pela profunda instabilidade econômica, política, social, e, sobretudo, para deter a miséria e melhorar as condições de vida das massas camponesas.

A declaração destacava a importância de uma coalizão política para que fosse possível efetuar uma reforma agrária “democrática” e “progressista”. Assim:

(...) só poderia ser alcançada à base da mais ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras do campo, fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e demais forças nacionalistas e democráticas do patriótico povo brasileiro.⁷⁷

Deste modo, os camponeses propunham o fim da concentração fundiária exercida pelos latifundiários, por considerá-la uma barreira ao desenvolvimento do Brasil. Vejamos um trecho do manifesto do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas:

A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e antisociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país.⁷⁸

Para os movimentos supracitados, a realização de uma “reforma agrária radical” exigia uma política agrária capaz de solucionar questões que atendessem às necessidades dos trabalhadores agrícolas e dos lavradores, e pressupunha:

- a) Modificação do artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, no qual estabelecia a “indenização prévia, justa e em dinheiro” para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Tal dispositivo deveria ser eliminado – seguindo a lógica das organizações camponesas – determinando que as indenizações fossem feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis em prazo longo e a juros baixos.
- b) Realização de um levantamento cadastral das propriedades com áreas superiores a 500 hectares.

⁷⁵ Trecho da declaração sobre o caráter da Reforma Agrária no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. *Revista Estudos Sociais*, v. 3, nº 12. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, abr. 1962, p. 433. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), Laboratório de Pesquisa Social – IFCS-UFRJ. Cód. R- 205.

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 435.

⁷⁸ *Idem*.

- c) Desapropriação, pelo governo federal, das terras não aproveitadas em propriedades com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas.
- d) Adoção de um plano para regulamentar a indenização em títulos federais da dívida pública, em longo prazo e a juros baixos, das terras desapropriadas.
- e) Cadastro das terras devolutas.
- f) Atualização dos títulos de posse da terra.
- g) Em relação ao imposto territorial, este deveria ser progressivo, através de uma legislação tributária que, dentre outras coisas, estabelecesse: isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola e aumento de sua incidência sobre a grande propriedade agrícola.
- h) Regulamentação da venda, concessão em usufruto ou arrendamento das terras desapropriadas aos latifundiários, cabendo ressaltar que em nenhum caso poderiam ser feitas concessões cuja área fosse superior a 500 hectares, tampouco inferior ao mínimo vital às necessidades da pequena economia camponesa.
- i) As terras devolutas fossem propriedade da União, estados ou municípios, deveriam ser concedidas gratuitamente, salvo exceções de interesse nacional, aos que nelas almejassem efetivamente trabalhar.
- j) Proibição da entrega de terras públicas àqueles que pudessem utilizar para fins especulativos.
- k) Outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem.
- l) Formação de núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa.⁷⁹

Além das medidas sobreditas, o Estado deveria elaborar um plano de fomento da agricultura que assegurasse preços mínimos, compensadores nas fontes de produção; transporte eficiente; concessão de crédito aos pequenos cultivadores, proprietários ou não, combatendo o favoritismo aos grandes fazendeiros.

Dentro dessa conjuntura, a Igreja Católica demonstrava a sua preocupação e descontentamento com os movimentos sociais de esquerda, que visivelmente propunham uma reforma agrária muito diferente daquela circunscrita aos limites da Doutrina Social da Igreja. Por isso, em 1961, foi publicada a seguinte crônica na *R.E.B.*:

É preciso que agricultores e homens do campo não se iludam com a finalidade desses congressos, que recebem nomes pomposos e exibem atraentes programas, mas que não passam de verdadeiros engodos para os incautos e desprevenidos colonos, que vivendo, não raro, em condições intoleráveis de miserabilidade, se lançam numa aventura perigosa, com esperanças de dias melhores e mais compensadores. Atrás de tudo isso, porém, está a mão refalsada de inimigos da Pátria, da Família e da Religião. Não serão as doutrinas marxistas, ateias e desumanas, que irão salvar o homem do campo e o operário de um País cristão e de tradições pacíficas como é o Brasil. Aí está a doutrina social da Igreja, consubstanciada na *Rerum Novarum*, na *Quadragesimo Anno* e, agora, na oportuníssima *Mater et Magistra*, de João XXIII, capaz de resolver todos os problemas que afligem o homem do trabalho em nossa querida Pátria.⁸⁰

Portanto, a reforma agrária era, nos anos 1950 e 1960, um tema importante da agenda nacional e, mais ainda, extremamente controverso e politicamente explosivo, pois vários projetos de como implementá-la no país estavam em disputa.

⁷⁹*Ibidem*, p. 436-437.

⁸⁰MORAIS, Dom Antônio. A ofensiva das Ligas Camponesas. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set.1961, p. 780. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

1.6 - Projeto de reforma agrária do governo João Goulart

Em uma conjuntura em que o tema das reformas sociais mobilizava parte da Igreja Católica e diferentes segmentos da sociedade brasileira, João Goulart realizou, em março de 1964, o Comício na Central do Brasil, onde anunciou as “Reformas de Base”.

O presidente acreditava que, por meio de uma série de reformas (dentre as quais: a reforma agrária, tributária e a eleitoral ampla), a economia voltaria a crescer e diminuiria as desigualdades sociais. Contudo, os grupos conservadores, incluindo as alas mais conservadoras da Igreja, que não era uma instituição nada homogênea do ponto de vista político e social, utilizaram o comício para acusar Jango de “comunista”. Jango pronunciou o seguinte discurso, uma vez que a proposta do PTB – segundo Lucília Delgado⁸¹ – era muito influenciada pela doutrina da Igreja, sobretudo, pelos católicos definidos como progressistas, que, através de movimentos leigos, como o da Ação Católica⁸², desenvolviam um trabalho em torno de propostas para o reformismo e justiça sociais. Vejamos um trecho do discurso pronunciado por Goulart, no Comício da Central do Brasil:

Estaríamos, assim, brasileiros, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, desta Nação e desses reclamos que, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, levantam o seu grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será o complemento da abolição do cativeiro pra dezenas de milhões de brasileiros, que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria. Ameaça à democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria do anticomunismo, insurgindo o povo até contra os grandes e iluminados ensinamentos dos grandes e santos Papas que informam notáveis pronunciamentos, das mais expressivas figuras do episcopado nacional. O inolvidável Papa João XXIII é que nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos. É dentro desta autêntica doutrina que o governo brasileiro vem procurando situar sua política

⁸¹DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

⁸²A Ação Católica Brasileira (ACB) foi instituída em 9 de junho de 1935. Os Estatutos foram inspirados nos Estatutos da Ação Católica Italiana.

Os Estatutos apontavam para a existência de Seções importantíssimas da Juventude Católica: Juventude Estudantil Católica (JEC), para a mocidade do curso secundário; Juventude Universitária Católica (JUC), só para universitários; c) Juventude Operária Católica (JOC), para a mocidade operária. A JUC e a JOC passarão a funcionar independentemente da Ação Católica Brasileira em determinadas conjunturas.

O Papa Pio XI vai procurar concretizá-la, de modo especial na Itália e no Brasil, como uma organização distinta de todas as outras organizações católicas, contando com outras auxiliares, e comportando uma estrutura própria e metodologia correspondente, a qual visava à colaboração ou participação do leigo no apostolado da hierarquia da Igreja.

No Brasil, também antes da instituição oficial do modelo italiano, em 1935, surgem, em diversas regiões do país, núcleos de militantes cristãos, por exemplo, a Juventude Feminina Católica (JFC), criada sob o estímulo e a animação do Padre João Batista Portocarrero Costa, em Recife.

Além de Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo, formam-se grupos da JFC em Minas Gerais e no Ceará. No Rio de Janeiro, lançada pelo Centro Dom Vital, surge, em 1930, a Ação Universitária Católica (AUC).

Oficializada a Ação Católica Brasileira, os núcleos de militantes cristãos foram se desenvolvendo de forma desigual. A Ação Católica por meio específico (operária, estudantil, universitária, agrária e independente) – chamada também de Ação Católica Especializada – no setor de jovens, foi se firmando cada vez mais. Para um maior aprofundamento do tema, ler: BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974. COSTA, Marcelo Timotheo. *Um Itinerário no século: mudanças, disciplinas e ação em Alceu Amoroso Lima*. São Paulo: Edições Loyola, 2006. E consultar o seguinte site, do Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP: <http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao_catolica_brasileira.html> Acesso em: 10 dez.2014.

social, particularmente no que diz respeito à nossa realidade agrária. O cristianismo nunca foi o escudo para privilégios condenados pelo Santo Padre, nem também, brasileiro, os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo e as suas aspirações mais legítimas. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria.⁸³

Definindo a reforma agrária como um “complemento da abolição do cativo”⁸⁴, o presidente Jango situou a questão na longa duração da experiência histórica dos brasileiros; e, citando o Papa João XXIII e a Doutrina Social da Igreja, ele marca o lugar da reforma agrária defendida por seu governo como sendo análoga aos ideais de justiça social da Igreja. Jango também enceta uma crítica dura à parte da Igreja e dos católicos que estava usando os seus “rosários (...) contra a vontade do povo e as suas aspirações mais legítimas”⁸⁵.

O presidente procurou diferenciar a concepção de reforma agrária de seu governo e aquela que estava presente na Constituição do país, mais próxima a um “negócio agrário”:

Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e em dinheiro, é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso, o decreto da Supra não é a reforma agrária.⁸⁶

Para Jango, a reforma agrária era uma necessidade de todos os povos do mundo, além de ser uma imposição para as economias industriais, pois poderia promover o alargamento do mercado interno e dar fôlego para aumentar a produção urbana e industrial. Dentro dessa lógica, Vânia Moreira⁸⁷ ressalta que, desde a era Vargas, a colonização e a reforma agrária eram interpretadas como fatores indispensáveis à modernização da agricultura, à formação de um mercado interno consumidor e à industrialização do país. Neste sentido, a reforma agrária era mister para o desenvolvimento econômico e social do Brasil⁸⁸. No discurso do presidente, por ocasião do Comício da Central do Brasil, ele afirmou:

A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui, no Brasil, constitui a legenda mais viva da esperança do nosso povo, sobretudo daqueles que labutam no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver (...). Assim, a reforma agrária é indispensável, não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas, também, para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano.

Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria, e no bem-estar do seu povo(...). O que estamos pretendendo fazer no Brasil, pelo caminho da reforma agrária, não é diferente, pois,

⁸³Trecho do discurso do presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964. Citado na íntegra por FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.284.

⁸⁴*Idem*.

⁸⁵*Idem*.

⁸⁶*Ibidem* p.287.

⁸⁷MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. *Revista Brasileira de História*, volume 18, n. 35, 1998, p. 329-360.

⁸⁸No entanto, observamos em nosso país que a chegada do capitalismo no meio rural não foi suficiente para acabar com o meeiro, por exemplo.

do que se fez em todos os países desenvolvidos do mundo. É uma etapa de progresso que precisamos conquistar e haveremos de conquistar (...). A reforma agrária só prejudica uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida.⁸⁹

No dia 13 de março de 1964, o presidente Goulart apresentou o decreto nº 53.700⁹⁰, no qual declarou ser de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais e as terras beneficiadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade. Isso não era pouca coisa. No governo anterior, de Juscelino Kubitschek, foram construídas estradas no país, valorizando imensas partes do interior. Segundo Vânia Moreira⁹¹, um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento industrial identificado pela equipe JK era a falta de comunicação entre as regiões industrializadas do sudeste e as zonas agroprodutoras do interior. Deste modo:

A ampliação do parque industrial brasileiro dependia, de fato, de uma maior integração nacional. No interior, existia, em potencial, um importante mercado consumidor de produtos industrializados, subaproveitado ou até mesmo não aproveitado devido à falta de meios e vias de comunicação. Sem este mercado consumidor, dificilmente salto industrial, projetado pelo nacional-desenvolvimentismo alcançaria sucesso.⁹²

No que concerne ao decreto 53.700, apresentado por João Goulart, o artigo 1º e 2º abordavam a desapropriação. Vejamos:

Art. 1º Ficam declaradas de interesse social, para efeito da desapropriação, nos termos e para os fins previstos no art. 147, da Constituição Federal, e na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, as áreas rurais compreendidas em um raio de 10(dez) quilômetros dos eixos das rodovias e ferrovias federais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União, em obras de irrigação, drenagem e açudagem.

Art. 2º Ficam excluídas das disposições desse decreto as propriedades imóveis que se enquadrem em uma das seguintes hipóteses:

- a) As que não tenham área superior a 500 (quinhentos) hectares, quando situadas ao longo dos eixos rodoviários e ferroviários, e 30 (trinta) hectares quando localizadas em terras beneficiadas ou recuperadas em virtude de obras de irrigação, drenagem e açudagem, abrangidos pelo presente decreto;
- b) As situadas em zonas urbanas ou suburbanas dos municípios, delimitadas em data anterior à deste decreto, assegurada aos municípios a faculdade de requerer à Superintendência de Política Agrária (Supra), a revisão daquelas zonas, para efeito de ampliação, a fim de atender aos seus planos administrativos;
- c) As propriedades que, embora possuindo área superior a 500 (quinhentos) ou 30 (trinta) hectares, conforme as hipóteses previstas na alínea “a” deste artigo, são ocupadas por vilas, vilarejos, povoados, arraiais ou outros núcleos populacionais;
- d) As que venham sendo social e adequadamente aproveitadas, com índices de produção não inferior à média da respectiva região, atendidas as condições naturais

⁸⁹Trecho do discurso do presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964. Citado na íntegra por FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 288-289.

⁹⁰O relator deste decreto foi o deputado Plínio de Arruda Sampaio. E o referido decreto não chegou a ser analisado pelo Congresso Nacional, em função do golpe de 1964 que, dentre outras características, fechou as instituições democráticas no país.

⁹¹MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano (Volume 03)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 157-194.

⁹²*Ibidem*, p. 176.

- de seu solo os benefícios introduzidos pelos investimentos da União em obras de irrigação e drenagem e sua atuação em relação aos mercados;
- e) As que sejam do domínio público e posse dos Estados, Distrito Federal, territórios e municípios, ou que, em virtude de autorização legislativa anterior, foram destinadas à construção de estabelecimentos militares necessários à segurança agrícola, campos de experimentação, fazendas-modelo ou em outras atividades estimuladoras do desenvolvimento agropecuário nacional;
 - f) As vinculadas às atividades industriais, na proporção em que estejam efetivamente utilizadas;
 - g) As destinadas ao aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica em virtude de autorização ou concessão federal.⁹³

No artigo 3º, referente à desapropriação para a posterior distribuição da propriedade, deliberava-se:

Art. 3º A Superintendência de Política Agrária (Supra) fica autorizada a promover, gradativamente, para execução de seus planos e projetos, as desapropriações das áreas situadas nas faixas caracterizadas neste decreto, tendo por fim realizar a justa distribuição da propriedade, condicionando seu uso ao bem-estar social, e visando especialmente:

- a) o aproveitamento dos terrenos rurais improdutivos ou explorados antieconomicamente;
- b) a fixação de trabalhadores rurais nas áreas adequadas à exploração de atividades agropastoris;
- c) a instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não seja obedecido plano de zoneamento agropecuário que vier a ser fixado pela Supra;
- d) o estabelecimento e a manutenção de colônias, núcleos ou cooperativas agropecuárias e de povoamento;
- e) a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.⁹⁴

Além disso, a Superintendência de Política Agrária (SUPRA)⁹⁵, criada em 1962, estaria autorizada a realizar convênios com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁹⁶, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da

⁹³ Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Artigo 1º e 2º. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>> Acesso em: 19 abr. 2014.

⁹⁴ Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Artigo 3º. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>> Acesso em: 19 abr. 2014.

⁹⁵ A Superintendência de Política Agrária (Supra) foi criada no governo João Goulart e tinha como escopo fundamental implementar medidas de reforma agrária no país. Portanto, o decreto da Supra autorizava a desapropriação de áreas ao longo das ferrovias, das rodovias, das zonas de irrigação e dos açudes. Para uma maior compreensão, consultar o seguinte sítio eletrônico: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango> Acesso em: 23 set. 2014.

⁹⁶ A SUDENE foi criada em 1959 durante o governo de Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista adotado no período. Portanto, o governo usaria o novo órgão como elemento de administração e planejamento dos recursos públicos, a fim de promover o desenvolvimento e diminuir as desigualdades entre as regiões geoeconômicas do país.

Por outro lado, a Igreja utilizou-se do fato de existir uma industrialização desigual no Brasil, além de persistirem estruturas rurais obsoletas na região Nordeste do país, para incentivar a criação da SUDENE, que visava modernizar a região e diminuir as diferenças socioeconômicas do país. Nesse aspecto, foram organizados pela instituição católica dois encontros no Nordeste: o de Campina Grande, em 1956, e o de Natal, em 1959. Ambos contaram com a presença de Juscelino Kubitschek. Logo, Juscelino contava com o apoio da Igreja para seus projetos de desenvolvimento – também conhecido como desenvolvimentismo – e a Igreja teria o apoio do presidente na criação da SUDENE. Ver: BENEVIDES, Maria Victoria. “O governo Kubitschek: a esperança

Amazônia (SPVEA) ⁹⁷ e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) ⁹⁸ para, com a aplicação de seus próprios recursos e dos que dispunham aqueles órgãos, promover a colonização das áreas abrangidas pelo presente decreto.⁹⁹

Logo, a SUPRA, a fim de efetuar as desapropriações facultadas por este decreto, daria prioridade às terras situadas nas regiões de maior densidade demográfica, mais próximas dos grandes centros de consumo e onde fosse verificada a existência de latifúndios improdutivos ou explorados antieconomicamente.

Jango considerava a reforma agrária fundamental para o progresso do país. Dentro da lógica de seu governo, a reforma agrária representava uma medida de justiça social, pois se ligava ao resgate de uma dívida histórica associada ao fim do cativo; e era também uma medida essencial para o capitalismo prosperar e, por conseguinte, promover ainda mais a justiça social no Brasil. Seu projeto ancorava-se na proposta de reforma agrária de seu partido, o PTB; e, muito embora fosse considerado “comunizante” por fâcias consideráveis dos conservadores e até mesmo se aproximasse da perspectiva do pensamento comunista no Brasil, não é correto, do ponto de vista histórico, assimilar a proposta do governo Jango aos interesses comunistas; pois o fim último do projeto trabalhista, segundo Lucília de Almeida Neves, estava muito mais interessado em realizar reformas de base do que preparar revoluções. Dentro dessa conjuntura, devemos ressaltar que, na década de 1960, para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a demanda por reforma agrária seria um dos passos necessários de um conjunto de transformações pelas quais o país deveria passar no processo de uma revolução democrático-burguesa. No centro dessa concepção, estava a ideia de que o campo brasileiro era fortemente marcado pela existência de restos feudais, responsáveis por um entrave no desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, o PCB acreditava que uma reorganização da estrutura fundiária, eliminando o poder dos latifundiários – representantes do “atraso” –, contaria inclusive com o apoio dos industriais.¹⁰⁰

como fator de desenvolvimento” In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 21-38.

⁹⁷Foi criada em 1953, com o objetivo de elaborar e conduzir um plano de desenvolvimento para a região. Foi uma proposta inovadora no planejamento brasileiro, ainda em seu nascedouro e sem os instrumentais e conceitos que norteariam o desenvolvimento econômico nacional. A SPVEA foi uma inovação no planejamento brasileiro, sendo uma instituição regional responsável por elaborar políticas de desenvolvimento de uma região envolvendo diversos setores da economia, unidades federativas e níveis de governo. Ver: DIESEL, Viven. *A construção das recomendações no planejamento do desenvolvimento*. Belém: UFPA/NAEA, 1999. (Tese de doutorado). MARQUES, Gilberto S. “SPVEA: O estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966)” In: *Revista Soc. Brasileira Economia Política*. São Paulo, n° 34, fev. 2013, p. 163-198.

⁹⁸A Comissão do Vale do São Francisco foi criada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 1948, operando a partir do final de 1949, visando elaborar e garantir a execução do Plano de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do Rio São Francisco, de acordo com o Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1946 e de acordo com a Lei n.541, de 15 de dezembro de 1948. Ocorreu a racionalização e planejamento aplicados a uma bacia hidrográfica, englobando áreas urbanas e rurais, de grande densidade demográfica, mas também regiões de populações mais esparsas. Para maiores informações, recomendo as seguintes leituras: ESPÍNDOLA, Haruf; OSTERBEEK, Luiz. “Os desafios da gestão integrada do território” In: *Área Domeniu*. Governador Valadares-MG: Ed. UNIVALE, v. 3, 2008, p. 19-36. PAULA, Dilma Andrade de. “A Comissão do Vale do São Francisco: Planejamento e Política Pública nas décadas de 1940-1950”. *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder*, realizado na Universidade de Sergipe, em outubro de 2010, p. 01-15.

⁹⁹Decreto n° 53.700, de 13 de março de 1964. Artigo 10. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>> Acesso em: 19 abr. 2014.

¹⁰⁰Para uma maior compreensão, recomendo a leitura: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões*. Disponível em:

<<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2014.

1.7 - Estatuto da Terra: Primeira lei de reforma agrária no Brasil

A historiografia sobre o golpe de 1964 nos mostra que um de seus objetivos era o de impedir uma revolução agrária no Brasil. O governo golpista estava motivado a intervir na questão agrária, a fim de evitar que a população rural interferisse no “pacto de classes” que sustentava o país.¹⁰¹ Para Martins¹⁰², o golpe de 1964 apresentou a finalidade de impedir a entrada dos trabalhadores rurais no processo político. Tal ingresso dos camponeses implicaria em uma redefinição do direito de propriedade no Brasil.

Assim, seguindo a linha de raciocínio de Romeiro¹⁰³, formou-se um consenso nos anos democráticos que antecederam ao golpe de 1964 a respeito da situação deplorável que se encontrava o trabalhador rural, sobre a existência de uma especulação com terras agrícolas mantidas inexploradas, bem como sobre a elevação do grau de consciência política da própria massa camponesa, que passou a representar, por isso mesmo, uma grande ameaça aos interesses tradicionais dos latifundiários do Brasil.

O conceito de propriedade privada da terra era (e continua) absoluto. Ou seja, tal como um objeto pessoal, a terra pode ser utilizada ou não, conservada ou destruída; como uma joia, pode ser entesourada ou utilizada como garantia para o acesso a novas fontes de ampliação do capital.¹⁰⁴

Em novembro de 1964, o Marechal Castelo Branco, um dos comandantes do golpe de 1964, promulgou a Lei nº 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra e que se constituiu como a primeira lei brasileira de reforma agrária. De tramitação rápida, foi analisada pelos assessores do presidente durante algumas semanas e promulgada sem passar pelo Congresso Nacional, uma vez que o Congresso já se encontrava bastante desfigurado das suas atribuições legais.¹⁰⁵

Segundo Bruno¹⁰⁶, o Estatuto da Terra, ao mesmo tempo em que impunha uma reforma agrária junto à grande propriedade fundiária, minava as possíveis bases políticas e sociais de apoio ao seu projeto reformista.

Para Regina Bruno¹⁰⁷, o governo militar tomou para si a tarefa de regular e disciplinar, ao nível institucional, a questão fundiária. Portanto, constituiu-se um Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (GRET) com a tarefa de elaborar um documento que servisse de base para a formulação do Anteprojeto do Estatuto da Terra e das Emendas Constitucionais componentes do GRET.

¹⁰¹MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

¹⁰²*Idem*.

¹⁰³ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade- UFRGS, 1994, p. 121.

¹⁰⁴*Ibidem*, p. 122.

¹⁰⁵Consultar: BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 05, nov. 1995, p.05-31. MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. Disponível em:

<<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2014. Fórum Alternativas para a agricultura brasileira – Rede Interamericana Agricultura e Democracia (Cadernos Temáticos). Rio de Janeiro: 1994. MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002. ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade- UFRGS, 1994. STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil (volume 3). Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

¹⁰⁶BRUNO, *Op. Cit.*, p.05-31.

¹⁰⁷*Idem*.

Em relação aos preceitos e direitos, observa-se que “bem-estar”, “direito à propriedade” e “função social” foram consideradas noções de valor jurídico e alcance social diferentes. O *bem-estar* foi tratado como um conceito filantrópico, de contorno vago e impreciso. Já a *função social* exigiria destaque e uma conceituação precisa, devendo assentar-se sobre o conceito de trabalho. No que tange ao *direito de propriedade*, este era amplo e restrito, pois ao passo que “a lei garante a todos o direito de propriedade, esta garantia cai por terra quando a propriedade passa a ser condicionada pela sua função social”.¹⁰⁸

Segundo Regina Bruno¹⁰⁹, o principal argumento do Estatuto da Terra, era de que o preceito constitucional de carta de 1946 não era cumprido, “isto é, que o uso da propriedade da terra fosse condicionado à sua função social.”¹¹⁰

Deste modo, o artigo 2º assegurava a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei. Sendo dever do poder público: promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil e zelar para que a propriedade desempenhasse sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização.

Regina Bruno¹¹¹ destaca que o latifúndio, independente de ser produtivo ou não, representava um grave problema. Desta forma: “O improdutivo cumpria extingui-lo progressiva e aceleradamente. Já o produtivo, quando obsoleto, na sua vertente mercantil tipo *plantation*, necessitava ser condicionada ao interesse econômico e à preservação da função social.”¹¹²

Segundo a autora, o Estatuto definiu o latifúndio com base na dimensão e na improdutividade, mas retirou do conceito os atributos outorgados pelo movimento camponês: o latifúndio como representação da violência e da sujeição. O Estatuto estabeleceu a propriedade familiar como base da reforma agrária, porém delegou à grande empresa rural a função condutora da modernização e único exemplo eficaz do uso racional da terra.

Segundo o Estatuto da Terra, a propriedade da terra desempenha a sua função social quando mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais e favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, bem como de suas famílias.¹¹³ No capítulo III, “Das terras públicas e particulares”, observamos na seção I– “Das terras públicas” que subordinaríamos itens previstos nesta lei, as seguintes: as de propriedade da União, que não tivessem outra destinação específica; as reservadas pelo poder público para serviços ou obras de qualquer natureza, ressalvadas as pertinentes à segurança nacional, desde que o órgão competente considerasse sua utilização econômica compatível com a atividade principal, sob a forma de exploração agrícola; e as devolutas da União, dos estados e municípios. Além disso, no artigo 10, se estabelece que:

Art. 10. O Poder Público poderá explorar, direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade, unicamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento, visando o desenvolvimento da agricultura, a programas de colonização ou fins educativos de assistência técnica e de readaptação.¹¹⁴

¹⁰⁸*Ibidem*, p. 19.

¹⁰⁹*Ibidem*, p.05-31.

¹¹⁰*Ibidem*, p.19.

¹¹¹*Ibidem*, p.05-31.

¹¹²*Ibidem*, p.23.

¹¹³ Estatuto da Terra. Título I – Disposições Preliminares, Capítulo I – Princípios e definições. Artigo 2. Pesquisar o seguinte sítio eletrônico: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07 dez. 2013.

¹¹⁴ Estatuto da Terra. Título I – Disposições Preliminares, Capítulo III– Das terras públicas e particulares, Seção I – Das terras públicas. Artigo 10. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07 dez.2013.

Em relação à propriedade particular, o Estatuto da Terra, em seu artigo 12¹¹⁵, deixa claro a subordinação da propriedade particular ao conceito de “função social” e seu uso condicionado ao bem-estar coletivo. O governo seria responsável por incentivar a expansão de empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas, cuja finalidade fosse o desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário e agroindustrial. No que tange à prioridade das terras para a realização da reforma agrária, o Art. 15 é elucidativo: “A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social.”¹¹⁶

Segundo o artigo 20¹¹⁷, as desapropriações seriam realizadas pelo poder Público nas seguintes regiões: minifúndios e latifúndios; as áreas já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto; espaços cujos proprietários desenvolveram atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais; áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos e regiões que apresentassem elevada incidência de parceiros, arrendatários e posseiros.

Sobre as terras desapropriadas para os fins da reforma agrária, o texto legal é claro ao determinar que só poderiam ser distribuídas de acordo com o artigo 24¹¹⁸, sob a forma de propriedade familiar; aos agricultores cujos imóveis rurais fossem comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família; para a formação e glebas destinadas à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial; e por associações de agricultores organizadas sob regime cooperativo. Posteriormente, as terras adquiridas pelo poder público deveriam ser vendidas, com a seguinte ordem de preferência:

Art. 25.

I- ao proprietário do imóvel desapropriado, desde que venha a explorar a parcela, diretamente ou por intermédio de sua família;

II- aos que trabalhem no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

III- aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar da região;

IV- aos agricultores cujas propriedades sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

V- aos tecnicamente habilitados na forma da legislação em vigor, ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas.¹¹⁹

No que concerne ao financiamento da reforma agrária, foi criado o Fundo Nacional de Reforma Agrária, destinado a fornecer os meios necessários para o financiamento da reforma proposta pelo regime militar. Além dos recursos do Fundo, a execução dos projetos regionais contaria com as contribuições financeiras de outros órgãos e entidades, vinculadas por convênios ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência do Plano de

¹¹⁵Estatuto da Terra. Título I – Disposições Preliminares, Capítulo III– Das terras públicas e particulares, Seção II– Das terras particulares. Artigo 12. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07 dez. 2013.

¹¹⁶Estatuto da Terra. Título I – Disposições Preliminares, Capítulo III– Das terras públicas e particulares, Seção II–Das terras particulares. Artigo 15. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07 dez. 2013.

¹¹⁷Estatuto da Terra. Título II– Da Reforma Agrária, Capítulo I– Dos objetivos e dos meios de acesso à propriedade rural. Artigo 20. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07 dez. 2013.

¹¹⁸Estatuto da Terra. Título II– Da Reforma Agrária, Capítulo II – Da distribuição de terras. Artigo 24. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07dez. 2013.

¹¹⁹Estatuto da Terra. Título II– Da Reforma Agrária, Capítulo II – Da distribuição de terras. Artigo 25. Consultar o seguinte sítio eletrônico:<www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 07 dez. 2013.

Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do país, os quais deveriam destinar 20%, no mínimo, de suas dotações globais.

Ao examinarmos a seção I (Dos planos nacional e regional de Reforma Agrária) do capítulo IV (Da execução e da administração da Reforma Agrária), constatamos que a reforma agrária seria realizada por meio de planos periódicos, nacionais e regionais, com prazos e objetivos determinados de acordo com projetos específicos:

Art. 34. O Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e aprovado pelo Presidente da República, consignará necessariamente:

- I- a delimitação de áreas regionais prioritárias;
- II- a especificação dos órgãos regionais, zonas e locais, que vierem a ser criados para a execução e a administração da Reforma Agrária;
- III- a determinação dos objetivos que deverão condicionar a elaboração dos planos regionais;
- IV- a hierarquização das medidas a serem programadas pelos órgãos públicos, nas áreas prioritárias, nos setores de obras de saneamento, educação e assistência técnica;
- V- a fixação dos limites das dotações destinadas à execução do plano nacional e de cada um dos planos regionais.¹²⁰

Insere-se na política de desenvolvimento rural a proposta de colonização, ou seja, o governo tomaria a iniciativa de selecionar pessoas ou famílias dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agroindustriais, podendo encarregar-se de seu transporte, hospedagem até a sua colocação e integração nos concernentes núcleos. A colonização apresentava os seguintes critérios e objetivos:

Art. 56. A colonização oficial deverá ser realizada em terras já incorporadas ao Patrimônio Público ou que venham a sê-lo. Ela será efetuada, preferencialmente, nas áreas:

- I- ociosas ou de aproveitamento inadequado;
- II- próximas a grandes centros urbanos e de mercados de fácil acesso, tendo em vista os problemas de abastecimento;
- III- de êxodo, e locais de fácil acesso e comunicação, de acordo com planos nacionais e regionais de vias de transporte;
- IV- de colonização predominantemente estrangeira, tendo em mira facilitar o processo de interculturação;
- V- de desbravamento ao longo dos eixos viários, para ampliar a fronteira econômica do país.

Art. 57. Os programas de colonização têm em vista, além dos objetivos especificados no artigo 56:

- I- a integração e o progresso social e econômico do parceleiro;
- II- o levantamento do nível de vida do trabalhador rural;
- III- a conservação dos recursos naturais e a recuperação social e econômica de determinadas áreas;
- IV- o aumento da produção e da produtividade no setor primário.¹²¹

Trata-se de uma lei de cunho progressista, mas que foi promulgada por um governo ditatorial que, desde o início, desencadeou uma implacável perseguição a todos que defendiam a reforma agrária. Para esclarecer porque o regime autoritário de 1964 propôs uma lei progressista de reforma agrária, deve-se considerar as duas vertentes que estão subjacentes

¹²⁰Estatuto da Terra. Título II– Da Reforma Agrária. Capítulo IV– Da execução e da administração da Reforma Agrária. Seção I– Dos planos nacional e regionais de Reforma agrária. Artigo 34. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>> Acesso em: 07 dez. 2013.

¹²¹Estatuto da Terra. Título III– Da política de desenvolvimento rural. Capítulo II– Da colonização. Seção I –Da colonização oficial. Artigos 56 e 57. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>> Acesso em: 07 dez. 2013.

à elaboração do Estatuto. A primeira seria o ideário cepalino¹²² defendido, mormente, pelo economista Celso Furtado, no qual o desenvolvimento do mercado interno, a interiorização da indústria nacional, a distribuição de renda e, por conseguinte, a reforma agrária seriam medidas determinantes para desenvolver as forças produtivas e o capitalismo no país. A segunda vertente tem origem nas ideias defendidas pelos norte-americanos, na reunião de Punta del Este, quando o presidente dos EUA, John Kennedy, propôs a criação da Aliança para o Progresso no continente americano. Na proposta de Kennedy, seria necessária a reestruturação da propriedade da terra como forma de consolidar a via capitalista na América Latina, em virtude de uma possível influência da Revolução Cubana.¹²³

Nesse contexto, foi criado, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), o Instituto de Investigações e Ciências Agrárias (IICA), destinado a pesquisar e preparar técnicos de todos os países-membros com o intento de criar as condições jurídicas e técnicas para a realização de uma reforma agrária clássica (via americana), que possibilitasse o desenvolvimento do capitalismo.¹²⁴

O marechal Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura militar brasileira, que havia sido formado ideologicamente nos EUA e influenciado pelas ideias da Aliança para o Progresso, considerou necessário realizar uma reforma agrária para minimizar o problema da pobreza, sobretudo, no Nordeste do Brasil. Dentro desta conjuntura, empenhou-se na criação do Estatuto da Terra, que, ao longo da ditadura militar, foi relegado ao esquecimento.¹²⁵

Dentro desse contexto, Bassani¹²⁶ destaca que o Estatuto do Trabalhador Rural¹²⁷ e o Estatuto da Terra foram mecanismos importantes para integrar politicamente as massas rurais ao Estado burguês, garantindo, assim, o controle, via legislação, do movimento camponês. Seguindo esta lógica, Sorj¹²⁸ vai além e destaca:

No âmbito do sistema político dominante, os dois grandes marcos que buscarão conter e canalizar os movimentos sociais no campo serão o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra. O primeiro, promulgado em 1963, procura organizar o

¹²² A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), fundada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, tem sua sede em Santiago (Chile), era responsável pela formação dos principais economistas e planejadores latino-americanos de então.

¹²³ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões*. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2014.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade– UFRGS, 1994, p. 121.

¹²⁴ Ver: BRANCO, Carlos Castelo. *Introdução a Revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975. SILVA, Alexandra de Melo e. *A política externa de JK: a operação Pan-Americana*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil (volume 3). Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

¹²⁵ Além disso, as táticas políticas dos EUA para a América Latina também sofreram alterações e, deixaram de lado a Aliança para o Progresso e sustentaram vários governos ditatoriais no continente. Ver: FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975. MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade– UFRGS, 1994. TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004 p. 13-28.

¹²⁶ BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: EDUEL, 2009.

¹²⁷ Em 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, no qual se estendeu ao campo muitos dos direitos do operariado urbano, inclusive o da sindicalização. Desta forma, a luta pela reforma agrária foi seriamente atingida, uma vez que o Estatuto resolveria o problema de uma parte dos trabalhadores rurais, e, por conseguinte, os afastaria do combate em prol de tal reforma. Ver: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

¹²⁸ SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

sindicalismo rural dentro das mesmas coordenadas do sindicalismo urbano, isto é, atrelando o sindicalismo ao Estado, proibindo ao mesmo tempo o direito de greve e colocando o Estado como árbitro nos conflitos de classe.

O segundo, constituído por um conjunto de Leis promulgadas sob o governo Castelo Branco, estabelece medidas que aumentam o controle do governo central sobre a estrutura fundiária, impondo o imposto territorial, o cadastramento rural, fixando normas de utilização das terras públicas e o direito de expropriação de terras privadas contra o pagamento em bônus do governo e, finalmente, aumentando a participação do governo nos esquemas de colonização, de cooperativismo e promoção da modernização no campo.¹²⁹

Diante do exposto, percebemos o quanto o Estado assumiu uma feição intervencionista e engajou-se nos conflitos entre proprietários e camponeses. Inclusive, o braço da repressão do regime militar alcançou e destruiu boa parte dos movimentos camponeses existentes, como: ULTAB, Ligas Camponesas e Master.¹³⁰ De acordo com José de Souza Martins¹³¹:

O regime militar procurou modernizar, mantendo a propriedade da terra, afastando, portanto, a alternativa de uma reforma agrária radical que levasse à expropriação dos grandes proprietários de terra com a sua conseqüente substituição por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar, como sucedera em outras sociedades.¹³²

Segundo Martins¹³³, o Estatuto da Terra foi uma maneira de armar o Estado de instrumentos capazes de administrar os conflitos sociais no campo. Deve-se ter em mente que o Estatuto não apresentava um caráter unilateral, a favor das elites, por exemplo. Isso demonstra que, em momentos mais graves, a pressão dos trabalhadores levava o Estado a incorporar as demandas das classes subalternas em seus dispositivos e documentos legais. Assim, depois do golpe, a classe hegemônica fazia algumas concessões – dentro de certos limites – à classe dominada, com o intuito de continuar exercendo a sua liderança sobre os demais estratos sociais. Contudo, apesar de algumas concessões feitas ao operariado rural, o que prevaleceu com a implantação do Estatuto da Terra foi o atendimento dos interesses dos latifundiários, enquanto que as demandas dos trabalhadores foram postas em segundo plano.

Os pronunciamentos católicos sobre o Estatuto da Terra, pelo menos na *R.E.B.*, foram imensamente desproporcionais ao debate sobre a necessidade de uma reforma agrária que se desenrolava na revista antes do golpe de 1964. Voltaremos a isso, contudo, no último capítulo da dissertação.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 23.

¹³⁰ Sobre os movimentos camponeses supracitados, recomendo a leitura – além das que já foram citadas ao longo do presente capítulo – das seguintes obras: COSTA, Luiz Flavio de Carvalho (org.). *O Congresso nacional camponês: Trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda e Editora da UFRRJ (Eduar), 2010. MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. “Reforma Agrária”. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*. Campinas, v. 11, n. 06, nov.-dez. 1981 p. 1-52. Disponível em: <www.abrareformagraria.org> Acesso em: 21 abr. 2014.

¹³¹ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

¹³² *Ibidem*, p. 80.

¹³³ MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

CAPÍTULO II – A REVISTA ECLESIAÍSTICA BRASILEIRA (R.E.B.) E A QUESTÃO AGRÁRIA

2.1– R.E.B.: Origem e principais características

A ideia de fundar uma revista para todo o clero brasileiro partiu no final da década de 1930, de dois sacerdotes de Minas Gerais: o Padre Guilherme Boeing¹³⁴ e o Cônego José Xavier de Maria¹³⁵. Posteriormente, foram à procura dos franciscanos que editavam a *Vozes*, na cidade de Petrópolis, e então conseguiram o apoio da empresa.

Em 1938, a Editora *Vozes* possuía como dirigentes o Frei Inácio Hinte, o Frei Frederico Leopoldo Vier e o Frei Cândido Schutsal, este tomou a frente na elaboração da revista, solicitando a permissão do Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, para levar adiante o seu projeto. Nesse sentido, Cardeal Leme não só aceitou o plano da Revista, como acabou por anexar a ela o Boletim Arquidiocesano do Rio de Janeiro e tornou a assinatura da nova revista obrigatória para o clero. A princípio, o novo órgão eclesiástico intitulava-se “COR: Revista Eclesiástica Brasileira”, e, segundo os dirigentes, propunha o Coração de Jesus como modelo de coração sacerdotal, sendo lançada em janeiro de 1939. A revista *COR* apresentava-se em fascículos de 64 páginas, e distribuía-se nas seguintes seções: “Atos da Santa Sé”, “Teologia Dogmática”, “Teologia Moral”, “História” e “Exegese”.

Contudo, o periódico não conseguia se projetar em âmbito nacional, porque apresentava uma dupla finalidade: funcionar como órgão nacional e também como boletim regular do Rio de Janeiro. Com o seu conteúdo voltado apenas para as questões da Igreja em âmbito nacional (com a retirada da sigla “COR” do seu nome), a revista começou a se firmar e chamar-se apenas *Revista Eclesiástica Brasileira*.

A nova revista intitulada *Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.)*¹³⁶ foi fundada pelo Frei Thomas Borgmeier, no ano de 1941, e vem sendo publicada até os dias atuais sem interrupções. Em 1941, Borgmeier foi nomeado Diretor da Editora *Vozes* e no mesmo ano atendeu ao pedido de Cardeal Leme e fundou o periódico supracitado, com o intuito de ser um elo entre o clero, que se encontrava disperso pelo território nacional, o que resultava em grande dificuldade de comunicação. Sendo assim, a revista serviu como um espaço de debates, no qual padres, freis e teólogos expuseram suas reflexões acerca de diversos temas, tais como: teologia, espiritualidade e realidade sócio religiosa. Vejamos como a Revista se apresentou:

A “Revista Eclesiástica Brasileira” se torna assim, espontaneamente, um ponto de referência, para todo o clero, de norte a sul, secular e regular, das cidades e dos sertões. Suprimindo as distâncias e aproximando os corações, despertando o zelo de uns e excitando a coragem de outros, a R.E.B. será um laço de união entre o clero do Brasil.

Em “Revista Eclesiástica Brasileira” se retrata a marcha do catolicismo em nosso país. Temos certeza de que imediatamente isso será compreendido. Trabalha-se muito, entre o clero brasileiro... Nossas seções não se limitam a Teologia Dogmática, Moral Pastoral, Direito Canônico, Exegese, Homilética, Catequética, Liturgia, Ascética, etc., mas comportam qualquer assunto a fim, desde que se

¹³⁴Natural da Holanda e ligado a questões sociais. Trabalhava como missionário em Minas Gerais.

¹³⁵Nasceu em Divinópolis em 1894 e ordenou-se sacerdote no ano de 1916 em Mariana (MG). Além disso, lecionou durante muitos anos no Seminário da Arquidiocese.

¹³⁶A Igreja Católica possui diversos veículos de comunicação, no entanto, utilizei a *Revista Eclesiástica Brasileira*, uma vez que tem sido uma fonte pouco analisada na compreensão das questões políticas do período estudado.

relacione com as coisas da religião, como sejam Filosofia, Ciências naturais, Pedagogia, História, Sociologia, Arte religiosa, etc.¹³⁷

O periódico, voltado para o clero católico, foi reconhecido pela CNBB como órgão oficial da Igreja, embora não fosse considerado um veículo “porta-voz da CNBB”. Desde a sua fundação em 1941, a publicação era trimestral – nos meses março, junho, setembro e dezembro. O redator inicial e fundador da revista foi Frei Thomas Borgmeier, no período de 1941 a 1952. E, entre 1952 a 1971, Frei Boaventura Kloppenburg tornou-se redator-chefe, ambos do Convento dos Franciscanos. A revista era publicada pela Editora Vozes, sediada no município de Petrópolis, Rio de Janeiro. No período por nós avaliado, observamos que a *R.E.B.* possuía como objetivo influenciar o clero católico, para construir uma unidade doutrinária.

O redator-chefe, na sua apresentação da revista, publicada no primeiro número, afirmava que:

A ideia desta revista retumbou pelo clero brasileiro. Apresentada ao Sr. Cardeal D. Sebastião Leme, foi aprovada, abençoada por S. Eminência Revma. que, ainda recentemente, em telegrama dirigido ao redator desta revista assim se exprimiu: “RevmoSr. Frei Thomaz Borgmeier, Convento de Santo Antônio, nesta reiterando e confirmando as respeitadas conversas que tivemos, aqui lhe asseguro todo o apoio de minhas bênçãos e de meu coração de sacerdote e brasileiro para a nossa Revista Eclesiástica, em boa hora confiada ao talento e zelo de V. Revma. Honrando os foros de cultura que abonam o nome do nosso clero, a *Revista Eclesiástica Brasileira* vai ser muito bem recebida por todos.”¹³⁸

Ainda nessa primeira edição, evidenciava-se que aquela deveria ser um porta-voz das necessidades contemporâneas. Podemos perceber a *R.E.B.* como uma tentativa de estabelecimento da relação social da Igreja com a modernidade e a capacidade de a instituição católica apreender esta nova realidade. Declarava a redação daquele momento:

É uma revista para o nosso tempo, adaptada às necessidades da época e do país. O padre de hoje deve ser mais do que um repetidor de fórmulas antiquadas. “O sacerdote – escreve Pio XI – deve ser sadiamente moderno, como o é a Igreja que abraça todos os tempos e todos os lugares, e a tudo se adapta, bendiz e promove todas as iniciativas, e não se assusta nem mesmo dos mais arrojados progressos da ciência, contanto que seja verdadeira.”¹³⁹

De 1950 a 1964, a *R.E.B.* esteve estruturada com as seguintes seções:

- 1) **Artigos:** apresenta textos, nos quais eram expostas as discussões doutrinárias, teológicas, sendo fruto de pesquisas de variados temas. O que diferencia esta sessão da revista é a discussão mais aprofundada sobre um determinado assunto.
- 2) **Comunicações:** composta por textos pequenos de, no máximo, 10 páginas, em que eram debatidas questões da atualidade, além de comentários sobre obras consideradas relevantes para a Igreja Católica. Possuía um caráter objetivo, cuja intenção está em apresentar sumariamente as discussões que acontecem na Igreja.

¹³⁷BORGMEIER, Frei Thomas. Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v. 01, fascículo 01, mar.-jun. 1941, p. 02-03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2- 134, 01, 01.

¹³⁸*Ibidem*, p. 01.

¹³⁹*Ibidem*, p. 03.

3) **Assuntos Pastorais**: referia-se à legislação eclesiástica, escrevendo sobre normas de conduta dos fiéis e postura dos padres frente a problemas que afetavam a sua paróquia. Portanto, são textos voltados para os trabalhos do clero e que concernem às ações concretas nas comunidades.

4) **Documentação**: publicava na íntegra os documentos do Vaticano, da CNBB e dos Papas.

5) **Ministerium Verbi**: abordava a chamada liturgia da palavra, ou seja, enfatizava-se um ou mais trechos da Bíblia. Esta parte da revista sugere a reflexão e a aplicação sobre o que fora anunciado nos textos bíblicos e sua aplicação para a atualidade.

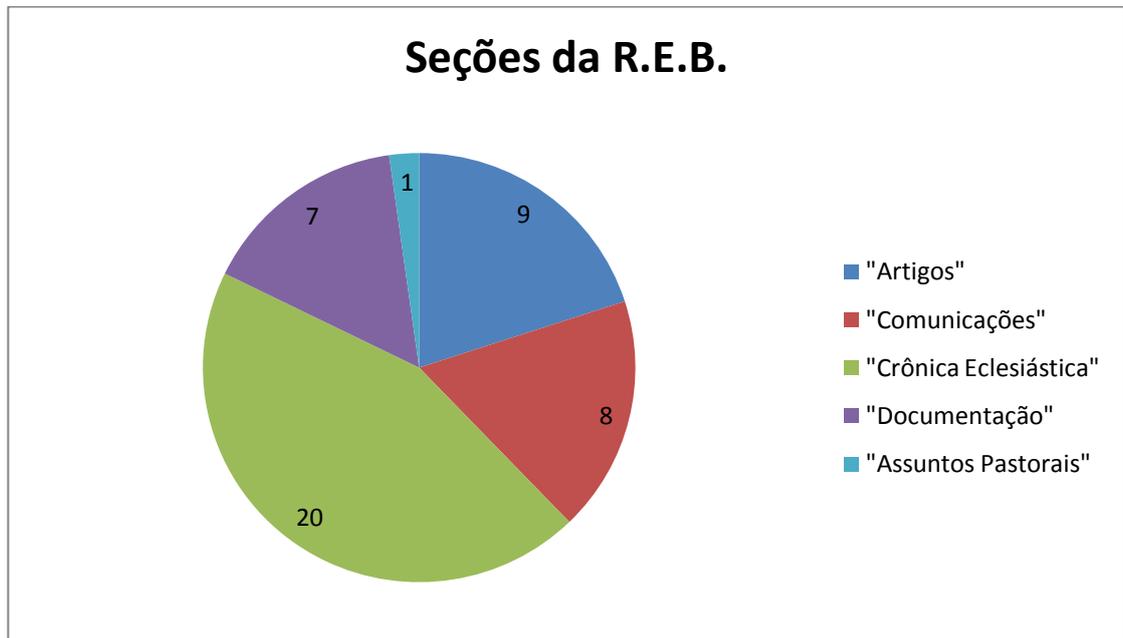
6) **Crônica Eclesiástica**: expressava as notícias mais recentes sobre o clero, bem como a atuação da Igreja nos mais variados setores.

7) **Necrologia**: noticiava o falecimento dos membros do clero naquele período.

8) **Apreciações**: formada por breves resenhas de obras consideradas relevantes para a formação do clero.

9) **Pelas Revistas**: constava a relação de artigos publicados em revistas católicas de todo o mundo.

Além de apresentarmos cada parte da revista, consideramos relevante expor e ilustrar, por meio de um gráfico, o espaço ocupado no periódico pelas seções da *R.E.B.* que foram mais utilizadas em nossa pesquisa. Vejamos:



Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira, volume 01 e do volume 10 ao 25, correspondentes aos anos de 1941 e 1950 a 1965, pesquisados na Biblioteca Nacional.

A seção “Crônica Eclesiástica” foi a mais utilizada no decorrer da pesquisa. Escrita pelo redator do periódico e testemunhando o ponto de vista e principais interesses da linha editorial, tinha como característica principal expressar as notícias mais recentes sobre o clero.

Os redatores do período foram Frei Thomas Borgmeier e Frei Boaventura Kloppenburg. No que concerne aos colaboradores, a grande maioria era composta por membros da Igreja Católica, sobretudo nos anos de 1960. Os que não pertenciam à instituição eram pesquisadores, especialmente Cientistas Sociais.

Considero de suma importância destacar dois trabalhos: o de Tânia Regina de Luca¹⁴⁰ e o de Ana Luiza Martins Camargo de Oliveira¹⁴¹, posto que foram essenciais para a configuração do campo de pesquisa histórica interessado em utilizar periódicos como objetos e fontes de pesquisa. Para Oliveira¹⁴², as revistas apresentam um forte conteúdo documental, sendo uma alternativa de espaço para publicações de distintos teores com traço fragmentado e periódico, derivando em uma publicação datada.

Segundo Tânia Luca¹⁴³, ao utilizarmos os periódicos como objeto de investigação histórica, devemos perceber que a imprensa é fonte de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pois estes veículos de comunicação não são transmissores imparciais de acontecimentos. Ou seja, os periódicos possuem uma posição ideológica dentro da realidade político e social na qual estão inseridos.

A *R.E.B.* apresentava como ideia central o seguinte lema: revista do clero, feita pelo clero e para o clero. Assim, a *R.E.B.* deveria apresentar artigos e comunicações científicas que abordassem questões pastorais e pontos de vista da atualidade percebidos pelo olhar privilegiado do próprio clero.

Há de se destacar que o periódico supracitado expressou fases importantes da história da Igreja, tais como: pontificado de Pio XII¹⁴⁴; problemas do pós-guerra; pontificado de João XXIII; período conciliar do Vaticano II e pontificado de Paulo VI¹⁴⁵.

Na seção “Comunicações” de setembro de 1941, encontra-se o texto “Pareceres sobre a *Revista Eclesiástica Brasileira*”¹⁴⁶. Trata-se de algumas mensagens escritas por bispos e arcebispos a respeito do primeiro número da *R.E.B.* no qual percebemos a repercussão positiva do periódico entre o clero brasileiro. Vejamos:

Dom Sebastião Leme (Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro): Felicitando pelo êxito do primeiro número da *Revista Eclesiástica Brasileira*, mais uma vez a recomendo ao bom espírito, zelo e patriotismo do nosso clero.

Dom José Gaspar de Afonseca e Silva (Arcebispo de São Paulo): Recebi o primeiro número da nossa suspirada *Revista Eclesiástica Brasileira* e minha impressão foi a melhor possível. Ótima colaboração, boa disposição das matérias e excelente trabalho tipográfico. Na reunião do Revdo Clero Secular e Regular do Arcebispado, neste mês, recomendei calorosamente nossa Revista, pedindo a todos os sacerdotes a assinarem logo. Vamos para a frente. Nossa Revista há de vencer e Deus nosso Senhor abençoará tantos esforços.¹⁴⁷

¹⁴⁰LUCA, Tânia Regina. “A história dos, nos e por meio dos periódicos” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

¹⁴¹OLIVEIRA, Ana Luiza Martins Camargo de. *Revistas em revista. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1890-1922)*. Doutorado, FFCL-USP, 1997.

¹⁴²*Idem.*

¹⁴³LUCA, *Op. Cit.*, p. 111-153.

¹⁴⁴Nasceu em Roma em 1876. Tornou-se Papa em 1939 e anteriormente participou como Secretário de Estado da política de Pio XI. Seu pontificado (1939-1958) foi caracterizado pela luta implacável contra o comunismo; , além disso, apresentou uma postura passiva perante o nazismo e o holocausto. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/biography/documents/hf_p-xii_bio_20070302_biography_it.html> Acesso em: 11 dez.2014.

¹⁴⁵Nasceu em 26 de setembro de 1897, em Concesio, na Itália. Ocupou cargos relevantes dentro da Igreja Católica, desenvolvendo funções de confiança dos Papas Pio XI e Pio XII. Ocupou o pontificado de 1963 até o seu falecimento em 1978. Inicialmente, determinou a reabertura do Concílio Vaticano II e lhe atribuiu prioridade e direção. Além disso, publicou a encíclica *Humae Vitae* referente ao controle de natalidade, documento que tornou-se referência para a instituição católica a respeito dos métodos contraceptivos, esterilização e aborto. Consultar o seguinte sítio eletrônico: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/biography/index_po.htm> Acesso em: 16 jan. 2015.

¹⁴⁶BORGMEIER, Frei Thomas. Pareceres sobre a *Revista Eclesiástica Brasileira*. In: *R.E.B.*, v.1, fascículo 03, set. 1941, p. 573-574. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 02.

¹⁴⁷*Idem.*

Ainda nesse comunicado, notamos que antes da criação da *R.E.B.*, o Brasil não apresentava uma revista capaz de fazer frente aos periódicos dos demais países. Segundo Dom José Carlos de Aguirre, Bispo de Sorocaba (SP):

(...) quando eu recebia o *Christus* da Igreja do México, impressa no estrangeiro sabe Deus com que dificuldades, sentia-me humilhado por faltar-nos no Brasil uma revista, que com aquela se pudesse emparelhar. Agora, porém, já desapareceu o motivo dessa humilhação, pois nossa Revista é completa quanto ou mais que a modelar mexicana. Alvízaras! Alvízaras! Abençoada seja a Editora “Vozes” por essa iniciativa. Louvado seja Deus! Imagino a soma de bens, que há de produzir esta Revista, não só no meio do clero, mas, por meio do clero, no boníssimo povo brasileiro.¹⁴⁸

Todavia, a repercussão da *R.E.B.* não ficou restrita ao Brasil. Ao analisarmos a seção “Comunicações” do ano de 1961, ou seja, duas décadas após a sua criação, encontramos uma reportagem sobre a revista no periódico sacerdotal *Incunable*. O texto foi caracterizado por realizar elogios a *Revista Eclesiástica*. Deste modo:

No es que lleve consigo uma originalidad extrema. Antes, al contrario, responde al plan tradicional de lo que suele ser una revista eclesiástica. Ni em temática ni em critério hayenella nada que puedallamarlaatención, y acaso estocontribuya a sudescocimiento. La estridència y laagresividad se cotizan más, a la hora de darse a conocer que la rectoriaorientación y El buen critério. Y desde luego proporciona, con extraordinária abundancia, datos muy interesantes sobre la evolución religiosa del Brasil moderno. La “Revista Eclesiástica Brasileira” podría, si estuviera presente con más frecuencia em los anaqueles de los Seminarios, servir maravillosamente para un conocimiento actual de tan interesantes realidades. Porque los franciscanos que la dirigen podrían haber dicho que una revista así no era realizable entre necesidades tan inmensas como las que em Brasil se presentan. Pero... aunque no podían, quisieron y La revista há sido un hecho. Que há producido ya, y producirá cada dia más, magníficos frutos.¹⁴⁹

Portanto como afirma Luca¹⁵⁰ à imprensa periódica, no caso da *R.E.B.*, seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. Logo, a *R.E.B.* possui um ponto de vista teológico e político. Diante do conteúdo organizado pela revista, dispomos de ferramentas próprias da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio, questão que não é exclusiva do texto da imprensa.

2.2 – A recepção das encíclicas na *Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.)*

Em setembro de 1951, a atenção da *R.E.B.* voltou-se para a comemoração do 60º aniversário da *Rerum Novarum*¹⁵¹. Na seção de “Documentação”, encontra-se o texto

¹⁴⁸ *Idem.*

¹⁴⁹ “Revista Eclesiástica Brasileira”, *Incunable*, Periódico Sacerdotal. Salamanca, jul.-ago. 1961, p. 02 *Apud* KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *R.E.B.*, v.21, fascículo 04, dez.1961, p. 968. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

¹⁵⁰ LUCA, Op. Cit., 2005.

¹⁵¹ A presente encíclica foi promulgada pelo Papa Leão XIII em 1891, e foi a primeira a abordar a questão social na formação da Doutrina Social da Igreja. No entanto, devemos ressaltar que não era a primeira vez que a Sé Apostólica intervia em defesa dos interesses materiais dos menos favorecidos. Outros documentos de Leão XIII haviam preparado o caminho, entretanto a *Rerum Novarum* foi uma síntese orgânica dos princípios católicos no

intitulado “No 60º aniversário da *Rerum Novarum*”¹⁵² que trata de uma alocução do Papa Pio XII, ao celebrar a missa em comemoração aos 60 anos da encíclica. Vejamos:

Os Romanos Pontífices, a começar pela imortal Encíclica “*Rerum Novarum*” do Nosso grande Predecessor Leão XIII, com visão clara e corajoso sentido do dever apostólico, deram ao movimento operário – o mesmo é dizer, à posição jurídica do trabalhador e ao seu bem-estar – sólidos princípios e altos fins, cuja necessidade e sabedoria o tempo e a experiência plenamente demonstraram. Estes princípios e estes fins a Igreja mantê-los-á sempre inabalavelmente firmes, como parte integrante de toda a ordem social.¹⁵³

Ainda na seção de “Documentação”, no texto “Congresso Católico Internacional da Vida Rural”¹⁵⁴, o Papa Pio XII recebeu os participantes do 1º Congresso Católico Internacional para debater os problemas do meio rural. Nessa ocasião, fez referência ao predecessor Pio XI, na sua encíclica *Quadragesimo Anno*¹⁵⁵, que havia chamado a atenção para os problemas dos habitantes do campo, ao abordar as consequências favoráveis e desfavoráveis do capitalismo.

Segundo Pio XII, era mister investir na educação e no aperfeiçoamento profissional. Frisando:

Demais, a legislação social moderna deve oferecer também as suas vantagens às populações rurais, mas em conformidade com o seu caráter próprio. Antes de tudo, dê-se-lhes a possibilidade de uma cuidada educação, sabiamente adaptada às suas necessidades, estimulando o seu aperfeiçoamento profissional. Além disso – como é natural – nunca seria demasiado o vigor com que Nós insistíssemos por que se dê às populações católicas uma séria formação católica.¹⁵⁶

Com as publicações desses e outros documentos, observamos o empenho da revista em manter viva a memória da Igreja Católica e, ao mesmo tempo, demonstrar a atualidade e a relevância da encíclica *Rerum Novarum*. No texto “Orientações pontifícias sobre a questão rural”¹⁵⁷, de dezembro de 1956, o Padre Cornélio da Silva ressalta que as encíclicas sociais, sobretudo, a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, despertaram a atenção dos governantes para o cultivador agrícola. Posteriormente, no mesmo artigo, o Padre Cornélio da Silva propõe uma solução para evitar o êxodo rural e promover o progresso no campo:

Impõe-se, como solução para se evitar o êxodo rural e se promover o verdadeiro progresso da vida dos campos, a observância daquela verdade fundamental sempre

campo econômico-social. Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

¹⁵²Papa Pio XII. No 60º aniversário da *Rerum Novarum*. In: *R.E.B.*, v.11, fascículo 03, set.1951, p. 726. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 01.

¹⁵³*Idem*.

¹⁵⁴Papa Pio XII. Congresso Católico Internacional da Vida Rural. In: *R.E.B.*, v.11, fascículo 03, set. 1951, p. 741-743. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 01.

¹⁵⁵Encíclica criada pelo Papa Pio XI em comemoração ao quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum*. Na encíclica *Quadragesimo Anno*, o Papa insistiu no direito e dever da Igreja de prestar a sua contribuição para a solução dos problemas sociais mais graves; confirmou os princípios fundamentais e as diretrizes históricas da encíclica leonina e aproveitou para desenvolver o pensamento social cristão, atendendo às novas condições dos tempos. No que concerne à propriedade privada, Pio XI tornou a afirmar o seu caráter de direito natural, e acentuou o seu aspecto e a sua função social. Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

¹⁵⁶Papa Pio XII. Congresso Católico Internacional da Vida Rural. In: *R.E.B.*, v.11, fascículo 03, set. 1951, p. 743. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 01.

¹⁵⁷SILVA, Padre Cornélio da. Orientações pontifícias sobre a questão rural. In: *R.E.B.*, v.16, fascículo 04, dez. 1956, p. 831-840. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2- 135, 01, 18.

sustentada pela doutrina social da Igreja, a saber, que a economia de um povo é um todo orgânico, no qual todas as possibilidades produtivas do território nacional devem ser desenvolvidas em sadia e recíproca proporção. Jamais se teria tornado tão grande a oposição entre cidade e campo, se esta verdade fundamental tivesse sido observada.¹⁵⁸

E ainda:

A organização do trabalho do campo, com o fim de os trabalhadores melhor serem ajudados e se ajudarem mutuamente, é lhes também aconselhada. Muitas vezes, o Papa tem mesmo dirigido a palavra a algumas destas organizações rurais. Entre os camponeses, devem promover-se iniciativas concernentes à assistência religiosa, moral, econômica e social das classes agrícolas. Essas instituições e obras de caráter cooperativo e mutualista têm sido verdadeiras muralhas de defesa contra a irrupção de correntes subversivas.¹⁵⁹

No texto de Padre Cornélio da Silva, publicado em 1956, ainda no início do governo JK, fica em evidência, portanto, tanto uma crítica à má distribuição da propriedade rural no Brasil, quanto um apoio às entidades de caráter cooperativo e mutualista entre os trabalhadores rurais. Além disso, o autor argumenta, ao longo do texto, sobre a importância na promoção da reforma agrária, a fim de que fosse respeitado o duplo aspecto da propriedade: função individual – deveria prover as necessidades de quem a possuísse – e função social – a propriedade deveria atender a todas as necessidades da população local. Por fim, destaca: “Para se beneficiar em toda a extensão a vida do cultivador agrícola, qualquer programa de reforma deverá atender ainda aos outros aspectos da vida do campo, como o aspecto religioso, moral, social, e não apenas econômico.”¹⁶⁰

Já em 1961, a R.E.B. direcionou o seu olhar para Roma, posto que nesse ano foi publicada a encíclica *Mater et Magistra*¹⁶¹, do Papa João XXIII. Na seção “Documentação”, foi disponibilizado o texto “*Mater et Magistra*”¹⁶², promulgado em homenagem ao 70º aniversário da encíclica *Rerum Novarum*. E na seção III, “Novos aspectos da questão social”, ressalta-se que as exigências da justiça e da igualdade não intervêm apenas nas relações entre operários e empresários. Também dizem respeito às relações entre os diversos setores econômicos, entre zonas desenvolvidas e outras menos desenvolvidas da economia nacional, e, no plano internacional, às relações entre países com nível de crescimento desigual em matéria econômica e social.

No que tange ao desenvolvimento do meio rural, a encíclica mostra que os agricultores devem ser os protagonistas do progresso econômico:

141. Estamos convencidos que os protagonistas do progresso econômico e social e da elevação cultural nos meios rurais devem ser os mesmos interessados, quer dizer, os lavradores. Podem facilmente convencer-se de quanto é nobre o seu trabalho: vivem no templo majestoso da criação; estão em relações frequentes com a vida animal e vegetal, inesgotável nas expressões e inflexível nas leis, a qual lembra constantemente a Providência do Criador; das suas mãos, por assim dizer, brotam, em toda a sua variedade, os alimentos que sustentam a família humana; e com elas proporcionam à indústria um número cada vez maior de matérias-primas.¹⁶³

¹⁵⁸*Ibidem*, p. 836-837.

¹⁵⁹*Ibidem*, p. 838.

¹⁶⁰*Idem*.

¹⁶¹O objetivo central da encíclica consistiu em lançar um olhar sobre os problemas da vida social contemporânea, desde as primeiras luzes do ensinamento do Papa João XXIII, a fim de formular um conjunto de observações que compõem um programa. Deste modo, trata-se de resolver os problemas temporais, a partir da Doutrina Social Católica. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 28 jan. 2014.

¹⁶²Papa João XXIII. Encíclica Social *Mater et Magistra*. In: R.E.B., v. 21, fascículo 03, set.1961, p. 734-773. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

¹⁶³*Ibidem*, p. 755.

Na seção “Crônica Eclesiástica”, analisou-se a repercussão da encíclica tanto no plano nacional quanto no internacional. Frisou-se, principalmente, a variedade de interpretações que o documento evocou:

Alguns viram a nova Encíclica como um libelo contra o colonialismo e o capitalismo; outros descobriram nela um passo da Igreja em direção ao socialismo; e no Brasil houve mesmo quem encontrasse nas palavras do Papa um apoio à política exterior do Sr. Jânio Quadros, especialmente ao reatamento com a União Soviética.¹⁶⁴

Posteriormente, a *R.E.B.* divulgou, também, a declaração da CNBB, em setembro de 1961, nas seguintes palavras: “Bastam certamente esses dados para nos inteirarmos da enorme repercussão da nova Encíclica, que ficará para a História como um dos mais importantes documentos pontifícios.”¹⁶⁵

A revista considerava as múltiplas percepções sobre a referida encíclica como algo positivo, tendo em vista que a mesma necessitava sensibilizar a todos com a sua mensagem fundamentalmente de justiça social e paz.

O texto realizava críticas às doutrinas marxistas e assinalava que, somente nas palavras da instituição católica, poderia se encontrar a saída para os problemas rurais:

Não serão as doutrinas marxistas, ateias e desumanas, que irão salvar o homem do campo e o operário de um País cristão e de tradições pacíficas como é o Brasil. Aí está a doutrina social da Igreja, consubstanciada na *Rerum Novarum*, na *Quadragesimo Anno* e, agora, na oportuníssima *Mater et Magistra*, de João XXIII, capaz de resolver todos os problemas que afligem o homem do trabalho em nossa querida Pátria.¹⁶⁶

Ainda em relação ao debate sobre o campo, o periódico publicou, em dezembro de 1961, um escrito na seção “Comunicações”, intitulado “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro”.¹⁶⁷ Nele, comentava-se a primeira declaração da Comissão Central da CNBB, que neste período possuía como Presidente o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara¹⁶⁸, referente à situação da zona rural brasileira. A declaração caracterizava-se pela ausência de qualquer referência ao sistema de posse e uso da terra e também não mencionava nada sobre a reforma agrária. Inspirada na *Mater et Magistra*, o documento era dividido em três partes: “roteiro de atividades”, “recomendações especiais” e “em face da expansão comunista no meio rural”.

O “roteiro de atividades” discutiu elementos referentes a projetos de modernização do setor primário e de melhoramento das condições individuais do homem rural, cujo objetivo principal seria integrar a agricultura brasileira ao ritmo do desenvolvimento nacional. São salientados os seguintes aspectos:

a) a obtenção para o meio rural, de serviços essenciais como estradas, transportes, comunicações, água potável, habitações, cuidados médicos, instrução elementar e formação profissional, serviço religioso, recreação e, também, tudo que é necessário a uma casa rural, para seu arranjo e sua modernização;

¹⁶⁴KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Repercussão da Encíclica *Mater et Magistra*. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 778. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

¹⁶⁵*Ibidem*, p. 778-779.

¹⁶⁶MORAIS, Dom Antônio. A ofensiva das Ligas Camponesas. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 780. Biblioteca Nacional (BN), cód., 2-136, 01, 02.

¹⁶⁷CÂMARA, Dom Jaime de Barros. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 950-953. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

¹⁶⁸É importante ressaltar que o Cardeal Dom Carlos Carmelo Motta foi reeleito Presidente da CNBB, mas alegou impossibilidade de continuar no cargo. Portanto, foi eleito Presidente o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara.

b) a realização, no setor agrícola, das transformações, que dizem respeito às técnicas de produção, à escolha das culturas, às estruturas das empresas, necessárias, ou exigidas pela vida econômica, considerada em seu todo, e de modo a proporcionar, quanto possível, um digno nível de vida semelhante aos dos setores industrial e de serviços.

c) a proveitosa inserção, em outros setores da produção, da mão-de-obra liberada pela modernização progressiva da agricultura, proporcionando-se nas regiões de partida e chegada, formação profissional necessária, ajuda econômica e o socorro espiritual indispensável;

d) a promoção, no meio rural, de uma política econômica, abrangendo o desenvolvimento das indústrias de transformação e modernização dos estabelecimentos agrícolas.¹⁶⁹

Na seção “recomendações especiais”, expressava-se o explícito apoio à ação da Igreja Católica no meio rural, por meio da Ação Católica Rural, da Juventude Agrária Católica (JAC) e da Liga Eleitoral Católica (LEC), da sindicalização rural, das Frentes Agrárias e do Movimento de Educação de Base, que deveria ser instrumento para a divulgação do roteiro de atividades dos movimentos sobreditos.

Portanto, o periódico buscou difundir, entre o clero brasileiro, a declaração da CNBB, na qual eram destacados os pontos da encíclica *Mater et Magistra* sobre a *Rerum Novarum*, ressaltando que a *função social da propriedade privada*, tal como definida pela Igreja, era oportuna para a análise da estrutura fundiária do país. Vejamos um trecho do pronunciamento da CNBB, divulgado na *R.E.B.*:

A Comissão Central da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil aproveita o ensejo de sua primeira reunião após a publicação da “*Mater et Magistra*” do Santo Padre João XXIII para, oficialmente, em nome de todo o Episcopado brasileiro, manifestar, de público, seu regozijo pelo surgimento desta Encíclica, oportuna para o mundo inteiro, oportuníssima para o caso especial do Brasil.

É intenção nossa aproveitar todos os ensejos para difundir em nosso país as precisões e os desenvolvimentos trazidos à “*Rerum Novarum*” pela “*Mater et Magistra*” e para divulgar os novos aspectos da questão social indicados e analisados pelo vigário de Cristo. Estaremos assim contribuindo para renovar os laços de vida em comum, na verdade, na justiça e no amor.¹⁷⁰

Ainda em 1961, na seção “Comunicações”, foi publicado, em dezembro, o texto “Ainda a hierarquia de valores”¹⁷¹, pelo Monsenhor Frederico Didonet¹⁷², no qual é possível observar sua preocupação com a situação do meio rural brasileiro:

Para o bem do conjunto, como já foi dito, poderá ser necessário limitar, por algum tempo, algumas obras materiais, a fim de poder dedicar-se mais ao elemento humano, a formação de líderes, sem os quais não se terão as massas. Talvez adiar a construção de um hospital ou reforma da Igreja, para poder organizar e salvar o meio rural, ameaçado de desintegração, que poderá projetar-se por séculos. Talvez deixar, por tempo, uma paróquia sem padre, anexando-a a outra, para atender o S.O.S. do ambiente universitário, tremendamente infiltrado de propaganda marxista. Talvez mesmo suspender ou limitar as aulas de um seminário, para lançar alguns de seus padres e, quem sabe, até seminaristas, a um trabalho urgente e inadiável de arregimentação de forças e evangelização, para o qual amanhã poderá ser tarde. E a quem se escandalizar comisto, diremos que foi o que desejou fazer, e em parte fez,

¹⁶⁹CÂMARA, Dom Jaime de Barros. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 950-951. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

¹⁷⁰*Ibidem*, p. 950.

¹⁷¹DIDONET, Monsenhor Frederico. Ainda a hierarquia de valores. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 959-961. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

¹⁷²Nasceu em Ivorá (RS) no dia 27 de dezembro de 1910, e foi o primeiro bispo da diocese de Rio Grande no Rio Grande do Sul (RS).

Pio XII, quando, em 1948, a Itália estava na iminência de cair sob o domínio do comunismo. Que teria adiantado então querer salvar velhas tradições ou veneráveis estruturas para depois entregar tudo ao inimigo?¹⁷³

A partir da citação acima, notamos que, para combater a ameaça de uma infiltração comunista no campo, a Igreja procurou seguir os preceitos da Santa Sé, sendo utilizado o exemplo do Papa Pio XII, caso alguém contestasse as referidas medidas.

No ano de 1962, a *R.E.B.* voltaria o seu olhar para o Concílio Vaticano II (1962-1965), e, em março, publicou um editorial intitulado “1962: Ano do XXI Concílio Ecumênico”.¹⁷⁴ No editorial, abordou-se a importância dos concílios ecumênicos na vida da Igreja Católica e apresentou-se algumas características que tornaram o 2º Concílio Vaticano referência na história da instituição, como: a) preparação sistemática; b) apelo a uma colaboração variada; c) temário vasto; d) grande número de Bispos.

No mesmo fascículo, na seção de “Documentação”, foi publicado o escrito “Constituição Apostólica *Humanae Salutis*”¹⁷⁵, convocando, para 1962, o Concílio Ecumênico Vaticano II. Também mostrou como a Igreja se adaptou aos novos tempos, haja vista que o referido Concílio ocorreu em um momento no qual a instituição percebeu a necessidade de fortificar a sua fé. Vejamos:

O Concílio Ecumênico Vaticano II – Diante deste duplo espetáculo: um mundo que revela um grave estado de indigência espiritual e a Igreja de Cristo, tão vibrante de vitalidade, Nós, desde quando subimos ao Supremo Pontificado, não obstante nossa indignidade e por um desígnio da Providência, sentimos logo o urgente dever de conclamar os Nossos filhos para dar à Igreja a possibilidade de contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna.¹⁷⁶

Enquanto isso, no Brasil, setores da Igreja apoiavam a iniciativa do Papa João XXIII em dialogar com o mundo moderno, respeitando as diferenças de credo, religião e cultura. O objetivo era aproximar todos, destacando-se que, para construirmos o bem comum para a humanidade, fazia-se necessário prevalecerem as semelhanças e a união em detrimento das divergências.

Em 1963, foi lançada a encíclica *Pacem in Terris*¹⁷⁷, cuja finalidade seria promover a paz entre os povos, seguindo a ordem instituída por Deus. Vale destacar que, neste período, o mundo encontrava-se polarizado entre capitalismo e socialismo, vivendo a chamada Guerra Fria, desde 1947. Em junho do mesmo ano, a *R.E.B.* publicou o texto “*Pacem in Terris*”¹⁷⁸:

Pacem in Terris apresenta-se como a continuação da *Mater et Magistra* no domínio jurídico, político internacional, talvez com maior unidade de composição e de redação. O tom da encíclica que pode ser resumida em uma frase; um apelo apaixonado a cada liberdade para contribuir pela libertação de todas as outras na comunhão dos valores, e construir com elas o bem comum universal posto ao serviço do desenvolvimento total de cada pessoa humana.¹⁷⁹

¹⁷³DIDONET, Monsenhor Frederico. Ainda a hierarquia de valores. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 960. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

¹⁷⁴KLOPPENBURG, Frei Boaventura. 1962: Ano do XXI Concílio Ecumênico. In: *R.E.B.*, v. 22, fascículo 01, mar. 1962, p. 03-05. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 03.

¹⁷⁵Papa João XXIII. Constituição Apostólica *Humanae Salutis*. In: *R.E.B.*, v. 22, fascículo 01, mar. 1962, p. 217-221. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 03.

¹⁷⁶*Ibidem*, p. 217.

¹⁷⁷Encíclica *Pacem in Terris*. Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 29 jan. 2014.

¹⁷⁸KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *Pacem in Terris*. In: *R.E.B.*, v. 23, fascículo 02, jun. 1963, p. 290-332. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 05.

¹⁷⁹*Ibidem*, p. 291.

A linha política proposta no periódico, seguindo o pensamento do Papa João XXIII, entendia que o avanço dos países estava ligado ao desenvolvimento do ser humano, apontando a reforma agrária como basilar para a paz social. Pois tal reforma poderia proporcionar o bem estar da população, por meio de uma distribuição de renda.

2.3 – A *R.E.B.* reaviva a sua memória

Antes de abordar os artigos publicados na *R.E.B.* referente à memória da mesma, gostaria de levantar a seguinte questão: o que é memória? Pois bem, na sua denominação mais habitual, corresponde a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados. Segundo José D'Assunção Barros¹⁸⁰, a memória coletiva era interpretada como um depósito de dados não problematizados, tornando-se natural que, diante de uma significação como essa, a noção de memória fosse contraposta à ideia de História, esta compreendida como uma área do conhecimento fundamentalmente problematizadora.

Tal concepção de memória não cabe, na atualidade, à operacionalização das questões que são discutidas no seio das ciências humanas. Nesse sentido, existe um campo de estudos intitulado “Memória Social”, institucionalizado academicamente nas últimas décadas.

Para Jacques Le Goff¹⁸¹, a memória é a propriedade de conservar determinadas informações. Por outro lado, Nora¹⁸² enxerga a memória como aberta a uma dialética de lembrança e esquecimento. Assim, a memória deixa de ser limitação para a historiografia, e passa a ser fator de enriquecimento de perspectivas. Vejamos as palavras de Nora¹⁸³ sobre memória:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.¹⁸⁴

Já Michael Pollak¹⁸⁵ acredita que a memória é constituída por pessoas, acontecimentos, lugares e personagens. Os acontecimentos podem ter sido vividos pessoalmente ou pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencer. As pessoas podem ou não ter participado do acontecimento naquele espaço-tempo, mas contribuem para o forjar da memória. Por sua vez, os lugares são aqueles ligados a uma lembrança que favorece um sentido de pertencimento.

Portanto, tais critérios colaboram para a construção da memória, seja de forma inconsciente ou consciente. Para Pollak¹⁸⁶, a memória é, deste modo:

(...) um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.¹⁸⁷

¹⁸⁰ BARROS, José D'Assunção. “História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço”. *Revista Mousion*, v. 3, n. 5, jan – jul/2009, p. 35-67.

¹⁸¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

¹⁸² NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Tradução: Yara AunKhoury. *Apud*: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, 1981.

¹⁸³ *Idem*.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 19.

¹⁸⁵ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n. 3, 1989, p. 03-16.

¹⁸⁶ *Idem*.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 16.

Evidenciamos a complexidade dos campos de memória e não pretendemos esgotar as possibilidades de discussão desta temática tão importante. No entanto, levantamos esse assunto porque a *R.E.B.* em vários artigos demonstrou a preocupação de criar e manter acesa a sua memória e o seu lugar no mundo católico.

Na edição de junho de 1951, encontramos um texto intitulado “Dez anos da *Revista Eclesiástica Brasileira*”¹⁸⁸, escrito por Cônego Agnelo Rossi¹⁸⁹, um dos principais colaboradores do periódico, onde tal definição se expressa claramente. Vejamos um fragmento, no qual enfatiza a importância da revista nessa primeira década de existência:

A nossa revista, com efeito, triunfou. Um dos nossos mais preciosos colaboradores, Côn. Agnelo Rossi, considerando em 1951 os dez primeiros anos de existência e atividade da *R.E.B.*: 1) A *R.E.B.* tem sido para a maioria um manancial de lições utilíssimas, recordando temas já conhecidos mas não aprofundados, sugerindo problemas e soluções e despertando o gosto pelo estudo das questões eclesiais. É praticamente o único manual de estudos para diversos sacerdotes, tão asoberbados se encontram com outros problemas. 2) A publicação constante dos documentos pontifícios, a orientação segura e positiva da revista, contribuem não só para melhor formação do clero como também para a sua união, sempre mais estreita e afetuosa, com o pensamento e os desejos da Santa Sé. 3) A *R.E.B.* estimulou o espírito de pesquisa de muitos sacerdotes e lhes abriu a existência duma revista eclesial de grandes proporções. 4) Revelou a *R.E.B.* novas capacidades, tornou-as conhecidas e apreciadas por todo o país, dando um golpe ao sentimento de inferioridade, assaz frequente entre nós, que pouca confiança deposita nos valores nacionais, exaltando, por vezes desmesuradamente, os elementos estrangeiros. 5) A *R.E.B.* tem sido providencial laço de união entre o clero deste gigantesco país, plasmando uma mesma mentalidade, toda ela voltada ao serviço de Deus e da Pátria. 6) Finalmente, a *R.E.B.* é uma afirmação da cultura e do valor do clero brasileiro diante dos leigos, de outras classes intelectuais e também do Exterior.¹⁹⁰

Após examinarmos esse trecho, cuja ênfase é a importância da *R.E.B.*, nos deparamos, em março de 1953, na seção “Comunicações”, com um texto intitulado “*Revista Eclesiástica Brasileira*”¹⁹¹, escrito pelo redator do presente periódico, Frei Boaventura Kloppenburg. O autor destaca que a *R.E.B.* foi fundada em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial – período de ameaças e incertezas. Além disso, Kloppenburg ressalta que, ao longo desses 12 volumes com um total de 12.382 páginas, podemos perceber a relevância e as dificuldades enfrentadas pela revista. No decorrer do comunicado, o redator fez citações de edições anteriores, como:

¹⁸⁸ROSSI, Dom Agnelo. Dez anos da *Revista Eclesiástica Brasileira*. In: *R.E.B.*, v. 11, fascículo 02, jun. 1951, p. 225-231. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 21.

¹⁸⁹Nasceu em 1913, Campinas (SP). Ingressou em 1926 no Seminário Diocesano de Campinas (SP), onde fez o curso ginasial, estudou Filosofia e iniciou o aprendizado de Teologia. Em 1935, entrou para a Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, pela qual se licenciou em Teologia e Filosofia. Dois anos depois, foi ordenado sacerdote na basílica de São João de Latrão, ainda em Roma. De volta ao Brasil, iniciou sua carreira eclesial como secretário do bispo diocesano de Campinas, Dom Francisco de Campos Barreto. Liderou em Campinas o movimento de formação de mediantes da Ação Católica Brasileira (ACB), além disso, deu assistência eclesial à Juventude Independente Católica (JIC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1956, foi eleito bispo de Barra do Piraí (RJ) e empenhou-se na construção de um seminário interdiocesano para a região da Baixada Fluminense, na organização da diocese de Nova Iguaçu (RJ) e na dinamização da catequese popular. Em 1960, foi designado delegado do Episcopado Brasileiro no Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Em 1964, o papa Paulo VI designou-o para ser arcebispo de São Paulo. Consultar o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro no seguinte site: <<http://www.fgv.br/epdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 28 ago.2014.

¹⁹⁰ROSSI, Dom Agnelo. Dez anos da *Revista Eclesiástica Brasileira*. In: *R.E.B.*, v. 11, fascículo 02, jun. 1951, p. 225-231. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 21.

¹⁹¹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *Revista Eclesiástica Brasileira*. In: *R.E.B.*, v. 13, fascículo 01, mar. 1953, p. 126-128. Biblioteca Nacional (BN), cód.2-135, 01, 04.

do ano de sua fundação (1941) e de quando a mesma completou uma década (1951). Acreditamos, portanto, ser esta uma maneira de reavivar a memória da *R.E.B.*, com o intuito de frisar sua importância político-teológica na Igreja e, também, entre os leitores católicos.

No ano de 1965¹⁹² – um ano depois do golpe militar de 1964 –, a *R.E.B.* completou 25 anos e, nesse contexto, Dom Agnelo Rossi (Cardeal Arcebispo de São Paulo e Presidente da Comissão Central da CNBB) escreveu o artigo “25º ano da *Revista Eclesiástica Brasileira*”¹⁹³. Vejamos:

Quando se planejou o lançamento da *Revista Eclesiástica Brasileira*, Frei Tomás Borgmeier teve a gentileza de procurar-me no Seminário Central do Ipiranga em São Paulo, onde era professor, para conhecer minha opinião e colher minhas sugestões. Entomólogo de renome mundial, mercê de suas pesquisas e profundos estudos sobre as formigas e também da revista internacional de Entomologia, que dirige, Frei Tomás Borgmeier lançava, em bases sólidas, a *R.E.B.*, projetando assim o clero brasileiro no cenário mundial com uma publicação periódica, em nada inferior ao que de melhor se divulga, no gênero, em outros grandes países católicos. Nossa revista avante-se até às demais por ser mais completa e volumosa.

A *R.E.B.*, entretanto, seria apenas um dos grandes empreendimentos dos franciscanos do Brasil, no setor da publicidade. Por uma transformação radical passariam a própria Editora de Petrópolis e suas publicações, especialmente a revista *Vozes*.

Quem visita, hoje, após 25 anos, a Editora *Vozes* vê, entusiasmado e satisfeito, quanto avançaram os franciscanos na técnica e no apostolado da imprensa...por ocasião da última sessão do Concílio pudemos verificar, em livrarias de Roma, que as edições das *Vozes* sobre o Concílio, particularmente os três volumes da série *Concílio Vaticano II* e a coletânea *A Sagrada Liturgia Renovada pelo Concílio*, se destacavam na bibliografia conciliar. Aliás, o fascículo da *R.E.B.* de dezembro de 1964, é inteiramente consagrado à última sessão conciliar e dá aos leitores uma visão panorâmica dos derradeiros trabalhos conciliares, enquanto aguardamos o volume IV da coleção *Concílio Vaticano II*, anunciado para abril próximo.¹⁹⁴

Dom Agnelo Rossi, àquela altura, figura singular do Episcopado brasileiro, através das suas memórias sobre a fundação da *Revista Eclesiástica Brasileira* buscou se inserir como elemento constituinte.

Sob a competente direção de Frei Boaventura Kloppenburg, a *R.E.B.* continua sua trajetória, servindo ao clero brasileiro na época do Concílio Vaticano II, decisiva na História Eclesiástica. O erudito franciscano, que faz parte do Secretariado Nacional de Teologia da CNBB, é igualmente perito solícito do Concílio, o que muito veio contribuir para o bom desempenho de sua missão de jornalista e de editor...quando a *R.E.B.* completou seus dois primeiros lustres, distinguiu-me a redação com o amável convite de redigir a nota oficial do primeiro decênio, talvez por ter sido, então, colaborador assíduo, máxime com meus estudos sobre protestantismo no Brasil.¹⁹⁵

E, para destacar ainda mais a importância dessa memória compartilhada, Dom Agnelo Rossi buscou assinalar o papel internacional que a revista desempenhou ao longo do Concílio Vaticano II e ao mesmo tempo sublinhar a sua importância:

Durante a terceira sessão conciliar, em Roma, Frei Boaventura Kloppenburg solicitou-me o artigo sobre os 25 anos da *R.E.B.*, alegando nossos vínculos de

¹⁹²O marco cronológico da nossa pesquisa é de 1950 até 1964, no entanto, consideramos importante neste subitem do segundo capítulo analisar o ano de 1965, posto que nesse período a *Revista Eclesiástica Brasileira* completou 25 anos de existência.

¹⁹³ROSSI, Dom Agnelo. 25º ano da Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v. 25, fascículo 01, mar. 1965, p. 03-05. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 09.

¹⁹⁴*Ibidem*, p. 03.

¹⁹⁵*Ibidem*, p. 04.

grande amizade. Acedi com a esperança de ter vagar e tempo para, em Ribeirão Preto, compulsar a coleção da *R.E.B.* e depois referir algo objetivo sobre o imenso trabalho realizado pela revista neste quartel de século.

Graças a *R.E.B.*, possuem os padres do Brasil um instrumento idôneo para sua atualização pastoral. Nada poderíamos dizer de melhor em justo elogio à *R.E.B.*, aos seus fundadores, redatores e colaboradores.¹⁹⁶

Ainda no período de comemoração dos 25 anos da revista, publicou-se o artigo “Fastos Jubilares”¹⁹⁷, escrito pelo Padre Waldomiro Pires Martins, apresentando como temática principal a história da *R.E.B.* e o posicionamento do periódico diante dos assuntos latentes em nossa sociedade. Segundo este padre:

Nas páginas da *Revista Eclesiástica Brasileira*, palpitam e latejam os acontecimentos religiosos da atualidade. Nelas percebo um equilíbrio consciente e calculado. Há tomadas de posição firmes e decididas, dentro de inegável fidelidade à Igreja. De outro lado, ao que parece, a *Revista Eclesiástica Brasileira* não quis manifestar-se de fato, em algumas discussões que alvoroçaram círculos eclesiais e leigos do Brasil, em torno de problemas sociais e religiosos. Sempre evitou polêmicas. Por isso mesmo, nunca concordou em ser tribuna livre. A meu ver, a *Revista Eclesiástica Brasileira*, por índole, não se comprometeu em pronunciamentos apaixonados, nem sequer a propósito dos debates conciliares, ocasião em que tantos se apaixonaram. Ela quis ser sempre a revista de todo o clero e para todo clero.¹⁹⁸

Vale salientar, contudo, que a *R.E.B.*, embora tenha sido criada pelos Franciscanos, buscou ser, acima de tudo, uma revista “do clero e para o clero”, isto é, um lugar de fala e de poder reconhecido dentro do “corpo místico” da Igreja e, por isso mesmo, capaz de influenciá-lo. Esse projeto fica especialmente visível, além disso, na própria constituição da memória sobre a criação e atuação histórica da revista, tal como vimos e analisamos.

¹⁹⁶ROSSI, Dom Agnelo. 25º ano da Revista Eclesiástica Brasileira. In: *R.E.B.*, v.25, fascículo 01, mar.1965, p. 05. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 09.

¹⁹⁷MARTINS, Waldomiro Pires. Fastos Jubilares. In: *R.E.B.*, v. 25, fascículo 04, dez.1965, p. 867. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,11.

¹⁹⁸MARTINS, Waldomiro Pires. Fastos Jubilares. In: *R.E.B.*, v. 25, fascículo 04, dez.1965, p. 867. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,11.

CAPÍTULO III – IGREJA E ESTADO: R.E.B. E AS ESTRATÉGIAS CATÓLICAS PARA A REFORMA AGRÁRIA

3.1 – A R.E.B. e o contexto agrário brasileiro

A partir dos anos 50, setores da Igreja Católica no Brasil, assim como nas demais regiões da América Latina, intensificaram os movimentos de análise das realidades socioeconômicas de seus povos, aumentando o “cristianismo da libertação”.¹⁹⁹ Baseado no método marxista-cristão de interpretação e transformação da realidade, os movimentos do “cristianismo de libertação” não enxergavam os pobres apenas como dignos de caridade, mas como pessoas aptas a lutarem por uma sociedade mais justa e cristã, para se tornarem sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

No Brasil, mormente no governo de Juscelino Kubitschek, vivenciou-se o processo nacional-desenvolvimentista, que, na prática, não melhorou a distribuição de renda e propiciou as desigualdades sociais, sobretudo, no campo, mantendo a questão da reforma agrária como objeto de discussões. Nesse sentido, Vânia Losada Moreira²⁰⁰ destaca que o fato de o governo JK ter mantido relações amistosas com os ruralistas tornou inviável qualquer alternativa de reforma agrária e colonização conduzida pelo Estado.

Dentro dessa conjuntura, o programa de Kubitschek omitiu-se em relação a medidas de organização fundiária, embora a reforma agrária fosse ao lado do debate sobre o papel do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento industrial, a segunda questão mais polêmica do cenário político do período. Grosso modo:

JK evitou definir uma política agrária, aliás, a despeito também da ampliação dos conflitos fundiários e do crescimento dos movimentos sociais e políticos no campo, como as Ligas Camponesas que agitavam o Nordeste, a crescente organização do sindicalismo rural ou, ainda, outros tantos movimentos rurais, inclusive armados, que surgiam no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.²⁰¹

Segundo Maria Victoria Benevides²⁰², o governo Kubitschek foi marcado pelo auge do populismo. No entanto, o “populismo juscelinista” (como a autora se refere) foi assinalado pela conciliação entre o moderno e o conservador, e apresentou um nacionalismo diferente em relação ao de Vargas, devido à ênfase dada ao capital estrangeiro. Por outro lado, Vânia Moreira²⁰³ vai além, ao afirmar que JK abriu o interior para um processo oligárquico de apropriação rural. No entanto, devemos ter em mente que tal expansão do modelo oligárquico trouxe graves consequências, a saber: o acirramento do conflito de interesses no campo; o aumento de especulação fundiária; a grilagem e formação de novos latifúndios e conflitos interétnicos e sociais, envolvendo os pequenos proprietários e índios.

¹⁹⁹LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes, 2000. Na presente obra, nos deparamos com uma interpretação renovada desse movimento teológico (“cristianismo da libertação”), no qual se levou em consideração as tensões entre a ética católica e o espírito do capitalismo e os conflitos de classes.

²⁰⁰MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano (Volume 03)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 157-194.

²⁰¹*Ibidem*, p. 184.

²⁰²BENEVIDES, Maria Victoria. “O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento” In GOMES, Ângela de Castro (org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 21-38.

²⁰³MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano (Volume 03)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 157-194.

Assim como Vânia Moreira²⁰⁴, acreditamos que o governo JK, apesar do sucesso na implementação do Plano de Metas, não alcançou os diversos segmentos da sociedade. A maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia. Sendo assim, Kubitschek deixou de cumprir as promessas de desenvolvimento social que, via de regra, estavam associadas à ideia de aceleração da prosperidade econômica; e, desta forma, não conseguiu elevar o nível de vida da população sertaneja. Por fim, Juscelino não foi bem sucedido em duas outras promessas: os desníveis do desenvolvimento regional não foram superados e tampouco o “subdesenvolvimento” nacional.

Dessa forma, a luta pela cidadania política dos trabalhadores rurais também estabeleceu uma nova realidade na história social do Brasil. Assim, as Ligas Camponesas²⁰⁵ surgiram em 1955, no estado de Pernambuco, lideradas por Francisco Julião²⁰⁶, e apareceram no cenário nacional como instrumento de resistência de pequenos agricultores e não-proprietários, que lutavam contra a tentativa de expulsão das terras onde trabalhavam.

Segundo Montenegro²⁰⁷, as Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a deposição de João Goulart, em 1964. Iniciaram-se no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. O movimento, criado em 1955, autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Coube a setores conservadores, na imprensa e na Assembleia, batizar a sociedade de “Liga”, expressão utilizada para sugerir a existência de uma ligação desse movimento com as organizações rurais de mesmo nome, criadas pelo Partido Comunista Brasileiro — então Partido Comunista do Brasil (PCB) — em 1945 e extintas em 1947, quando o PCB foi colocado na ilegalidade.²⁰⁸

²⁰⁴ *Idem.*

²⁰⁵ Para uma maior compreensão desta temática, recomendo a leitura das seguintes obras: AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução” In: FERREIRA, Jorge, (org.). *O Brasil Republicano (volume 03)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-271. RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte, Esperança da Vida: A história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 2000. STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil (volume 4). História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

²⁰⁶ Recomendo a leitura de RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte, Esperança da Vida: A história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 2000. STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil (volume 4). História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. E também consultar o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 11 set. 2014.

²⁰⁷ MONTENEGRO, *Op. Cit.*, p. 243-271.

²⁰⁸ Em contrapartida, Maria Socorro Rangel não atribui às Ligas Camponesas um lugar pré-determinado. Por essa razão, o marco cronológico do seu trabalho não é 1945, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) criou as primeiras Ligas Camponesas no Nordeste; também não é 1955, quando surgiu as Ligas Camponesas da Galiléia, fundada com a participação de Francisco Julião. A autora considera 1959 o ano crucial, por uma série de fatores, dentre os quais, podemos ressaltar: ano de desapropriação do Engenho da Galiléia, cujo significado foi o entusiasmo dos camponeses que no Recife se portavam como vitoriosos nas ruas e assim incentivavam a criação de outras Ligas Camponesas no Nordeste; o recrudescimento da violência cotidiana dos proprietários de terra, que tentavam conter esse crescimento; a emergência de Francisco Julião como líder que declarava a sua intenção de espalhar as Ligas por todo país. Para maiores informações, consultar: RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte, Esperança da Vida: A história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 2000.

Ramos²⁰⁹ nos mostra que os representantes da SAPPP procuraram Francisco Julião, advogado em Recife, para defendê-los na Justiça. Julião aceitou defendê-los. A pendência se prolongou até 1959, quando foi aprovada a proposta de desapropriação do engenho, encaminhada à Assembleia Legislativa pelo governador Cid Sampaio com base em um antigo projeto de Julião. A questão transformou o primeiro núcleo das Ligas Camponesas no símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais tanto almejavam. Essa vitória localizada do movimento teve, porém, consequências contraditórias, pois se, por um lado, ela conseguiu apaziguar os ânimos e alimentar a esperança através de soluções legais, por outro, estimulou as lideranças a prosseguirem na mobilização em favor de uma reforma agrária radical que atendesse às reivindicações camponesas em seu conjunto.

A partir de 1959, as Ligas Camponesas se expandiram para outras regiões, como a Paraíba, Paraná e estado do Rio de Janeiro, mais especificamente em Campos, aumentando o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, segundo Bernardete Aued²¹⁰, o mais importante e mais expressivo foi o de Sapé, na Paraíba.

Observamos, na presente década, manifestações de segmentos da Igreja Católica, recomendando ao governo a necessidade de desenvolver uma política de reforma agrária, com o escopo de resolver as graves condições de vida do trabalhador rural. Nesse sentido, ocorreu, em 1956, o I Encontro de Bispos do Nordeste, organizado pela CNBB em Campina Grande (PB), no qual foi criticado o problema da má distribuição da terra e a pertinência de uma reforma agrária. E, ao analisarmos a *R.E.B.*, encontramos uma crônica referente ao encontro supracitado, na qual se salienta que, à luz dos ensinamentos de São Tomás de Aquino, “um mínimo de bem-estar material se exige para a prática das virtudes morais”²¹¹ apreoadas pela Igreja:

Nosso papel foi de estimuladores do bem comum, incentivadores da paz social. Mas é fundamental para nós deixar absolutamente claro que não podemos responder pela concretização do plano de ação aqui anunciado. Sem dúvida, na medida do nosso alcance, velaremos para que a experiência se inicie, prossiga e chegue a bom termo, pois vemos, sabemos, sentimos que o povo já não suporta ilusões (...) O objetivo fundamental da Igreja é o Reino de Deus. Mas o Reino de Deus começa transitoriamente no tempo, para chegar, definitivamente, na Eternidade. E neste itinerário dos homens pelos caminhos da terra, interferem as condições temporais. A virtude tem, aí, também sua batalha: a batalha das condições, das necessidades materiais, interferindo no espiritual. Um lema que poderíamos pôr à face de um debate sobre os nossos problemas sociais seria aquele de São Tomás de Aquino, para quem um mínimo de bem-estar material se exige para a prática das virtudes morais. Poderíamos dizer, mesmo, para melhor situar a questão, que o exatamente necessário, no domínio do bem-estar social, se torna uma exigência cristã para salvaguardar a dignidade da pessoa humana, na sua tarefa de viver. Por isso ninguém poderá dizer que seja estranho a uma reunião de Bispos o debate dos problemas sociais, não só na equação doutrinária, mas ainda nas decisões para uma ação direta e imediata.²¹²

Deste modo, as Ligas tornaram-se um caminho alternativo de organização e mobilização das massas trabalhadoras, devido à ausência de sindicatos rurais. Por outro lado, a Igreja, ao perceber o aparecimento das Ligas, desenvolveu uma atividade junto aos camponeses do Rio Grande do Norte (RN), denominado Serviço de Assistência Rural (SAR),

²⁰⁹RAMOS, Severino. *Marcado para morrer: A saga das Ligas Camponesas de Sapé e a morte de seu líder*. João Pessoa: Civilização Brasileira, 1989.

²¹⁰AUED, Bernadete W. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-1964)*. Florianópolis: UFSC, 1986.

²¹¹CNBB. O encontro dos bispos do Nordeste, em Campina Grande. In: *R.E.B.*, v.16, fascículo 02, jun.1956, p. 503. Biblioteca nacional (BN), cód. 2-135, 01,16.

²¹²*Idem*.

criada pelo Arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, no ano de 1949, com o respaldo do Ministério da Agricultura. Vejamos o comentário de Montenegro:

Essa experiência está voltada para a alfabetização e educação e a partir dela é que será criado o Movimento de Educação de Base (MEB). A experiência do Rio Grande do Norte irá inspirar o trabalho que a Igreja desenvolverá em Pernambuco, sobretudo como forma de reagir ao avanço da esquerda no Estado. Dessa forma, é criado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), cujo objetivo fundamental é o de promover a sindicalização rural ao trabalho paroquial.²¹³

A *R.E.B.* mostrava-se, efetivamente, preocupada com o crescimento das Ligas Camponesas e isso ficou expresso no escrito “A ofensiva das Ligas Camponesas”²¹⁴:

(...) o problema era gravíssimo e que, não tomadas providências a tempo, o Brasil haveria de assistir a dramas sangrentos de violência e vandalismo iguais às cenas dantescas de que foram teatro os países dominados pelos agentes comunistas... Tinham as Ligas Camponesas como chefe o Deputado Francisco Julião, homem maneiroso e astuto, preparado carinhosamente por Moscou, Pequim e Havana, nos diversos cursos de aperfeiçoamento a que se submeteu no estudo aprofundado da doutrina comunista. Não iriam as Ligas Camponesas receber só ajuda financeira para a execução de um plano subversivo arditamente elaborado, mas também o armamento moderno necessário para uma verdadeira revolução extremista no País. O mal começa a alastrar-se também pelos estados do sul e o Deputado Julião, que já esteve várias vezes no Norte do Paraná, prepara, agora, dois grandes congressos: o de Maringá, a realizar-se no próximo mês de agosto, e o 1º Congresso Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, marcado para o dia 25 de setembro. É preciso que agricultores e homens do campo não se iludam com a finalidade desses Congressos, que recebem nomes pomposos e exibem atraentes programas, mas que não passam de verdadeiros engodos para os incautos e desprevenidos colonos, que vivendo, não raro, em condições intoleráveis de miserabilidade, se lançam numa aventura perigosa, com esperanças de dias melhores e mais compensadores. Atrás de tudo isso, porém, está a mão refalsada de inimigos da Pátria, da Família e da Religião.²¹⁵

Francisco Julião é textualmente apresentado na *R.E.B.* como “homem maneiroso e astuto, preparado carinhosamente por Moscou, Pequim e Havana”²¹⁶ e chefe do movimento político de organização dos trabalhadores rurais como estratégias de sedução do comunismo – isto é, dos “inimigos da Pátria, da Família e da Religião”²¹⁷ –, visando recrutar “incautos e desprevenidos colonos”²¹⁸ que viviam em desesperada condição de miséria. Julião, ou Francisco Julião Arruda de Paula, nasceu no ano de 1915, no município de Bom Jardim (PE). cursou a faculdade de Direito em Recife e formou-se em 1939. Embora não tenha participado ativamente da política acadêmica, Julião foi fortemente influenciado pelo debate desenvolvido na universidade, importante centro de oposição ao Estado Novo.²¹⁹

²¹³MONTENEGRO, *Op. Cit.*, p. 267.

²¹⁴MORAIS, Dom Antônio. A ofensiva das Ligas Camponesas. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 779-780. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

²¹⁵*Idem.*

²¹⁶*Idem.*

²¹⁷*Ibidem*, p.780.

²¹⁸*Idem.*

²¹⁹ Consultar o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 11 set. 2014.

Ramos²²⁰ ressalta que, na década de 1940, Julião já defendia causas camponesas em vários municípios de Pernambuco, sobretudo, Vitória de Santo Antão, Limoeiro, Jaboatão e Bom Jardim, situados na região Norte da Zona da Mata, onde havia grande número de arrendatários e pequenos proprietários rurais. Julião atuava frequentemente no combate às prestações de trabalho e aos aumentos arbitrários do foro²²¹ pago pelos trabalhadores aos donos das terras, além da defesa dos moradores ameaçados de expulsão pelos grandes proprietários.

Em 1954, conquistou uma cadeira na Assembleia Legislativa. No ano seguinte, foi convidado a assumir a defesa jurídica dos membros da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP); primeira associação camponesa do estado organizada por moradores do engenho Galiléia, situado no município de Vitória de Santo Antão.

Segundo Azevedo²²², o proprietário do engenho e presidente honorário da SAPP discordou dos rumos do movimento, renunciou ao seu cargo e procurou terminar com a cooperativa e expulsar os camponeses. Em 1955, Julião deu início a um processo na justiça com a finalidade de desapropriar as terras do engenho e garantir sua posse pelos moradores, deflagrando uma luta jurídica e política que só foi resolvida após quatro anos.

No mesmo ano, representantes das Ligas participaram do Congresso pela Salvação do Nordeste, organizado pela Prefeitura de Recife. Na ocasião, foi aprovada uma declaração de apoio à reforma agrária e de combate às estruturas fundiárias vigentes. Julião já defendia a necessidade de uma mudança radical no sistema de propriedade da terra e de produção agrícola no Nordeste, questões que sensibilizavam autoridades de diversos níveis e setores da opinião pública.

O texto “A ofensiva das Ligas Camponesas”²²³ também realizava críticas às doutrinas marxistas e assinalava que somente nas palavras da instituição católica poderia-se encontrar a saída para os problemas rurais:

Não serão as doutrinas marxistas, ateias e desumanas, que irão salvar o homem do campo e o operário de um País cristão e de tradições pacíficas como é o Brasil. Aí está a doutrina social da Igreja, consubstanciada na *Rerum Novarum*, na *Quadragesimo Anno* e, agora, na oportuníssima *Mater et Magistra*, de João XXIII, capaz de resolver todos os problemas que afligem o homem do trabalho em nossa querida Pátria.²²⁴

Portanto, a *R.E.B.* apresentava uma postura contrária a qualquer aproximação com o comunismo, argumentando que os comunistas se aproveitariam da fragilidade do camponês para guiá-lo para dentro de sua ideologia. Deste modo, o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer²²⁵ fez alguns alertas no seu programa “A Voz do Pastor” em relação ao novo

²²⁰RAMOS, Severino. *Marcado para morrer: A saga das Ligas Camponesas de Sapé e a morte de seu líder*. João Pessoa: Civilização Brasileira, 1989.

²²¹O foro era um tipo de aluguel que deveria ser pago pelo uso da terra, fosse em dinheiro ou em produtos.

²²²AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

²²³MORAIS, Dom Antônio. A ofensiva das Ligas Camponesas. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 779-780. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

²²⁴*Idem*.

²²⁵Alfredo Vicente Scherer nasceu em 5 de fevereiro de 1903, no município de São Sebastião de Cai (RS). Foi nomeado em junho de 1946 bispo-auxiliar da arquidiocese de Porto Alegre. Em dezembro desse mesmo ano, foi nomeado pelo papa Pio XII arcebispo de Porto Alegre. Em 1952, integrou a comissão central para a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, após sua fundação em outubro daquele ano, foi eleito para dirigir um dos seus organismos, o Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos.

Em junho de 1961, iniciou o programa radiofônico semanal *A voz do pastor*, em que se dirigia à população gaúcha, e que era transmitido todas as segundas-feiras pela Rádio Difusora de Porto Alegre.

No final de 1961, o movimento de agricultores sem terra que lutavam por uma reforma agrária começou a crescer no Rio Grande do Sul, e Dom Vicente Scherer contrapôs-se, fundando a Frente Agrária Gaúcha (FAG),

alvo do comunismo. E, na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.*, divulgou-se um trecho do programa supracitado, no escrito “Nossos problemas agrários e rurais”.²²⁶ Nesse texto, ressaltava-se que a encíclica *Mater et Magistra*, ao estudar os problemas do homem rural, declarava que os camponeses deveriam conquistar o mesmo padrão de vida do operariado urbano.

Para a elevação do nível econômico e social dos trabalhadores do campo e das lavouras, requer-se um conjunto de medidas educacionais, econômicas e assistenciais, estabelecidas em planejamentos que se apoiem em minuciosos levantamentos estatísticos da realidade nas diversas zonas do estado, pois este apresenta situações e meios os mais dissemelhantes. Iniciaram-se dois movimentos principais que pretendem mobilizar os trabalhadores rurais para a defesa dos seus interesses, as Ligas Camponesas que tiveram origem em Pernambuco, e a Associação dos Agricultores Sem Terra fundada neste Estado. Não lhes custará despertar as mais ousadas esperanças no espírito dos modestos homens do interior, acenando-lhe com promessas de fartura, independência econômica e bem-estar. Sem instrução de base, sem aprendizado da técnica de trabalho agrícola, sem saúde, sem auxílio de veterinários e agrônomos, que adiantará oferecer a um chefe de família alguns hectares de campo?²²⁷

A partir da citação acima, evidencia-se que, sem medidas de proteção aos trabalhadores rurais, em nada melhoraria a situação geral de decadência da agricultura. Nesse sentido, Scherer argumentava que a primeira reforma agrária deveria ser o progresso do campo. Assim:

A primeira reforma agrária deveria ser o melhoramento das precárias condições em que se encontra a imensa maioria dos agricultores, que têm terra, mas não têm a assistência técnica e a proteção necessária para garantir-lhes um mínimo de conforto e de segurança, como recompensa do seu trabalho duro e sem descanso (...) Observamos com pesar que autoridades, parlamentares e homens públicos não somente seguem a política da mão estendida ao comunismo mas aceitam ostensiva colaboração dos seus adeptos. Inevitavelmente perdem a confiança da população católica que em consciência não poderá dar-lhes o voto em futuras eleições. Não permitiremos que fira o Brasil a desgraça que se abateu sobre a infeliz nação cubana. A doutrina social da Igreja propugna de todos os modos pela elevação da classe rural, mas os agricultores serão os primeiros e maiores prejudicados com o tratamento que se está dar aos problemas que os afligem.²²⁸

Scherer afirmava ser dever do Estado forçar os proprietários agrícolas a criar condições humanas de vida e de trabalho para os seus dependentes. Por meio de uma legislação e de uma justiça especializada, seria possível impedir as injustiças de que se tornaram vítimas os arrendatários, os assalariados rurais e parceiros. Por fim, para evitar o abandono do campo e, até mesmo, uma revolução social, fazia-se necessário instruir o camponês: “Instruído e amparado o agricultor, grande e pequeno, ao invés, será um valioso elemento de equilíbrio social e político, sentir-se-á feliz na sua gleba e dará, de sua parte, vigoroso impulso ao processo do nosso desenvolvimento.”²²⁹

para organizar os trabalhadores do campo. Consultar o Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro no seguinte sítio eletrônico:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 31 jul. 2014.

²²⁶SCHERER, Dom Vicente. Nossos problemas agrários e rurais. In: *R.E.B.*, v. 22, fascículo 01, mar.1962, p. 234-236. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,03.

²²⁷*Ibidem*, p. 234.

²²⁸*Ibidem*, p. 235.

²²⁹*Ibidem*, p. 236.

A *R.E.B.* apoiava uma Reforma Agrária baseada na ordem pública e na paz, uma vez que contribuiria para a solução dos problemas que afligiam o país, tais como: êxodo rural; inflação; ameaça do comunismo e conflito entre grandes proprietários de terra e camponeses.

No que concerne ao contexto brasileiro, Wanderley Guilherme dos Santos²³⁰ destaca que, em 1961, ao assumir a presidência, Jânio Quadros se deparou com efeitos colaterais negativos do governo JK, dentre os quais: inquietação social, desequilíbrios econômicos e aumento da incerteza quanto ao futuro. Nesse sentido, o autor demonstra que as dificuldades encontradas inicialmente no governo de Jânio Quadros eram mais complexas do que simplesmente um ponto de doutrina econômica. Assim: “Por trás do problema monetário, complexas questões sobre o preço da austeridade e a quem caberia pagar este preço esperavam para ser levantadas, como evidenciariam as reações às primeiras medidas da nova administração.”²³¹

No entanto, Jânio não se mostrou capaz de superar a crise financeira devido à sua política econômica severa, que se traduzia nas seguintes medidas: congelamento dos salários, desvalorização do cruzeiro e restrição ao crédito.²³² Nesta conjuntura de dificuldades, o presidente renunciou, acreditando que permaneceria no poder através do apoio maciço da população, pedindo o seu retorno, fato que nunca aconteceu.²³³

Desta forma, com a abdicação de Jânio Quadros, a presidência deveria ser assumida pelo seu vice, João Goulart, que se encontrava em visita à China comunista; devido à sua ausência, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o cargo de presidente da República, enquanto os setores mais conservadores da nossa cúpula política armavam um golpe, a fim de impedir Goulart de tomar o poder. Em todas as partes do Brasil, surgiram manifestações de apoio à posse de João Goulart, sobretudo por meio da *Campanha da Legalidade*, liderada por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Além das lideranças sindicais e políticas, outros setores sociais, tais como intelectuais, estudantes e segmentos da Igreja Católica, rejeitaram a atitude dos ministros militares que tentavam impedir a posse.²³⁴ Entretanto, a Igreja não era, então, uma instituição politicamente homogênea; e isso explica porque o grupo mais conservador, liderado por Dom Vicente Scherer, apoiava o golpe.

Assim, houve um boicote à chegada de Jango à presidência, amenizado com um acordo, no qual implementou-se o parlamentarismo durante seu mandato. Segundo Argelina Figueiredo²³⁵, esse acordo foi aceito por Goulart no intuito de evitar uma guerra civil no país, especialmente porque ele não queria perder a oportunidade de assumir a presidência da República.

Após o plebiscito de 1963, o país retornou ao sistema presidencialista. Neste momento, os movimentos populares, ao lutarem por uma reforma agrária (dentre outras reformas sociais), adquiriram um tom combativo resumido no seguinte *slogan: reforma agrária, na lei ou na marra.*²³⁶

Nesse contexto, Jango considerava a reforma agrária condição *sine qua non* para o progresso do país. Dentro da lógica nacional-desenvolvimentista, tal reforma era

²³⁰SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

²³¹*Ibidem*, p. 209.

²³²*Ibidem*, p. 210.

²³³*Idem*.

²³⁴FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961” *In*: FERREIRA, Jorge(org.). *O Brasil Republicano (volume 3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 303-341.

²³⁵FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961- 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²³⁶FILHO, Daniel Aarão Reis. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. *In*: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.331.

imprescindível para que o capitalismo pudesse prosperar, promovendo a justiça social no Brasil. Desta forma, para Lucília Delgado²³⁷, o projeto trabalhista ao qual Jango era filiado, do ponto de vista ideológico e partidário, tinha um claro viés desenvolvimentista, pois defendia que a modernidade só seria alcançada se fosse apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização. Também sofria influência da Doutrina Social da Igreja e das ideias socialistas, defendendo políticas sociais distributivistas e a efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país. Nesse sentido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e seu projeto social e ideológico não eram homogêneos. Ao contrário, eram, na verdade, matizados por proposições específicas de diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil. Deste modo, havia um projeto reformista agregado a objetivos socialistas, que também era defendido pelos comunistas. Também se identificava a forte influência e atuação dos católicos, definidos como progressistas, que, sobretudo, através de movimentos leigos como o da Ação Católica, desenvolviam um trabalho em torno de propostas para o reformismo e justiça sociais. E, por fim, aproximou-se de sindicatos e organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que tinham seus projetos específicos.²³⁸

Jango se inspirou na tendência dos “doutrinários trabalhistas” que militavam dentro do PTB²³⁹, que, dentre outras orientações doutrinárias, utilizavam como instrumento de reflexão da realidade brasileira a Doutrina Social Cristã.²⁴⁰ Notamos a proximidade do presidente João Goulart com a Igreja “progressista” especialmente na época da publicação da encíclica *Pacem in Terris* (1963), no qual o presidente enviou uma carta ao Papa, parabenizando-o por tal encíclica. Vejamos a mensagem contida na seção “Crônica Eclesiástica” da *Revista Eclesiástica Brasileira*:

As sábias palavras de Vossa Santidade sobre os direitos e deveres dos seres humanos e suas relações com as comunidades políticas, hão de constituir, doravante, por certo, segura base de princípios a nortear o comportamento dos governantes e cidadãos dos diferentes países. Para o povo brasileiro, que busca construir a sua Pátria no espírito de justiça social e de cooperação constitutiva, isenta de preconceito de raça e de grupo social, é bem reconfortante e sobremodo encorajador receber, nesta hora, o valioso suporte espiritual de tão altíssima voz, para o prosseguimento de seus esforços, que são os do governo brasileiro.²⁴¹

²³⁷DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

²³⁸*Ibidem*, p. 172.

²³⁹Lucília Neves Delgado destaca três principais tendências do trabalhismo que se integraram ao PTB: os “getulistas pragmáticos”, formados por burocratas vinculados à estrutura do Estado através do Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados ao corporativismo sindical oficial. Os “doutrinários trabalhistas” eram os intelectuais orgânicos do petebismo e se inseriam em uma orientação trabalhista socializante, que propunha uma maior desvinculação do partido em relação ao Estado. E por último, os “pragmáticos reformistas”, estes atuaram a partir da segunda metade da década de 50 e amalgamaram em sua prática político-partidária características da tendência getulista e da doutrinação. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

²⁴⁰A Doutrina Social Cristã, assim como o trabalhismo inglês e o socialismo reformista, foi muito utilizada, inicialmente pelo articulador da tendência doutrinária: o político gaúcho Alberto Pasqualini. No que concerne à Doutrina Social da Igreja, seu principal aspecto, refere-se à condenação do “capitalismo individualista” e à busca de maior justiça e igualdade social. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189.

²⁴¹GOULART, João. O presidente da República sobre a *Pacem in Terris*. In: *R.E.B.*, v. 23, fascículo 02, jun.1963, p.496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,05

De acordo com Delgado²⁴², o discurso e a trajetória de Jango podem ser considerados paradigmáticos do que foi o projeto reformista do “novo trabalhismo”. Tal projeto sustentava-se tanto no getulismo (substancialmente no que se refere ao nacionalismo e ao aperfeiçoamento e ampliação das leis trabalhistas) quanto no trabalhismo doutrinário (especialmente em relação ao distributivismo da riqueza social).²⁴³

Portanto, a Igreja não ficou indiferente em uma sociedade que se polarizou entre direita e esquerda, onde os movimentos sociais de ambos os lados cresciam e disputavam o poder de dirigir os destinos do país²⁴⁴. Nessa conjuntura, a instituição católica também temia perder os camponeses e passou a se envolver mais nas questões do meio rural, dando um incentivo maior aos Sindicatos Rurais e ao Serviço de Assistência Rural, cujo objetivo era diminuir a entrada dos comunistas.²⁴⁵ O escopo era conscientizar os camponeses da situação deplorável em que viviam e organizá-los para lutar por seus direitos, mas tudo isso deveria ser baseado em preceitos cristãos e na criação de líderes próprios e autônomos em relação ao comunismo.²⁴⁶

Diante do exposto, analisaremos nas próximas seções a cobertura da *R.E.B.*, no que tange às estratégias propostas por setores da Igreja Católica para implementar o seu projeto de reforma agrária no Brasil.

3.2 – A inserção dos agentes pastorais e a formação de líderes em defesa da reforma agrária.

Em março de 1956, na seção “Crônica Eclesiástica”, nos deparamos com o escrito “Crescente interesse pelos problemas rurais”²⁴⁷, onde se evidenciava uma cooperação entre o Episcopado e o Ministério da Agricultura, posto que a Igreja reconhecia ser necessário um mínimo de condições materiais para a perfeição espiritual do indivíduo. Desta forma, realizaram-se medidas de comum acordo com o escopo de solucionar problemas de ordem material, técnica, social, religiosa e moral. Portanto, durante alguns dias, 14 padres da zona rural de vários estados brasileiros fizeram um curso intensivo de Extensão Agrícola, na Fazenda Ipanema, em Sorocaba (SP), a fim de formar lideranças aptas a colaborar com o Ministério da Agricultura. Vejamos:

A finalidade do curso foi proporcionar aos padres conhecimentos especializados para que possam colaborar melhor nas campanhas ruralistas do Ministério da Agricultura. O programa constituiu de aulas e demonstrações práticas, ministradas por técnicos brasileiros e norte-americanos. Além de ensinamentos sobre objetos e

²⁴²DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

²⁴³Deste modo, o período do trabalhismo foi caracterizado por contradições e ambiguidades. Representou dirigismo, paternalismo e potencial de autonomia para sujeitos históricos, como eram os trabalhadores. Significou personalismo de seus líderes, por um lado, e, por outro, acalentou proposições cooperativistas e coletivistas. Apesar dos paradoxos, Delgado ressalta que o trabalhismo não deixou de representar um programa, cujo objetivo principal era a crença na resolução dos problemas sociais do país. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 201.

²⁴⁴MAINWARING, *Op. Cit.*, p. 75.

²⁴⁵MONTENEGRO, *Op. Cit.*, 2003.

²⁴⁶ENGELKE, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (MG – 10/09/1950) In: Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, *Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 45-46.

²⁴⁷KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Crescente interesse pelos problemas rurais. In: *R.E.B.*, v. 16, fascículo 01, mar. 1956, p.247. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 15.

métodos de extensão agrícola, e noções sobre o crédito rural supervisionado, foram focalizados também problemas de irrigação, mecanização, conservação do solo, culturas anuais, horticultura, avicultura e economia doméstica do campo. O curso foi promovido pela Divisão de Fomento do Departamento Nacional da Produção Vegetal e é um resultado da cooperação recentemente estabelecida entre o Episcopado e o Ministério da Agricultura.²⁴⁸

No meio rural, os párocos apresentavam um papel de extrema importância, uma vez que eram considerados chaves de regeneração social para a população local. Assim, vejamos as palavras do Monsenhor Silvano de Sousa, do Seminário de Pelotas no Rio Grande do Sul:

Constituem eles o setor do clero que está mais verdadeiramente em contato com o povo; são os párocos do povo, vigários do sertão, que chegam com sua assistência e influxo às camadas sociais que, na cidade, permanecem alheias à ação direta da Igreja.²⁴⁹

No mesmo fascículo, encontramos o comunicado “Conclusões e indicações da I Semana Ruralista do Seminário de Viamão, RS”²⁵⁰, no qual destacou ser imprescindível ao padre moderno estar esclarecido sobre as necessidades da população local. O trecho a seguir revela a importância do pároco se atualizar em relação às temáticas da vida rural:

Ele terá que falar a linguagem de seu meio e de seu tempo, para ser atendido. E para atingir a família e seus integrantes, os jovens e adultos, de ambos os sexos, os arrendatários, os trabalhadores rurais, os colonos, os estancieiros e os seus capatazes e peões, para poder chegar até eles – na casa, no rancho, na vida ou na pequena comunidade agrária – deverá utilizar, além dos recursos de sua formação interior e cultural, os métodos novos de Ação Social, de catequese e de Ação Católica.²⁵¹

Então, dando continuidade à sua luta para incentivar as transformações sociais, a Igreja organizou, em 1959, o II Encontro de Bispos do Nordeste, em Natal, e firmou-se uma importante declaração, com minuciosas conclusões e sugestões. Dentre elas, a necessidade de uma reforma agrária e de um planejamento econômico, completado por medidas imediatas e locais, a fim de propiciar o desenvolvimento de toda a região Nordeste do país. Observemos um trecho presente na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.* que menciona o encontro supracitado:

Com isso seria afastada, nas horas de calamidade meteorológica, a desonestidade de aproveitadores da miséria e da fome, pecado que brada aos céus... O desenvolvimento econômico do Nordeste só atingirá sua eficiência plena se, se apoiar no esforço consciente e voluntário das forças atuantes de toda a comunidade, para o que há urgência, em todos os seus níveis, de líderes, especializados em modernas técnicas de organização comunitária, tais como a promoção do corporativismo, do serviço de extensão rural e de outros processos de educação de base. Esse desenvolvimento supõe que a agricultura regional mereça tratamento igual, sob todos os aspectos, ao que se vier a dar ao desenvolvimento industrial, e exige medidas não só relativas a um melhor nível alimentar, mas também providências que visem à saúde pública, tendo-se em vista que as populações

²⁴⁸ *Idem.*

²⁴⁹ SOUSA, Monsenhor Silvano de. A situação do clero no Brasil. In: *R.E.B.*, v. 16, fascículo 03, set. 1956, p. 564. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01.

²⁵⁰ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Conclusões e indicações da I Semana Ruralista do Seminário de Viamão, R.S. In: *R.E.B.*, v. 16, fascículo 03, set. 1956, p. 663-668. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 17.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 665.

nordestinas são em geral subnutridas, e conseqüentemente vulneráveis no seu estado sanitário.²⁵²

Percebemos que, na opinião destes setores da Igreja, para ocorrer o desenvolvimento econômico do Nordeste, era necessária a promoção de medidas locais – como melhorias na alimentação e na saúde pública – a fim de utilizar uma mão-de-obra sadia para os empreendimentos visados em tal região do país.

Em 1960, ocorreu a reunião dos arcebispos e bispos das províncias eclesiásticas de São Paulo, a fim de discutir o projeto de “Revisão Agrária” do governo paulista.²⁵³ Nesta ocasião, elaboraram uma declaração onde os bispos dirigiam-se primeiramente aos proprietários rurais, fazendo um apelo para que se conscientizassem de que a paz social do país encontrava-se nas mãos deles. Ainda, pediam que eles examinassem com cautela o projeto de “Revisão Agrária” de São Paulo.

No que concerne aos trabalhadores rurais, os bispos solicitavam que tais trabalhadores procurassem um sacerdote, a fim de orientá-los no plano de “Revisão Agrária”. Isto evitaria que os camponeses interpretassem mal o referido projeto. Vejamos o que diz a declaração a respeito da responsabilidade dos campesinos, publicada na seção “Comunicações” da *R.E.B.*, em 1961:

Vossa responsabilidade também é muito grave. Procurai, quanto antes, uma pessoa esclarecida e cristã que vos dê a palavra exata sobre o alcance da Revisão Agrária, pois seria uma lástima desconhecer-la e seria um perigo entendê-la mal, caso ela vos fosse apresentada de modo tendencioso por agitadores interessados em explorá-la...Quando o comunismo vos convidar para grupos e ligas de defesa dos vossos interesses, já deveis estar organizados em núcleos democráticos e construtivos que desejamos ajudar a criar, independente de qualquer exigência religiosa.²⁵⁴

A partir do fragmento citado acima, fica em evidência que setores da Igreja Católica procuraram persuadir o trabalhador rural a aderir ao projeto do governo de São Paulo, argumentando que a “Revisão Agrária” visava melhorar as condições de vida no campo e que, para isso, não teria necessidade de nenhuma “agitação vermelha”. A disputa de hegemonia entre um projeto de esquerda, cada vez mais revolucionário, pois apelando à “reforma agrária na lei ou na marra”, e outro legalista e cristão estava absolutamente claro nesse documento e, mais ainda, os bispos conclamavam os trabalhadores rurais a se organizarem em “núcleos democráticos e construtivos”²⁵⁵ para fazer face e resistência ao avanço do comunismo.

Em relação aos sacerdotes, sobretudo os párocos, o projeto lhes atribuía uma enorme responsabilidade. A eles foi confiada a incumbência de procurar os proprietários rurais e explicar o objetivo do plano de “Revisão Agrária” do estado de São Paulo, mostrando que, na conjuntura que então vivia o país, a reforma agrária tornara-se inevitável. Ao mesmo tempo, também lhes cabia a responsabilidade de tutelar os trabalhadores rurais na interpretação do projeto. Portanto, os padres foram alçados à condição de mediadores entre as classes em conflito e de líderes na defesa de um projeto da Igreja em aliança com o Estado. Então:

²⁵²CNBB. Segundo Encontro dos Bispos do Nordeste. In: *R.E.B.*, v.19, fascículo 02, jun. 1959, p. 461. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01,25

²⁵³Devemos ressaltar que a criação de uma classe média rural era a proposta central do projeto de Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto, em São Paulo, projeto datado de 1960, o qual serviria de inspiração para importantes propostas posteriores, como o projeto do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), uma das fontes inspiradoras do Estatuto da Terra.

²⁵⁴Frei Celso (SP). Líderes para a revisão agrária. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 01, mar. 1961, p. 136-137. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 01.

²⁵⁵*Ibidem*, p. 137.

Procurai, um a um, os proprietários rurais que têm propriedades em vossas paróquias. Transmíti-lhes o espírito autentico da Revisão Agrária. Afastai dúvidas. Removei possíveis preconceitos. Conciliai boa vontade. Não vacileis em afirmar que a Reforma Agrária é inevitável; a escolha é entre uma reforma equilibrada e razoável e a revolução rural que o comunismo ateará explorando a situação precária e, por vezes explosiva, do meio rural.²⁵⁶

Desta forma, os bispos mencionavam que seria um erro imaginar que todo modelo de reforma agrária conduziria ao socialismo; ao contrário, existiria um modelo que o evitaria. E concluíam que, naquele momento, existiam duas opções: a primeira seria uma reforma agrária dentro dos moldes legais, comedida e benéfica à sociedade; e a segunda seria a revolução agrária nos padrões comunistas, que faria ruir toda a ordem e valores até então existentes.

Fica evidente o temor da Igreja de que houvesse uma revolução no campo. Assim, a mobilização da instituição católica em prol de um modelo pacífico de reforma agrária, capaz de promover a justiça social sem a alteração do *status quo*, demonstra quão grande foi o seu empenho em apresentar o projeto paulista como exemplo para todo o país.

Nesse sentido, a reforma agrária, nos moldes capitalistas, era imprescindível para a R.E.B. e, além disso, o comunismo não deveria ser visto como único e principal inimigo. Ao lado dele, existia a miséria, isto é, um dos fermentos que fazia crescer as ideias comunistas no Brasil. Esta perspectiva fica evidente no artigo “Reforma Agrária”²⁵⁷, de Dom Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia. Assim:

O socialismo não é o único nem o mais grave problema a enfrentar se queremos levar o fermento cristão ao mundo rural. Há toda uma realidade viva e gritante no pauperismo, no subdesenvolvimento, na ignorância, na doença, nas injustiças sociais, nos males, enfim, que atormenta o homem do campo e que nada tem com o socialismo, porque lhe são anteriores (...). Enquanto os métodos socializantes avançam, seria para lamentar da parte dos cristãos, qualquer palavra ou atitude que, mesmo de longe desse a impressão de sermos menos firmes e veementes no combate aos erros do capitalismo laicista, fonte de energia e de inspiração para o comunismo.²⁵⁸

Dom Fernando responsabilizava o capitalismo pelas desigualdades sociais, pelo aumento do comunismo, e enfatizava que os cristãos deveriam inserir-se nas lutas pela igualdade social. Além disso, o Arcebispo argumentava que o Estado precisaria ceder algumas de suas terras para realizar a reforma agrária e desapropriar somente as terras não produzidas pelos seus donos.

No mesmo artigo, Dom Fernando Gomes realizou críticas a respeito do livro “Reforma Agrária: Questão de Consciência”²⁵⁹, de autoria de Dom Antonio de Castro Mayer; Sigaud e Oliveira, devido à obra apontar a iminência de uma possível revolução comunista e ao mesmo tempo não realizar um maior esclarecimento sobre os problemas rurais e tão pouco abordar a resposta cristã às ameaças do período. Além disso, Gomes argumentou que na obra supracitada não foram selecionados os erros do modelo capitalista, como fonte de inspiração para o comunismo.

Em seguida, na parte III, intitulada “Razões por que não considero Revisão Agrária de São Paulo incompatível com a Doutrina da Igreja”, o Arcebispo de Goiânia mostra a conformidade entre a doutrina católica e a desapropriação não arbitrária. Vejamos:

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 136-137.

²⁵⁷ GOMES, Dom Fernando. Reforma Agrária. In: R.E.B., v. 21, fascículo 02, jun.1961, p. 389-399. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,01.

²⁵⁸ *Idem*.

²⁵⁹ MAYER, Dom Antonio de Castro; SIGAUD; OLIVEIRA. *Reforma Agrária: Questão de Consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1961.

A desapropriação de terras inaproveitadas: parece-me exagerado dizer que a Revisão do Estado de São Paulo se afigure, nesse particular, em desacordo com a doutrina católica. É certo que o Estado só poderá desapropriar essas terras em casos especiais, no sentido de não poder fazê-los arbitrariamente. Mas compete ao poder competente, em vista da situação, por lei especial, com as cautelas e moderações das leis justas. Foi o que aconteceu a meu ver. Em nada ficou prejudicado o direito natural de alguém possuir terras inaproveitadas, tanto assim que, em cada passo, se o Estado não intervir, o proprietário continua dono delas. A maneira de desapropriar também me parece correta. Não foi violado o direito à propriedade, será alienada por imposição de uma lei justa, para o bem de outros ou da sociedade, pelo preço justo.²⁶⁰

Portanto, a *R.E.B.*, segundo a ótica de Dom Fernando Gomes, apoiava uma reforma agrária de terras que não eram aproveitadas e por meio de desapropriação por um “preço justo”²⁶¹. A seguir, citaremos um trecho no qual Dom Fernando Gomes analisava alguns artigos da proposta de lei que tramitava na Assembleia em São Paulo:

Razões por que não considero a Revisão Agrária de São Paulo incompatível com a Doutrina da Igreja:

- 1- O direito de propriedade não me parece negado, nem mutilado, mas disciplinado (tanto a grande e a média, como a pequena propriedade. Esta última será incentivada e facilitada sua aquisição. – art. 1)
- 2- Conveniência do bem comum: para atender ao bem comum o Estado deve recorrer à distribuição de suas próprias terras, antes de lançar mão das próprias terras, antes de lançar mão das que pertencem a particulares. Nesse ponto a lei em estudo determina que assim se faça (art. 2 – I) e chega a comprar mais terras para essa finalidade (art. 2 –III), sem prejuízo do dever que lhe assiste, no sentido de coibir possíveis abusos de proprietários que, senhores do dinheiro, compram sempre mais terras, praticamente impossibilitando os mais pobres de também se tornarem proprietários, para cultivá-las.²⁶²

Ainda no ano de 1961, no mês de dezembro, foi publicado na seção de “Comunicações” o escrito “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro”²⁶³, no qual comentava-se a primeira declaração da Comissão Central da CNBB, referente à situação da zona rural brasileira. Nesta declaração, os párocos eram vistos como líderes e responsáveis por realizar a reforma de consciências na população rural, evitando combater o gérmen do socialismo:

Assim como não podemos parar no mero anticomunismo simplista e contraproducente, não podemos ser ingênuos a ponto de entregar-nos a grandiosos planos de recuperação econômico-social dos meios rurais, esquecidos da retaguarda e dos flancos invadidos pelos guerrilheiros. Em cada Diocese, caberá à perspicácia do Pastor descobrir os meios práticos de defender o rebanho... Pedimos, sobretudo, que a comissão dos responsáveis não dê aos agitadores razão ou aparências de razão.²⁶⁴

Observamos que o periódico por nós analisado se envolvia cada vez mais nas questões sociais, políticas e econômicas. Ao fazer isso, seguia, por um lado, uma tendência de Roma, ao procurar um entendimento da dimensão histórica da Igreja, no período pré Vaticano II. Por

²⁶⁰GOMES, Dom Fernando. Reforma Agrária. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 02, jun.1961, p. 390-391. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,01.

²⁶¹*Ibidem*, p. 391.

²⁶²*Ibidem*, p. 397-398.

²⁶³CÂMARA, Dom Jaime de Barros. MOTTA, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos. SILVA, Dom Augusto Álvaro da.SALGADO, Dom José de Medeiros. GOMES, Dom Fernando. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez.1961, p. 950-953. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

²⁶⁴*Ibidem*, p. 953.

outro, respondia aos desafios próprios do Brasil, numa aguda percepção de que já existiam “flancos invadidos pelos guerrilheiros” no país daquele montão histórico.

No mesmo ano, Frei Romeu Dale, do Convento dos Padres Dominicanos do Rio de Janeiro, escreveu o artigo “A Igreja Católica às vésperas do Concílio”²⁶⁵, no qual frisava:

Um dos aspectos muito ricos do mundo em que estamos vivendo é a redescoberta e o aprofundamento do sentido da história (...). Essa redescoberta vem servindo grandemente a nós católicos no sentido de tomarmos uma consciência viva de que a Igreja, como o seu próprio Chefe Jesus Cristo, está efetivamente inserida na história da humanidade, no seu desenrolar, ainda que ao mesmo tempo a transcenda; e que, em última análise, é Jesus Cristo que dá a história o seu definitivo total significado.²⁶⁶

Deste modo, a *R.E.B.* assegurava o papel da Igreja na esfera espiritual. Todavia, assinalava o compromisso da mesma em se tornar uma consciência viva de Cristo na Terra. Logo, a ideia da instituição era atuar tanto no âmbito espiritual quanto no temporal. Frei Romeu destacava:

Assim sendo a Igreja de Jesus Cristo, e cada um de nós nela, tem que olhar de frente ao mundo atual, e se dar conta das correntes de pensamento que “trabalham”, dos fatos da civilização que marcam a tal ponto que sugerem uma mudança em andamento – e a que ritmo! – da própria civilização. Só assim ela estará à altura de continuar a concretizar para a humanidade de nossos dias a Encarnação Redentora.²⁶⁷

Para a *R.E.B.*, a Igreja Católica deveria inserir-se nos debates do mundo contemporâneo e, a partir do evangelho, compreender e propor soluções para tais problemas. Nesse trabalho de análise, deveriam ser usados pensamentos filosóficos – que não fosse o marxismo – a fim de dar conta das modificações que ocorriam na civilização ocidental de base cristã. A seguir, citaremos um trecho no qual Frei Romeu apontava as principais disputas enfrentadas pela instituição católica, às vésperas do Concílio Vaticano II:

(...) a consciência que a totalidade dos povos vem tomando da injustiça do colonialismo e do subdesenvolvimento; e de esforço ingente e justificado, e que precisa ser apoiado, que os povos colonizados e subdesenvolvidos realizam para se libertar, seja de um, seja de outro, seja dos dois ao mesmo tempo. Fenômenos que comportaram com facilidade uma exacerbação do nacionalismo. (...) A clara visão que explica e espalha cada vez mais de que uma autêntica democracia política só se poderá concretizar quando comportar também uma democracia econômica e social.²⁶⁸

O Concílio Vaticano II²⁶⁹ se iniciou em 1962 e terminou em 1965, sob a orientação do Papa João XXIII, reunindo bispos do mundo inteiro em Roma para discutir uma concepção mais aberta de Igreja. A despeito das divergências que giravam em torno das mudanças, o Concílio destacou a importância do laicato dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como “o povo de Deus”, além de realçar a missão social da instituição.

²⁶⁵DALE, Frei Romeu. A Igreja Católica às vésperas do Concílio. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 593-600. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

²⁶⁶*Ibidem*, p. 594-595.

²⁶⁷*Ibidem*, p. 597-598.

²⁶⁸*Ibidem*, p. 598-599.

²⁶⁹Para um maior aprofundamento do tema, ler: AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

Podemos dizer que o Concílio Vaticano II foi a mais ampla reforma da história da Igreja, a fim de tornar o catolicismo relevante em um mundo moderno que se encontrava em rápida transformação. Nesse sentido, o Vaticano II aprovou medidas como: a missa nas línguas nacionais, uma maior ênfase nos leigos, na justiça social e nos direitos humanos.

É importante ressaltar que apesar do diálogo com outras vertentes filosóficas e da busca por uma justiça social, havia uma determinada intolerância da *R.E.B.* com algumas expressões religiosas, dentre as quais, podemos citar: o espiritismo e a umbanda. Fazendo com que a revista não correspondesse inteiramente ao espírito ecumênico pregado pelo Papa João XXIII, no II Concílio Vaticano.

No que concerne à reforma agrária, a *R.E.B.* se mostrava a favor de uma providência imediata, com o intuito de sanar os conflitos no meio rural brasileiro. Esse discurso fica explícito no escrito “I Semana Rural de Minas e do Espírito Santo”²⁷⁰, ocorrida em fevereiro de 1963, no qual se divulgava a declaração do encontro, organizado pelo Secretariado Regional Leste II, da CNBB, que contou com a participação de sacerdotes, prelados e leigos.

Chega de promessas e de demagogia. Até hoje não se fez nada de expressivo pelo meio rural. Queremos, de imediato, a reforma agrária. Mas esta reforma, em Minas Gerais pelo menos, não consiste só em divisão de terras, porque, de acordo com pesquisas dignas de fé, o que nos falta não é apenas terra para o homem, é também o homem para a terra. Queremos, pois, de imediato uma reforma agrária que proporcione condições de vida na terra para o nosso homem do campo.²⁷¹

Devemos ressaltar que, apesar da *R.E.B.* considerar a reforma agrária inexorável, defendia um projeto dentro dos moldes capitalistas – isto é, calcado na pequena propriedade familiar privada e não no controle estatal ou coletivo da terra. Observamos que a reforma deveria ser um instrumento de modernização econômica e não de profundas transformações sociais. O escopo principal seria manter a população no campo de maneira sustentável, com o intuito de conservar os valores tradicionais e, desta forma, o catolicismo permanecer com o seu espaço de liderança na zona rural garantido.

Por fim, buscamos mostrar, ao longo deste subitem, que uma das estratégias utilizadas pela instituição católica para implementar o seu projeto de reforma agrária seria inserir os agentes pastorais na condução dos problemas agrários de suas localidades, paróquias, e formar lideranças para defender o referido projeto. Assim, o papel dos sacerdotes ajustava-se perfeitamente à lógica das relações de classe descritas por Gramsci²⁷², pois, efetivamente, a ligação entre o camponês e o grande proprietário rural deveria dar-se por meio da figura do intelectual, seja eclesiástico ou secular.

3.3 – O Movimento de Educação de Base e as Escolas Radiofônicas

Na *R.E.B.* de setembro de 1950, na seção “Documentação”, encontramos o escrito intitulado “Discurso do Santo Padre sobre a Missão Educadora da Radiofusão”²⁷³, no qual argumentava-se que o rádio deveria ser utilizado pela Igreja de forma a beneficiar o seu apostolado. Assim: “imagem de Deus, o homem tem o dever de aperfeiçoar em si próprio a

²⁷⁰CNBB. I Semana Rural de Minas e do Espírito Santo. In: *R.E.B.*, v. 23, fascículo 01, mar. 1963, p. 221-222. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 05.

²⁷¹*Ibidem*, p. 221.

²⁷²GRAMSCI, Antonio. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁷³Papa Pio XII. Discurso do Santo Padre sobre a Missão Educadora da Radiofusão. In: *R.E.B.*, v. 10, fascículo 03, set. 1950, p. 718-720. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01,20.

divina semelhança na sua maneira de pensar, de querer e de agir. A auxiliá-lo nisto deve tender toda a educação.”²⁷⁴

Ainda no início da década de 1950, no fascículo de junho de 1953, nos deparamos com o documento “Radiomensagem do Sumo Pontífice para a inauguração da Rádio Católica de Sutatenza (Colômbia)”²⁷⁵. O texto abordava o fato de a Colômbia ter solucionado o problema da instrução religiosa de suas populações interioranas, através do rádio. Nesse sentido, no dia 11 de abril, ao ser inaugurada a Rádio Católica de Sutatenza, destinada às escolas rurais, o Papa dirigiu uma radiomensagem. Vejamos um trecho:

Não é nossa intenção, queridos filhos, ao inaugurar esta nova emissora, determo-nos a falar sobre o que devem ser a vida rural ou a Rádio Católica. Por coincidência, em poucos meses, vistes reunirem-se na vossa nação um Congresso Internacional Católico sobre os problemas da vida do campo e outro sobre a Rádio, ambos perfeitamente orientados e coroados do maior êxito. O nosso desejo nesta ocasião é somente felicitar-vos, exortar-vos e abençoar-vos.

Felicitar-vos sim, pois sabemos com quanto carinho acolhestes estas escolas, o que demonstra o interesse que tendes pela Vossa formação cristã, bem como a vossa compreensão e a vossa boa disposição; felicitar-vos, porque recebeis um grande bem e uma comodidade a mais que o Senhor vos proporciona para completar a vossa formação cultural e profissional e, sobretudo, a vossa formação cristã, base fundamental de todo o verdadeiro progresso.²⁷⁶

Consideramos relevante abordar o caso colombiano, uma vez que as escolas radiofônicas de Natal inspiraram-se no modelo de base paroquial, criado em 1947, pelo Padre José Salcedo, em Sutatenza, na Colômbia. Essa experiência foi visitada, nos anos de 1950, por Dom Eugênio Sales, na época administrador apostólico da Diocese de Natal.²⁷⁷

Já na *R.E.B.* de 1955, no fascículo de junho, encontramos na seção “Assuntos Pastorais”, o texto de Frei Gil Bonfim: “Pregai por sobre os telhados”²⁷⁸, no qual evidenciava-se a importância das emissoras de rádio, com o escopo de evangelizar a população. Deste modo:

Para informar as inteligências, criar mentalidades, temos necessidade absoluta de utilizar o rádio, não esporadicamente, como em nossos programas católicos – sufocados pela aluvião de programas fúteis, que precedem ou que seguem – mas continuamente, martelando todos os dias, penetrando nos lares, nas escolas, nas fábricas, nos sítios, nas fazendas, por toda a parte.²⁷⁹

Nesse contexto, devemos ressaltar a permanente ideia de missão da Igreja, isto é, a sua necessidade de evangelização e orientação moral; para tanto, o rádio era tido como o meio mais eficaz para atingir as massas. Desta forma, acreditavam que uma emissora de rádio católica facilitaria a transmissão dos valores cristãos a um maior número possível de pessoas; e isso, por sua vez, se sobreporia ao comunismo, um discurso e uma ideologia considerados exógenos ao meio rural. Observemos:

Vejo nesta diocese, onde exerço meus ministérios, muitos sacerdotes ocupados em fazer ou reparar igrejas. Empregam somas enormes para isso. Pergunto para mim mesmo para que serve tudo isso sem a propaganda anticomunista; apoderando-se do

²⁷⁴*Ibidem*, p. 720.

²⁷⁵Papa Pio XII. Radiomensagem do Sumo Pontífice para a inauguração da Rádio Católica de Sutatenza (Colômbia). In: *R.E.B.*, v. 13, fascículo 02, jun.1953, p. 479-481. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 05.

²⁷⁶*Ibidem*, p. 480.

²⁷⁷Para uma maior compreensão, ler: CARVALHO, Maria Araújo Duarte de; PEIXOTO, Maria José Teixeira; PAIVA, Marlúcia Menezes de; AMMANN, Safira Bezerra; CORREA, Zelia Faria (orgs.). *Escolas Radiofônicas de Natal: Uma história construída por muitos (1958-1966)*. Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

²⁷⁸BONFIM, Frei Gil. Pregai por sobre os telhados. In: *R.E.B.*, v.15, fascículo 02, jun. 1955, p. 408-415. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 12.

²⁷⁹*Ibidem*, p. 408.

país, este regime condenará a Igreja ao silêncio das catacumbas. As igrejas se transformarão, como na China e alhures, em salas de cinema ou de bailes. Não digo que não seja necessário construir igrejas, mas ao mesmo tempo seria mister provocar em todo o país um movimento, a fim de se conseguir quanto antes uma grande estação de rádio católica. E então que força maravilhosa para atingir esses milhões de operários do Rio, São Paulo, etc., que são os mais poderosos sustentáculos do comunismo? Não lerão o jornal católico, mas muitos ouvirão o rádio.²⁸⁰

Após mostrarmos a importância das rádios católicas na difusão dos valores cristãos, focaremos nosso olhar nas escolas radiofônicas, que deram seus primeiros passos no Brasil na região Nordeste, apresentando como escopo levar à educação a população campesina. Por conseguinte, na parte denominada “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.* de dezembro de 1958, encontramos o texto “Educação rural pelas escolas radiofônicas”²⁸¹, cuja finalidade era a experiência da educação pelo rádio, liderada no Rio Grande do Norte (RN) por Dom Eugênio Sales:

No Rio Grande do Norte está em curso uma experiência de educação rural pelo Rádio. Dom Eugênio Sales, Bispo Auxiliar de Natal e alma deste movimento, informa: “Milhares de alunos no meio rural, em franco entusiasmo, estão recebendo a alfabetização e a educação de base. Os contratos recebidos com as diversas escolas e monitores esboçam a certeza da magnífica vitória em favor do nosso rurícola. Embora os preparativos se tivessem prolongado por diversos anos, as previsões foram inteiramente superadas nestas primeiras semanas da Emissora. Creio que estão sendo abertos, pela participação do Serviço Social Rural, novos caminhos para as comunidades do interior do Brasil.”²⁸²

Segundo Carvalho²⁸³, as escolas radiofônicas de Natal foram originais, no sentido de serem as matrizes que deram origem ao Movimento de Educação de Base (MEB). Tais escolas funcionavam segundo um modelo organizado, ou seja, reuniam um grupo de alunos em um local reservado para receber as emissões radiofônicas e as aulas eram intermediadas por um monitor²⁸⁴. Já a produção das aulas e dos demais programas radiofônicos era feita por professores e funcionários do Serviço de Assistência Rural (SAR). Este programa foi criado em 1949, com o respaldo do Ministério da Agricultura e ficou sob a coordenação geral de Dom Eugênio Sales, sendo os objetivos centrais: a educação do camponês e o bem-estar das comunidades rurais, a fim de melhorar as adversas condições socioeconômicas do país.

Em 1952, o SAR firmou um convênio com a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), objetivando a implantação de uma missão rural de cunho permanente.²⁸⁵ A CNER foi criada em 1952, no governo de Getúlio Vargas, oficializada em 1956, na gestão de Juscelino Kubitschek, e extinta em 1963. Caracterizou-se como uma das instituições promotoras do processo de desenvolvimento de comunidades no meio rural brasileiro. Ao final da década de

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 415.

²⁸¹ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Educação rural pelas escolas radiofônicas. In: *R.E.B.*, v.18, fascículo 04, dez. 1958, p. 1095-1096. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 24.

²⁸² *Idem*.

²⁸³ Para uma maior compreensão, ler: CARVALHO, Maria Araújo Duarte de; PEIXOTO, Maria José Teixeira; PAIVA, Marlúcia Menezes de; AMMANN, Safira Bezerra; CORREA, Zelia Faria (orgs.). *Escolas Radiofônicas de Natal: Uma história construída por muitos (1958-1966)*. Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

²⁸⁴ O monitor era da própria comunidade e tinha a função de dinamizar as aulas transmitidas pela Emissora de Educação Rural de Natal. Não recebia remuneração pelo seu trabalho, atendia as solicitações do professor-locutor e orientava os alunos no decorrer das aulas. Além disso, enviava cartas informando as dificuldades dos discentes, apresentando sugestões para aperfeiçoamento das mesmas. Portanto, os padres escolhiam, entre seus paroquianos, as pessoas mais adequadas para receberem informações sobre a estrutura e funcionamento dessas escolas.

²⁸⁵ É importante ressaltar que a estrutura agrária encontrava-se ausente da agenda oficial das missões rurais.

1950, o SAR adquiriu uma posição mais crítica e os cursos passaram a questionar as estruturas de exploração e defender a reforma agrária.²⁸⁶

No início da década de 1960, coube à Diocese de Natal, assessorar a criação dos sindicatos rurais em sua área de atuação – tal fato serviu de exemplo para outras Dioceses do Nordeste – bem como criticar a estrutura agrária e a dominação das oligarquias rurais na região. É importante ressaltar que essa experiência de Natal é bastante progressista e difere, por exemplo, de outras propostas vicejadas pelo clero na mesma época. No trecho a seguir, fica nítido o papel das escolas radiofônicas:

O papel das escolas radiofônicas nesse Movimento foi fundamental, não só em termos da alfabetização dos que não tiveram e não tinham acesso ao ensino regular, como também de apoio à sindicalização rural e a sistematização e divulgação das críticas à dominação econômica e política.²⁸⁷

Ao pesquisarmos o segundo fascículo da *R.E.B.* de 1961, encontramos na seção “Crônica Eclesiástica”, o escrito “Escolas Radiofônicas para Educação de Base”²⁸⁸, no qual abordava o surgimento do Movimento de Educação de Base²⁸⁹. O movimento foi criado em 1961 através de um acordo entre o presidente Jânio Quadros e o bispo progressista de Aracaju, Dom José Távora. Deste modo, o Estado iria financiar e a Igreja executar um programa de educação básica, no qual apresentava como um dos seus principais objetivos: a alfabetização e a mobilização social. Assim sendo, ao examinarmos a *R.E.B.*, observamos a aliança entre a Igreja e o Estado expressa através do MEB:

Por decreto presidencial de 21-3-1961 foi criado o MEB (Movimento de Educação de Base), mediante um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O MEB tem por objetivo ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do país – Norte, Nordeste, Centro-Oeste – através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada. Por “educação de base” entende-se a alfabetização em massa das regiões subdesenvolvidas do país, a educação sanitária, a iniciação agrícola, a iniciação democrática, a diversão sadia e a *formação cristã*.²⁹⁰

E ainda:

Nossas escolas hoje existentes não bastam para atender nem mesmo à infância e à adolescência das cidades, das vilas e povoados mais progressistas. Daí surgiu a ideia de socorrer o homem do campo, até agora abandonado, mediante o rádio. As Escolas Radiofônicas com recepção organizada tiveram sua origem na Colômbia. No Brasil a experiência foi iniciada por Dom Eugênio Sales, Bispo Auxiliar de Natal. Os resultados obtidos por aquele ilustre Prelado estão provocando outras iniciativas da mesma natureza, sobretudo, no Nordeste, como em Crato, Penedo e Aracaju. Também na Amazônia, em Goiás, Mato Grosso e Paraná iniciaram-se experiências semelhantes.²⁹¹

²⁸⁶Para uma maior compreensão, ler: CARVALHO, Maria Araújo Duarte de; PEIXOTO, Maria José Teixeira; PAIVA, Marlúcia Menezes de; AMMANN, Safira Bezerra; CORREA, Zelia Faria (orgs.). *Escolas Radiofônicas de Natal: Uma história construída por muitos (1958-1966)*. Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

²⁸⁷CARVALHO, Maria Araújo Duarte de; PEIXOTO, Maria José Teixeira; PAIVA, Marlúcia Menezes de; AMMANN, Safira Bezerra; CORREA, Zelia Faria (orgs.). *Escolas Radiofônicas de Natal: Uma história construída por muitos (1958-1966)*. Brasília: Liber Livro Editora, 2009, p. 13.

²⁸⁸KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Escolas Radiofônicas para Educação de Base. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 02, jun. 1961, p. 496-497. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 01.

²⁸⁹Segundo Bruneau, depois do MEB, o sindicalismo rural foi o programa mais importante a fim de promover a mudança social.

²⁹⁰KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Escolas Radiofônicas para Educação de Base. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 02, jun. 1961, p. 496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 01.

²⁹¹*Ibidem*, p. 497.

Segundo a *R.E.B.*, no convênio realizado entre o Ministério da Educação e a CNBB, os bispos se comprometeram de estender às áreas subdesenvolvidas sua experiência mediante a execução de um plano quinquenal (1961-1965). Por outro lado, o presidente Jânio Quadros prometeu concorrer com 414.300.000 cruzeiros, “que serão postos no Banco do Brasil, à disposição do MEB mediante cotas bimestrais fornecidas por antecipação”.²⁹² Para conduzir o MEB, foi criado um Conselho Diretor Nacional, composto de oito membros escolhidos pela CNBB, com mandatos de três anos, e um representante indicado pelo governo federal.

Portanto, para Claudia Moraes Souza²⁹³, o MEB adquiriu uma posição de destaque, dado o seu caráter de movimento oficial garantido na articulação política entre o governo federal e a CNBB, em sua dimensão territorial e na inovação tecnológica advinda das proposições da radiofusão educativa. Assim:

Trata-se – o MEB – de um movimento de educação e cultura popular fundado nos preceitos da educação de base, instituído oficialmente em 1961 a partir de ações e mediante acordo entre a Confederação Nacional dos Bispos (CNBB) e o Governo Federal. A iniciativa permitiu a criação e o funcionamento de uma rede escolar radiofônica em diferentes áreas do território brasileiro.²⁹⁴

Seguindo a linha de raciocínio de Claudia Moraes Souza²⁹⁵, verificamos que a comunidade rural aderiu ao projeto do MEB de ação cultural modernizadora, na medida em que o contexto histórico apresentava um cenário de disputas políticas para definir quem e segundo qual perspectiva se faria a modernização do meio rural brasileiro. Esse panorama esteve caracterizado tanto por ações reformadoras do trabalhismo de Jango, quanto por ações das Ligas Camponesas, do Partido Comunista e da Igreja. Deste modo:

Participar do MEB, para o camponês analfabeto, significava, antes de tudo, uma mudança de condição, porquanto a escola ofertava possibilidades múltiplas. Naquele contexto, a escola assumiu um sentido de transposição da condição de analfabeto, iletrado, para uma condição supostamente melhor, daquele que pode ler, escrever, fazer contas no papel, votar em seus governantes e ampliar suas informações acerca de mecanismos que melhorem sua condição social.²⁹⁶

Percebemos que setores da instituição católica seguiram o lema de “evangelizar e orientar” a população rural utilizando como instrumento o MEB. Afinal, este movimento possuía a finalidade de introduzir os valores cristãos no homem rural e não apenas dar-lhe uma educação e qualificação formais que o preparassem para a vida em um país que passava por rápidas transformações econômicas. Nossa hipótese é endossada pela declaração da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, publicada na *R.E.B.*, no início da década de 1960: “Reiteramos nossa confiança no MEB e estamos certos de que sem educação de base será vão o esforço de mera recuperação econômica, por mais aparato técnico de que se revista o planejamento.”²⁹⁷

Pelo exposto, fica em evidência uma forte aliança entre setores da Igreja Católica e o governo Jânio Quadros, com o intuito de modernizar o campo e afastar os pretextos para uma possível revolução comunista, que seria a principal inimiga de ambos. Logo, o MEB poderia

²⁹² *Idem.*

²⁹³ SOUZA, Claudia Moraes. “Vida e Trabalho no Mundo Rural: Trabalhadores do Movimento de Educação de Base (1961-1964)” In: *Revista Mundos do Trabalho*, volume 2, n. 3, janeiro-julho de 2010, p. 281-306.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 282.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 281-306.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 304.

²⁹⁷ CÂMARA, Dom Jaime de Barros. MOTTA, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos. SILVA, Dom Augusto Álvaro da. SALGADO, Dom José de Medeiros. GOMES, Dom Fernando. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. In: *R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 952. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

ser interpretado como um instrumento utilizado para promover mudanças de consciências realizadas pela instituição católica, a fim de inculcar e garantir os valores da Doutrina Social Cristã nos trabalhadores rurais. Deste modo, a expectativa era de que os camponeses se posicionariam mais facilmente em prol de uma reforma agrária nos moldes legais, dentro da ordem; e isso garantiria o direito de propriedade e a conservação da religião católica.

Devemos ter em mente que os programas radiofônicos tiveram papel importante na ação do MEB. Assim, para efetuar-se uma educação de base, era necessária uma programação educativa intensa, diversificada e motivadora, capaz de atrair a população camponesa. Foram utilizadas frases e lemas de impacto, como essa: “Precisamos de reforma agrária. Camponês que vende seu voto. Vende a reforma agrária.”²⁹⁸

Em setembro de 1963, a *R.E.B.* publicou na seção “Crônica Eclesiástica” um texto intitulado: “O ‘Movimento de Natal’ encarna uma solução para o Nordeste brasileiro”²⁹⁹. Segundo o texto, a finalidade daquela experiência era implantar a Doutrina Social Cristã no Nordeste do país, mudando-se a face do mundo rural não pela “revolução”, mas pela “educação”. Vejamos a crônica:

O “Movimento de Natal” não visa outra coisa senão sanar todos esses males pela raiz comum: a falta de preparo para enfrentar as situações concretas da nação. O lema; “educar para mudar” encerra todo um vasto programa: levar às populações um mínimo de conhecimentos, de capacidade de julgar, de técnicas, de conduta, de bem-estar, que as tornem aptas a superar-se e promover-se. E para tanto se impõe um programa extensivo de alfabetização, educação sanitária, iniciação profissional, especialmente agrícola, desenvolvimento de comunidades, cultura pessoal. Como segundo objetivo, o movimento preconiza uma mudança que deverá ser alcançada pela formação de uma consciência crítica, para desencadear um processo de conscientização e assim obter a construção de uma nova sociedade. Como terceiro grande objetivo, o movimento visa um esforço vigoroso de levar Deus a essas populações abandonadas – O centro do “Movimento de Natal” encontra-se na capital do Rio Grande do Norte, onde umas 250 pessoas coordenam todo um vasto programa de ação. A maioria dessas pessoas são leigos, moços e moças, homens e mulheres, entre os quais vários diplomados em universidades. Uma boa porção trabalha nas obras sociais da própria arquidiocese, uma equipe de umas 40 pessoas cuida da Emissora de Educação Rural, outros tantos trabalham na tipografia, e umas 70 pessoas têm sob seu controle o Serviço de Assistência Rural (SAR). Essa última organização dispõe de equipes volantes que percorrem as paróquias no interior e mesmo outros Estados, orientando onde for preciso.³⁰⁰

Importante frisar que a grande arma que o “Movimento de Natal” dispunha para concretizar seus ideais de promoção social eram as escolas radiofônicas. As escolas não serviam apenas para alfabetizar a população, mas também tinham como escopo fundamental introduzir os valores cristãos.³⁰¹ Assim:

Em Natal essas escolas datam de 1958, e atualmente já são 1410, atingindo uns 50 municípios e abrangendo um total de 24 mil alunos... E não são apenas para alfabetizar o povo. Suas escolas querem antes de mais nada ser centros de educação de base, veículos de conscientização, e sementes de cristianização... Mas o

²⁹⁸CARVALHO, Maria Araújo Duarte de; PEIXOTO, Maria José Teixeira; PAIVA, Marlúcia Menezes de; AMMANN, Safira Bezerra; CORREA, Zelia Faria (orgs.). *Op. Cit.*, p. 88.

²⁹⁹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. O ‘Movimento de Natal’ encarna uma solução para o nordeste brasileiro. *In: R.E.B.*, v. 23, fascículo 03, set. 1963, p. 781-783. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 06.

³⁰⁰*Ibidem*, p. 781-782.

³⁰¹Sobre essa temática, recomendo algumas leituras como: BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974. CARVALHO, Maria Araújo Duarte de; PEIXOTO, Maria José Teixeira; PAIVA, Marlúcia Menezes de; AMMANN, Safira Bezerra; CORREA, Zelia Faria (orgs.). *Escolas Radiofônicas de Natal: Uma história construída por muitos (1958-1966)*. Brasília: Liber Livro Editora, 2009. MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

“Movimento de Natal” está construindo uma nova sociedade, na arquidiocese, e vem se tornando mesmo uma grande esperança para o Nordeste.³⁰²

Logo, a Igreja avançou bastante nesse período, no que concerne à sua plataforma social, ao defender a sindicalização rural e uma reforma agrária em moldes cristãos. No entanto, essas medidas progressistas eram também uma forma de garantir a hegemonia de líderes católicos nas organizações de trabalhadores rurais e camponeses, situando-os como mediadores políticos das demandas deles junto ao poder público.

O MEB sobreviveu ao golpe de 1964 por estar ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e à Igreja Católica. Todavia, devido às pressões do governo ditatorial, a CNBB modificou os objetivos do MEB, cedendo às pressões que vinha recebendo do governo e de alguns segmentos do Episcopado. Nesse sentido, a orientação filosófica passou a ser de responsabilidade do bispo de cada Diocese, onde o trabalho era desenvolvido. Assim, o MEB perdeu a autonomia e unidade nacional, muito embora continuasse com a mesma nomenclatura.³⁰³

Por fim, em 1968, criou-se outro programa de alfabetização: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que não levou em conta as experiências educacionais do MEB. De acordo com Vanilda Paiva³⁰⁴, o MOBRAL apresentava “objetivos políticos e ideológicos nítidos”³⁰⁵ e vinculados aos interesses do regime de exceção instalado no país a partir de 1964.

3.4 – As Frentes Agrárias e o processo de sindicalização rural

Ao examinarmos a seção “Crônica Eclesiástica” da R.E.B. de setembro de 1961, nos deparamos com o texto “Frente Agrária do Paraná”³⁰⁶, no qual eram abordados os objetivos da Frente Agrária Paranaense (FAP). Esta foi lançada em Maringá, no dia 13 de agosto de 1961, na Festa da Lavoura, patrocinada pelas Dioceses de Maringá, Campo Mourão, Londrina e Jacarezinho. Vejamos:

A Frente Agrária Paranaense tem por finalidade congregar os trabalhadores da lavoura, localizados no Paraná (pequenos sítiantes, colonos, peões, etc.), com o objetivo de lhes proporcionar condições mais humanas de vida, por todos os meios a seu alcance, promovendo de modo especial: 1) a realização de estudos, campanhas e movimentos que visem a apresentação objetiva da nossa verdade agrária; 2) a criação de escolas distritais e escolas radiofônicas para a educação de base dos seus associados e respectivos dependentes; 3) a prestação, aos associados e suas famílias, de assistência à saúde, à maternidade e à infância; 4) a criação de serviços de assistência jurídica aos seus associados, visando a proteção e defesa dos seus direitos junto aos empregadores, bem como o atendimento de reivindicações salariais e de outras reivindicações justas junto aos poderes públicos ou entidades particulares; 5) a prestação de assistência religiosa; 6) a fundação e difusão de serviços de assistência técnica, com o fim de levar aos seus associados, a conseguirem melhor produção em condições mais modernas e mais humanas de trabalho; 7) a fundação de cooperativas de crédito e de consumo; 8) a correta educação dos seus associados, visando prepará-los convenientemente para adequada utilização, exploração e administração de suas futuras propriedades rurais; 9) a

³⁰²KLOPPENBURG, Frei Boaventura. O ‘Movimento de Natal’ encarna uma solução para o nordeste brasileiro. *In: R.E.B.*, v. 23, fascículo 03, set. 1963, p. 781-782. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 06.

³⁰³CARVALHO, Maria Araújo Duarte de; PEIXOTO, Maria José Teixeira; PAIVA, Marlúcia Menezes de; AMMANN, Safira Bezerra; CORREA, Zelia Faria (orgs.). *Op. Cit.*, p. 138-139.

³⁰⁴PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

³⁰⁵*Ibidem*, p. 297.

³⁰⁶KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Frente Agrária do Paraná. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 780-781. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,02.

realização de entendimentos entre trabalhadores e proprietários, com o objetivo de promover entre todos um clima de harmonia e amizade, baseado na compreensão e respeito recíprocos; 10) a colaboração com os poderes públicos ou com outras associações de classe, em campanhas, movimentos e serviços que visem melhorar as condições de vida dos trabalhadores paranaenses da lavoura.³⁰⁷

Nesse cenário, destacamos as lutas que marcaram o início da organização camponesa no Paraná, dentre os quais, podemos citar a Guerrilha de Porecatu e a Revolta do Sudoeste.³⁰⁸ Portanto, durante os anos de 1950, o Norte do Paraná foi palco de intensos conflitos com a formação da chamada Guerrilha de Porecatu, quando os camponeses se armaram, a fim de manter as terras devolutas de Porecatu e Jaguapitã sob seu domínio, uma vez que o governo do estado as haviam repassado aos grandes proprietários rurais.

Ainda no mesmo período, o Sudoeste do Paraná também foi palco de conflitos intensos. Desta forma, as lutas surgiram quando os camponeses foram expulsos de suas terras pela manobra empreendida pelo governo do estado, que concedeu as terras a uma empresa colonizadora. Os campesinos organizaram-se e avançaram para a cidade de Francisco Beltrão e, em seguida, expulsaram as autoridades, tomaram a estação de rádio e, por fim, garantiram a posse das suas terras.

Em meio a esse debate, as dioceses do Paraná, no qual podemos incluir as regiões de Jacarezinho, Toledo, Palmas, Londrina, Maringá e Medianeira, buscaram realizar uma reforma agrária. A seguir examinaremos uma crônica publicada na *R.E.B.*, a respeito desse projeto de reforma agrária, proposto pelas dioceses do Paraná.

Em 1962 foi feito um levantamento cuidadoso, tendo-se procedido ao loteamento que beneficiará 500 famílias. 50 proprietários já estão trabalhando nestas terras, que agora lhes pertencem. Em breve o número de famílias se elevará a 150, provindas em grande parte do Rio Grande do Sul. Todo o plano está sendo elaborado sem auxílio do Governo, para os próximos 5 anos estão previstas despesas na ordem de quase 800 milhões de cruzeiros (sem levar em conta a desvalorização da moeda e outros imprevistos). O plano não se restringe a distribuição das terras. Tudo se faz dentro das perspectivas cristãs de ajuda ao camponês. Assim, uma cooperativa assistirá a povoação. Serão construídas, além disso, uma capela na sede da cooperativa, um Hospital, Clube recreativo, Clube cultural, Grupo escolar, Colégio, Maternidade: tudo isto na sede. Nos vários distritos também serão construídos Grupos e capelas. Numa palavra: será dada toda a assistência religiosa e social possível. Assim, a reforma, acima de qualquer demagogia, beneficiará realmente os agricultores.³⁰⁹

A Igreja demonstrava estar muito atenta aos fatos sociais desse momento, criando intervenções em áreas de conflito. As dioceses do Paraná, ao procurarem realizar o seu modelo de reforma agrária, terminaram entrando na disputa pela hegemonia dos trabalhadores rurais.

Para Bassani³¹⁰, a Igreja Católica agiria como mediadora do conflito, na medida em que teria a incumbência de liderar uma Frente Agrária que, ao invés de se transformar em um instrumento de luta de classe em favor das camadas camponesas, teria como função a interposição entre as classes para se levar ao consenso de como caminharia a problemática

³⁰⁷*Idem.*

³⁰⁸Para uma maior compreensão desta temática, recomendo as seguintes leituras: GOMES, Iria Zanoni. *1957: A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar, 1987. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e os movimentos sociais. In: *Perspectiva Geográfica*. Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, n° 3, 2007, p. 7-28.

³⁰⁹KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Dioceses do Paraná fazem Reforma Agrária. In: *R.E.B.*, v.23, fascículo 03, set. 1963, p. 790. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,06.

³¹⁰BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: EDUEL, 2009.

agrária. A reflexão de Bassani³¹¹, sobre a experiência gaúcha, serve para pensarmos e problematizarmos o papel das frentes agrárias de modo geral, embora em cada região elas lidassem com conjunturas políticas e conflitos rurais específicos. Deste modo, as Frentes Agrárias, em especial a Frente Agrária Gaúcha, buscavam, nos ensinamentos do Evangelho, das Encíclicas Papais e nos escritos dos pensadores e ideólogos da instituição católica, a orientação para solucionar os problemas econômicos e sociais. Assim:

(...) a Igreja necessitava sair vitoriosa de qualquer maneira, pois estava em jogo a própria dinâmica de sua manutenção como Instituição. Isso porque era exatamente nas camadas camponesas que a Igreja se encontrava mais enraizada e era nesse mesmo meio camponês que ela buscava a maioria de seus seguidores leigos e fiéis.³¹²

Nessa conjuntura, a Igreja encarregou-se de trazer mais trabalhadores rurais para sua esfera de influência, tendo em vista que os bispos reuniam os camponeses, incentivando-os a desenvolver uma pressão por uma reforma agrária nos moldes cristãos. Com essa finalidade, foram criadas, em diversos estados, as Frentes Agrárias que, segundo a interpretação católica, estariam combatendo o comunismo e introduzindo a verdadeira reforma agrária cristã no país.

Em setembro de 1962, a *R.E.B.* publicou o texto “A fôrça das nossas Frentes Agrárias”³¹³, na seção “Crônica Eclesiástica”, dizendo:

As Frentes Agrárias promovidas em vários Estados por Exmos. Senhores Bispos não estão apenas salvando os agricultores brasileiros dos agitadores comunistas, mas estão introduzindo no país a verdadeira reforma agrária cristã (...) os pequenos agricultores e assalariados rurais são a maioria do povo brasileiro, mas os únicos para os quais não existe na prática nem legislação nem previdência social adequada. Os únicos para quem não é concedida garantia de preços e assistência técnica e financeira, justa e eficiente. Os únicos a quem era negado, não no papel mas de fato, o direito de se associarem em órgãos de defesa de classe. De nada adiantarão as medidas de cúpulas se não houver participação ativa do trabalhador rural. No setor agrícola a associação é atualmente uma exigência vital e muito mais quando o setor produtivo se baseia na empresa familiar. Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns com os outros, colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais.³¹⁴

Ao analisarmos este trecho da *R.E.B.*, percebemos a preocupação de setores da Igreja Católica com as precárias condições de vida e cidadania mutilada dos camponeses, em um contexto de propagação de ideias comunistas. Por isso, devemos ter em mente que as medidas tomadas pela instituição apresentavam a finalidade de incentivar a criação de sindicatos cristãos, uma vez que a Igreja manifestava o receio das Ligas Camponesas se expandirem para outras regiões do país. Assim, desenrolou-se uma disputa nos sindicatos rurais entre a influência da Igreja e das organizações de esquerda. Vejamos um trecho da crônica, onde são evidenciados os principais objetivos das Frentes Agrárias:

(...) realizáveis pela informação, pela formação de líderes, pela formação da massa rural (educação de base, semanas ruralistas, programas radiofônicos, cursos paroquiais, imprensa rural), pela organização de sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos de proprietários rurais, e por um programa mínimo de ação, visando

³¹¹ *Idem.*

³¹² *Ibidem*, p. 92.

³¹³ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A fôrça das nossas frentes agrárias. In: *R.E.B.*, v. 22, fascículo 03, set. 1962, p. 752-753. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,04.

³¹⁴ *Idem.*

legislação justa para as diversas regiões do país segundo os princípios marcantes da *Mater et Magistra*.³¹⁵

Como se pode observar, os objetivos das Frentes eram amplos e audaciosos, pois visava por sob a tutela ideológica e moral da Igreja, a sociedade rural, tanto a “massa rural” quanto os “proprietários rurais”. No entanto, observando o conjunto de propostas apresentadas, era finalmente a “massa rural” o foco principal das Frentes, que atuavam por meio da formação de líderes; educação das “massas”; e organização de sindicatos. Dentro desse panorama, devemos ressaltar o movimento liderado por Dom Eugênio Sales, no Rio Grande do Norte, na Arquidiocese de Natal. Lá ele sindicalizou mais de 25 mil camponeses, além de servir de exemplo para outros estados, no início da década de 1960. Assim noticiou-se na *R.E.B.*:

(...) se a obra de D. Eugênio fosse conhecida e seguida no Brasil inteiro, certamente já teria saído a Reforma Agrária, em bases humanas e cristãs. Em Pernambuco os Bispos procuraram aplicar a obra de D. Eugênio, num movimento liderado pelos padres Melo e Crêspo. Em menos de um ano, quase 20 mil camponeses sindicalizados. D. Antônio Campelo, Bispo de Petrolina, ajuda os agricultores num plano de cooperações denominadas “Legiões Agrárias”. A meta legionária é atingir a família camponesa, dando-lhe formação moral, religiosa e cívica à altura de sua compreensão. – Sergipe começou a mesma obra, com D. Távora. – Ceará e Maranhão igualmente. – A Baía tem o grande sindicato de Itabuna, com mais de 10 mil agricultores associados. Resolveu-se estender a experiência a todo o Estado. – O próprio Ministério do Trabalho já, reconheceu 23 desses sindicatos do Nordeste.³¹⁶

Nessa mesma crônica, destacou-se a criação da Frente Agrária Paranaense (FAP) em 13 de agosto de 1961, que, segundo a *R.E.B.*, produziu excelentes frutos. Já a Frente Agrária Gaúcha (FAG) foi responsável por cadastrar, em pouco mais de um ano, 500.000 associados; além de ter realizado em 1962, na Universidade Católica de Porto Alegre, o I Congresso Estadual, reunindo 650 delegados dos agricultores e 180 presidentes de sindicatos agrícolas, escolhidos em mais de 2.000 assembleias realizadas no território gaúcho. Por fim, menciona a Frente Agrária Goiana (FAGO). Ela foi criada em 30 de março de 1962 e o seu lançamento foi retransmitido por oito estações de rádio e contou com a presença das mais altas autoridades do estado de Goiás e de todos os bispos da província.

Mais uma vez, a Igreja realizou intervenções em zonas de conflito, posto que, desde a década de 1950, o estado de Goiás estava sendo palco de violentos enfrentamentos nas regiões de Trombas e Formoso, extensa área de terras devolutas disputada entre jagunços armados a serviço de fazendeiros atuantes na região e pequenos posseiros. Em consequência da gravidade assumida pelos confrontos, a partir de meados dos anos de 1950, o governo de Goiás enviou para o local um aparato policial que esteve prestes a invadir os povoados e dar fim à “revolta”. Entretanto, uma intensa resistência foi organizada pelos posseiros, que realizaram esforços armados nas trincheiras espalhadas pelas matas e conseguiram a ampliação dos espaços de luta, para além da ação local.³¹⁷

Segundo Bassani³¹⁸, as Frentes Agrárias apresentavam uma postura mediadora entre as classes e interpretava a questão agrária como o resultado da má distribuição de terras e do uso

³¹⁵*Ibidem*, p. 752.

³¹⁶*Ibidem*, p. 752-753.

³¹⁷AMADO, Janaina. “Eu Quero Ser Uma Pessoa: revolta camponesa e política no Brasil”. *Resgate*, n. 5. Centro de Memória da Unicamp, Campinas, 1993, p. 47-59. CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu Longe Demais: A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. ESTEVES, Carlos L.S. *Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) – uma resistência ampliada*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, Niterói, 2007.

³¹⁸BASSANI, *Op. Cit.*, 2009.

de métodos e técnicas atrasadas no processo produtivo. Desta forma, o autor argumenta que a instituição católica propunha uma reforma agrária de cunho distributivista, visando à disseminação de propriedades familiares e à formação de uma classe média rural, a fim de não abalar a estrutura social. Sendo assim:

Vale a pena ressaltar a valorização ideológica que a Igreja Católica dava ao fortalecimento da classe média: mediante a disseminação de propriedades familiares, vincula-se a ideia presente em quase toda a América Latina, no início da década de 1960, quando da implantação do plano Aliança para o Progresso, que o governo norte-americano elaborou para os países latinos. A ideia de que uma classe média forte seria fundamental para a estabilidade da América Latina, nessa ocasião, foi muito divulgada.³¹⁹

Observamos que as Frentes, sobretudo a Frente Agrária Gaúcha (FAG), apresentavam uma postura sindical conservadora e pretendiam formar uma consciência camponesa dentro dos pressupostos doutrinários, políticos e ideológicos que seus principais articuladores haviam formulado, a partir das interpretações da Doutrina Social Cristã. Por conseguinte, a FAG defendia a propriedade privada por meio da difusão da pequena propriedade capitalista, além de ser a favor da preservação das grandes empresas rurais. Evidenciava-se, portanto, que a FAG lutava por uma reforma agrária, sugerindo inclusive mudanças na Constituição que viabilizassem sua execução. Mas, por outro lado, não pretendia ferir os interesses dos latifundiários, pois considerava que, como todo homem tem o direito à propriedade, os latifundiários também teriam esse direito. Seguindo essa lógica, os desapropriados deveriam receber uma indenização, aproximando-se aos valores do mercado.³²⁰

Logo, as Frentes Agrárias caracterizavam-se como uma alternativa concreta à ação comunista no meio rural, via aplicação da política ideológica da Doutrina Social Cristã, interpretada e traduzida pelos seus líderes. Deste modo, a ação sindical das Frentes foi restritiva e conservadora, posto que procurava controlar os homens e mulheres do campo, não permitindo aos camponeses descobrir e formar a sua própria consciência, libertar-se da sua submissão e lutar contra a sua condição de objeto, para tornar-se sujeito de sua própria história.³²¹

Na *R.E.B.* de março de 1964 – às vésperas do golpe – publicou-se um escrito intitulado “Plano Piloto”³²², no qual era abordado o fato de que, após várias reuniões de Bispos no Brasil, surgiu um movimento visando uma experiência de reforma agrária, sendo o coordenador do projeto o Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos. Nesse sentido, a Arquidiocese cedeu o imóvel denominado Fazenda Nossa Senhora da Conceição (município de Corumbá) para tornar-se a sede dos trabalhos dessa experiência de reforma agrária rural. Vejamos:

O Serviço Social Rural assumiu o compromisso de Cr\$ 10.000,00 para financiar a execução do Plano. Na F.N.S. da Conceição foram instaladas 51 famílias de agricultores e graças aos recursos oriundos do Serviço Social Rural a Fazenda faz pequenos financiamentos às famílias, facilitando a aquisição dos meios adequados ao desenvolvimento da lavoura. Recebem igualmente boa assistência social e religiosa (...) Há professoras dedicadas aos mais diversos ministérios como seja: economia domestica, artesanato, arte, música e curso primário. A assistência médica

³¹⁹*Ibidem*, p. 108.

³²⁰A Frente Agrária Gaúcha (FAG) sugeria que fossem usadas para a reforma agrária, terras públicas e latifúndios improdutivos ou mal utilizados, e delegava a responsabilidade da execução desse projeto ao Poder Legislativo Federal.

³²¹BRUMER, Anita. *Sindicalismo e participação dos agricultores em sindicato, em Candelária, Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Dissertação de Mestrado), 1971.

³²²KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Plano Piloto. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 213. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

também é desempenhada a contento de todos. Para proporcionar de uma maneira mais vantajosa os benefícios assistenciais e sócio educacionais, de que tanto necessita o homem rural, foi criado um centro-urbano dentro da Fazenda. Assim permitirá que as famílias formem verdadeiramente uma comunidade.³²³

Ao longo do exposto, observamos que as Frentes Agrárias, em sua orientação, não permitiram romper os pilares que atrelavam e subordinavam a estrutura sindical do Estado, inviabilizando a possibilidade de um projeto político camponês autônomo. Diversos fatores contribuíram para o estabelecimento dessas relações assimétricas. O primeiro relaciona-se à origem, cuja iniciativa não partiu de bases camponesas, mas sim dos interesses conservadores da instituição católica. O segundo aspecto concerne à ação político-ideológica desenvolvida pelas Frentes, sendo respaldada pela Doutrina Social Cristã.

Com o golpe de 1964, ocorreu uma transformação em torno do panorama de disputa travada pela Igreja Católica contra o comunismo. Portanto, para os religiosos, após a desarticulação do movimento comunista no campo, objetivo fundamental da instituição católica, suas atividades foram gradativamente sendo encerradas.

3.5 – A Igreja, o golpe de 1964 e o Estatuto da Terra

É importante ressaltar que a *R.E.B.*, no início de 1964, seguindo em parte a tendência do Concílio Vaticano II, estudava o marxismo no intuito de mostrar que as verdades católicas eram suficientes para explicar todas as questões levantadas pelos comunistas.

A preocupação em estudar a tradição do pensamento marxista aparece claramente na *R.E.B.*, mormente no artigo “A Revolução de Cristo”³²⁴, publicado em março de 1964, às vésperas do golpe. Assim, de acordo com Frei João Batista Santos³²⁵, “(...) o primeiro a fazer da revolução social uma doutrina, o primeiro a apresentar esse tipo de luta exterior como um meio de suprimir a injustiça e de abrir caminho para a redenção final e a felicidade de todos na perfeita igualdade, foi Karl Marx.”³²⁶

Às vésperas do golpe, a *R.E.B.* colaborava com o anticomunismo, indicando a preocupação da instituição católica com o comunismo no Brasil. No artigo “Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil”³²⁷, essa perspectiva fica particularmente em evidência:

Até pouco tempo o comunismo não era tido como perigo do momento. Nos últimos meses, contudo, uma quantidade muito grande de testemunhos e manifestos vieram a alterar, seja da parte da Igreja, seja da parte dos civis e militares, as consciências de brasileiros contra o perigo vermelho.³²⁸

³²³ *Idem.*

³²⁴ SANTOS, Frei João Batista. A Revolução de Cristo. In: *R.E.B.*, v.24, fascículo 01, mar. 1964, p. 123-125. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

³²⁵ Frei João Batista nasceu na cidade de Franca (SP) em 13 de agosto de 1913 e ingressou na ordem dos padres dominicanos em 1931 na França. Em 1950, tomou posse como capelão da Vila Brasília Machado, após entendimentos com o Círculo Operário do Ipiranga, para a compra pelos dominicanos do terreno onde esse círculo mantinha uma capela improvisada, um armazém e uma casa que abrigava um consultório médico e um curso de alfabetização de adultos. Informações retiradas do livro: SANTOS, João Baptista Pereira dos. *Fim de um mundo aleluia*. São Paulo: Paulinas, 1984.

³²⁶ SANTOS, Frei João Batista. A Revolução de Cristo. In: *R.E.B.*, volume 24, fascículo 01, março de 1964, p. 123. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

³²⁷ SILVA, Dom Augusto Álvaro da. Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 207-208. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

³²⁸ *Ibidem*, p. 207.

Nessa mesma linha de pensamento, temos a declaração do Cardeal Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva. Vejamos:

O perigo está às portas, dizer-se-ia inevitável, iminente, talvez. Dizem vozes credenciadas que há presença de forças dirigidas pelo comunismo internacional nas altas funções administrativas do país; que a marcha dos comunistas e socialistas em direção ao governo se acelerou.³²⁹

E, dentre os diversos textos publicado pela revista, destacamos “Declarações da CNBB sobre a situação nacional”³³⁰, publicado na seção “Crônica Eclesiástica”, em junho de 1964, isto é, pouco depois do golpe:

Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades do materialismo, tão perniciosas que geram o próprio comunismo, e, sobretudo, enquanto o espírito sobrenatural autêntico não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas (...). Somos, por isso, pelas reformas que a hora presente exige, de acordo com o espírito cristão e a Doutrina Social da Igreja, que tantas vezes temos expendido(...). Não nos curvamos, porém, às injunções da política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso, silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça(...). Esperamos que os responsáveis pelos destinos temporais do Brasil aceitem, defendam e cumpram os princípios do Evangelho e as normas da Doutrina Social Cristã, não só porque esses princípios são os nossos, mas porque constituem a base fora da qual não há, nem poderá haver, ordem social, segurança, estabilidade e verdadeiro progresso.³³¹

A tônica da posição da CNBB é “restauração da ordem social, em base cristã e democrática”³³². Aqui aparece claramente uma questão importante: a convicção de que, passada a ameaça comunista, que supostamente pairava no governo Jango derrubado, era hora de voltar à normalidade cívica e política. Mas superar a ameaça comunista e, ao mesmo tempo, realizar uma volta da “democracia em bases cristãs” significava, concretamente, cumprir parte da agenda comunista, fazendo reformas de acordo com a Doutrina Social da Igreja. No mesmo fascículo de junho de 1964, nos deparamos com o texto “A Revolução de Abril e as comprovantes da subversão comunista”³³³, no qual se evidencia que a *R.E.B.* elogiava e justificava a ação dos militares e dos demais setores conservadores da sociedade da época, em prol da ordem, da Igreja e da tradição:

Era por demais evidente a linha comunizante do governo do Sr. João Goulart que, através de fatos como o reatamento das relações com a Rússia, a unificação de todos os trabalhadores do país obedecendo ao CGT, este com atuação política, mais que sindical, a desmoralização crescente das Forças Armadas e a iminente legalização do Partido Comunista, pretendia levar o Brasil para uma República Sindicalista, caudatária do imperialismo soviético. Mas contra este plano de comunicação levantaram-se a Igreja, a imprensa nacional e o Exército. No Rio, Dom Jaime quase que semanalmente denunciava as tramas vermelhas e concitava os brasileiros a formarem “um bloco único de resistência” e ficarem a postos, prontos para repelirem

³²⁹*Ibidem*, p. 207-208.

³³⁰CNBB. Declarações da CNBB sobre a situação nacional. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 491-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

³³¹*Ibidem*, p. 492-493.

³³²*Ibidem*, p. 492.

³³³KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A Revolução de Abril e as comprovantes da subversão comunista. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 493-495. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

qualquer investida dos inimigos da Pátria e da Religião. Igualmente mobilizada se encontrava a imprensa nacional e num editorial de primeira página de *O Globo*, em que se denunciava a sistemática entrega do Brasil ao comunismo pelas autoridades brasileiras, ouvia-se a voz de alerta levantada pela maioria dos jornais nacionais. “Basta de entregar o Brasil ao comunismo” – protestava o referido jornal e continuava: “O Governo já não pode mais reagir, pois se deixou comprometer com a política de penetração dos comunistas e entregou o Brasil aos seus piores inimigos”. Por outro lado, a audácia dos comunistas apresentava-se sempre mais crescente e através de pressões sobre o Governo Federal seus elementos foram tomando postos-chaves na administração do País e nas Forças Armadas. E denunciavam os Ministros Militares a crescente infiltração do Exército. Houve, segundo a tática comunista de dois passos a frente, um para trás, progressão consciente e planejada na audaciosa operação de comunizar o país. Fato decisivo na formação dos blocos antagônicos, foi o comício-monstro pró-reformas realizado no Rio, no dia 13 de março, onde compareceram cerca de 120 mil pessoas para exigir do presidente da República a legalização do Partido Comunista, o voto do analfabeto e outras reivindicações comunistas. Nesta mesma ocasião assinou o Presidente o decreto da SUPRA e a Emancipação das refinarias particulares. Mas o pavio do grande barril de pólvora que fez explodir os sentimentos cívicos da nacionalidade, e principalmente das Forças Armadas, foi a revolta dos Marinheiros na Quinta-Feira Santa, que culminou com a exoneração do então Ministro da Marinha Almirante Silvio Mota. Conforme palavras do General Mourão Filho: “Os militares já não suportavam a vergonha de sustentar e manter um governo que dava cobertura à indisciplina”. E nas palavras do mesmo General: “O último ato de afronta à democracia foi o comício realizado no dia 31 de março no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, quando o Presidente jogou fora a Constituição e rompeu o que ainda restava de respeito à lei, à ordem e a disciplina nas Forças Armadas”. Na mesma noite o General Mourão Filho mobilizava suas tropas sediadas em Juiz de Fora e no dia seguinte distribuía manifesto à nação, no qual acusava o governo de dar apoio oficial aos comunistas e concitava “a todos os brasileiros e militares esclarecidos a salvarem o Brasil e a deporem o Presidente da República que não mais merece ser havido como guardião da Lei Magna”. (...) No mesmo dia ainda, membros destacados do Alto Comando do Exército, entre os quais o atual Presidente da República e o atual Ministro da Guerra, Marechal Castelo Branco e General Costa e Silva respectivamente, também distribuíram manifesto em que diziam que “a Pátria não podia mais assistir impassível a esta trágica derrocada das próprias instituições democráticas, sendo que era o próprio Presidente da República quem incitava à indisciplina e oferecia plena cobertura a motins desencadeados sob a orientação de comunistas conhecidos”. 48 horas depois a revolução era vitoriosa, tendo o Supremo Comando explicado à Nação que a ação militar visava “conter o avanço comunista e moralizar a vida pública nacional”. Logo após ser declarada a vitória, começaram as devassas e notável foi o material subversivo que veio comprovar as denúncias da acelerada comunização a que estava sendo levada a Nação.³³⁴

Ainda na seção “Crônica Eclesiástica”, de junho de 1964, nos deparamos com um texto a respeito das “Marchas da Família, com Deus e pela Liberdade”. Nele, apoia-se a Marcha e principalmente o golpe de Estado de 1964 ocorrido pouco depois. Vejamos:

Por todo o Brasil as Marchas foram promovidas, sempre dentro do espírito que orientou a primeira: de repúdio ao comunismo, de alerta às autoridades constituídas e de defesa e profissão de fé democrática e cristã. Estas Marchas tiveram o benéfico efeito de patentear aos chefes militares onde estavam os desejos do povo e serviram de estímulo e garantia para a decisão por eles tomada dias depois de depor o Presidente que já não encontrava eco e crédito na maioria do povo brasileiro.³³⁵

³³⁴ *Idem.*

³³⁵ KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Marchas da família com Deus pela liberdade. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

O fascículo da *R.E.B.*, de junho de 1964, é um testemunho importante sobre as diferenças e talvez tensões políticas existentes dentro da Igreja em relação à conjuntura política do Brasil pós-golpe; pois enquanto a CNBB já recomendava a “restauração da ordem social, em base cristã e democrática”³³⁶, os editores da revista construíram uma concatenada narrativa histórica sobre os principais “fatos” que testemunhavam o perfil “comunizante” do governo Jango e que autorizava e justificava o golpe de Estado que o derrubou.

Na conjuntura que antecedeu o golpe, Codato e Oliveira³³⁷ observavam que o país experimentava, sem possibilidade de retorno, os efeitos de polarização ideológica que havia oposto, em todo período, o liberalismo conservador ao reformismo nacionalista. Essa polarização chegou ao ápice em março: o Comício da Central do Brasil; a Marcha da Família; a Rebelião dos Marinheiros; a reunião no Automóvel Clube; e, como conclusão desse momento de crise, no dia 31, a manobra liderada pelo general Olímpio Mourão Filho cerra o destino do governo de Jango.

Portanto, a *R.E.B.* colocava-se ao lado do grupo mais conservador da Igreja, formando um bloco de resistência ao comunismo, sendo um dos seus líderes o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara. Deste modo:

No Rio, Dom Jaime quase que semanalmente denunciava as tramas vermelhas e concitava os brasileiros a formarem um bloco único de resistência e ficarem a postos, prontos para repelirem qualquer investida dos inimigos da pátria e da religião.³³⁸

Em 31 de março, as tropas militares lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho saíram de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro e desencadearam o golpe de 1964.³³⁹ Como Delgado³⁴⁰, acreditamos que os responsáveis pela deposição de Goulart foram os militares, respaldados por apoio internacional e em parceria com partidos políticos e segmentos da sociedade civil, que se opunham à opção política do presidente e de seus aliados históricos.³⁴¹ Nesse sentido, destacamos o apoio da *R.E.B.* ao movimento político-militar de 1964.

³³⁶CNBB. Declarações da CNBB sobre a situação nacional. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 492-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

³³⁷CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. *Revista Brasileira de História*, vol.24, n.47, 2004, p. 271-302.

³³⁸KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A Revolução de Abril e as comprovantes da subversão comunista. In: *R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p.495. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

³³⁹Portanto, ao completarmos 50 anos desse movimento político que rompeu com a ordem constitucional, recomendamos a leitura do artigo de Lucília Delgado, no qual a autora faz uma análise sobre as diferentes interpretações referentes à trajetória política de Jango, à crise institucional de 1960 e um balanço historiográfico sobre o golpe político de 1964. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.” *Revista Tempo*, n. 28, 2009, p. 125-145. Além disso, recomendando a leitura da obra de Carlos Fico por ser uma referência historiográfica do período estudado. Ver: FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

³⁴⁰DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.” *Revista Tempo*, n. 28, 2009, p. 125-145.

³⁴¹É importante ressaltar que existem diversas interpretações sobre o golpe de 1964, dentre as quais destacamos o pensamento de dois autores: Jacob Gorender e Carlos Fico. O primeiro considera o período supracitado como o ápice das lutas dos trabalhadores brasileiros durante o século XX. Deste modo, Gorender afirma que podemos compreender os anos de 1960-1964 como o apogeu da luta de classes, no qual se colocou em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos da força coercitiva do Estado e do direito de propriedade. Já o segundo enquadra-se em um novo ciclo produtivo. Fico discorda das teses conspiratórias de médio prazo sobre a deposição de Jango e insiste que o movimento golpista foi conduzido por lideranças importantes das forças armadas, sem maior planejamento anterior. Ver respectivamente: GORENDER, Jacob.

De acordo com Caio Navarro de Toledo³⁴², o golpe de 1964 significou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais defendidas por setores progressistas da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a democracia política de nosso país. No entanto, a revista não interpretava desta forma. Para a *R.E.B.*, o golpe não era “golpe”, mas “revolução”. Tampouco a revista lastimou o colapso da “democracia”, pois, ao que tudo indica, mais importante do que a ordem democrática, era “moralizar a vida pública nacional”. Para *R.E.B.*, ademais, não existia moralidade em tendências políticas “comunizantes”.

O governo golpista estava motivado a intervir na questão agrária, com o intuito de evitar que a população rural realizasse intervenções no campo. Em novembro de 1964, o Marechal Castelo Branco, um dos comandantes do golpe de 1964, promulgou a Lei nº 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra e que se constituiu como a primeira lei brasileira de reforma agrária.

E, ao pesquisarmos a *R.E.B.*, observamos uma ausência de artigos, documentos e comunicados a respeito dessa temática. Tendo em vista que a lei nº 4.504 foi promulgada em novembro de 1964, pesquisamos o fascículo de dezembro do mesmo ano aos que foram publicados em 1965.

Ao examinarmos a *R.E.B.* de dezembro de 1964, notamos um predomínio de textos concernentes a III sessão do Concílio Vaticano II. Em relação às publicações de março e junho de 1965, observamos uma preponderância de assuntos estritamente religiosos. Já o fascículo de setembro dedicou-se aos debates conciliares e o de dezembro tratou-se de um repertório geral das publicações de 1941 a 1965, elaborado pelo Padre Waldomiro Pires Martins, posto que no presente ano a revista completava o 25º aniversário e seria uma forma de reavivar a sua memória.

Por fim, a *R.E.B.* não manifestou-se sobre o Estatuto da Terra. E este pouco interesse em debater o novo documento legal contrastava nitidamente com o período anterior ao golpe de 1964, quando o periódico acompanhou e participou ativamente dos debates sobre a necessidade de uma reforma agrária. A nosso ver, a revista considerou dispensável pronunciar-se sobre o Estatuto, posto que a ameaça comunista fora extinta com a instauração de um regime de exceção em nosso país. Nesse sentido, o debate sobre a reforma agrária no periódico era caudatário de uma preocupação maior: evitar que o comunismo e os comunistas conquistassem os corações e as mentes dos fiéis.

Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

³⁴²TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 13-28.

CONCLUSÃO

Ao problematizarmos a Igreja Católica como uma instituição que se “move no tempo com uma lógica própria” e como um “Corpo Místico”, portador de uma verdade transcendente, reconhecemos, assim como Roberto Romano³⁴³, a sua capacidade e interesse de adequar-se às questões do seu tempo. Por tal razão, para o autor, a Igreja não pode ser interpretada exclusivamente como um instrumento ideológico do Estado, pois é uma instituição que estabelece alianças de cunho temporal, tendo em perspectiva a ideia de salvação espiritual do ser humano e os seus próprios interesses institucionais.

Ao percebermos os divergentes modelos de Igreja, identificamos concepções dissonantes sobre os meios de implementar a reforma agrária, copiosamente observados nos textos publicados na *Revista Eclesiástica Brasileira*. Tais embates intensificaram-se às vésperas do Concílio Vaticano II (1962-1965), pois o clima de maior tolerância com opiniões distintas instalava-se entre alguns leigos e clérigos brasileiros.

Observamos que Igreja não ficou indiferente em uma sociedade que se polarizou entre direita e esquerda, onde os movimentos sociais de ambos os lados cresciam e disputavam o poder de dirigir os destinos do país. Nessa conjuntura, a instituição católica temia perder os camponeses e passou a se envolver mais nas questões do meio rural, dando um incentivo maior aos Sindicatos Rurais e ao Serviço de Assistência Rural, cujo objetivo era diminuir a possível ascendência dos comunistas sobre a população rural brasileira.

Ao examinarmos nossa principal fonte: a *R.E.B.*, constatamos a sua postura a favor de uma providência imediata, com o intuito de sanar os conflitos no meio rural brasileiro. Entretanto, o periódico apoiava uma Reforma Agrária baseada na ordem pública e na paz, uma vez que contribuiria para a solução dos problemas que afligiam o país, tais como: êxodo rural; inflação; ameaça do comunismo e conflito entre grandes proprietários de terra e camponeses. A revista defendia um projeto dentro dos moldes capitalista – isto é, calcado na pequena propriedade familiar privada e não no controle estatal ou coletivo da terra.

Portanto, a reforma deveria ser um instrumento de modernização econômica e não de profundas transformações sociais. O escopo principal era manter a população no campo de maneira sustentável, com o intuito de conservar os valores tradicionais e, desta forma, o catolicismo permanecer com o seu espaço de liderança na zona rural garantido.

No que se refere ao golpe de 1964, destacamos o apoio da *R.E.B.* àquele movimento político-militar. Deste modo, a revista posicionou-se ao lado do grupo mais conservador da instituição católica, formando um bloco de resistência ao comunismo, “ para repelirem os inimigos da pátria .”

Posteriormente, as diferenças dentro da Igreja ficaram evidentes; pois enquanto a CNBB já recomendava a “restauração da ordem social, em base cristã e democrática”, os editores da revista construíram uma concatenada narrativa histórica sobre os principais “fatos” que testemunhavam o perfil “comunizante” do governo Jango e que autorizava e justificava o golpe de Estado que o derrubou.

Por fim, a revista mostrou-se a favor de uma reforma agrária imediata. Contudo, ao longo da pesquisa, constatamos que os pronunciamentos católicos sobre o Estatuto da Terra na *R.E.B.* ficaram muitíssimo aquém do debate sobre a necessidade de uma reforma agrária que se desenrolava no periódico antes do golpe de 1964. Assim, concluímos que, a *R.E.B.*, engajou-se no debate sobre a reforma agrária para defender o corpo místico e institucional da Igreja contra o que seus editores acreditavam ser um grande e perigoso inimigo: o comunismo.

³⁴³ROMANO, *Op. Cit.* 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes Primárias:

Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Campinas, v. 11, n. 06, nov.-dez. 1981 p. 1-52. Disponível em: <www.abrareformagraria.org> Acesso em: 21 abr. 2014.

Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Consultar: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>> Acesso em: 19 abr. 2014.

Discurso do Presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964:

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 283-291.

Documentos da CNBB:

ENGELKE, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (MG – 10/09/1950) *In*: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. **Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais).** São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 43-53.

COSTA, Dom João Portocarrero; DANTAS, Dom Marcolino e DELGADO, Dom José. “Problema Rural” (Natal, 1951). *In*: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. **Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais).** São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 54-67.

Encíclicas Papais:

Rerum Novarum (1891)

<www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

Quadragesimo Anno (1931)

<www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19310515_quadrag-esimo-anno_po.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

Mater et Magistra(1961)<www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 28 jan. 2014.

Pacem in Terris (1963) <www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals> Acesso em: 29 jan. 2014.

Estatuto da Terra:

O estatuto encontra-se no seguinte site:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>> Acesso em: 07 dez. 2013.

I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas:

Revista Estudos Sociais, v. 3, nº 12. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, abr.1962. Consultar Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), Laboratório de Pesquisa Social – IFCS-UFRJ. Cód. R- 205.

Projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (PTB-SP): Publicado no **Diário do Congresso**, em 14 de maio de 1954. Consultar o seguinte sítio eletrônico:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAI1954.pdf#page%3D2671>> Acesso em: 17 abr. 2014.

Sítios eletrônicos utilizados para a pesquisa:

Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP:

<http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao_catolica_brasileira.html> Acesso em: 10 dez.2014.

Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas:

<<http://www.fgv.br/cpdoc>> Acesso em: 06 ago. 2014.

Sites relacionados à história da Igreja Católica:

<<http://cleofas.com.br/historia-da-igreja-de-leao-xiii-a-pio-xii-1878-1939/>> Acesso em: 10 dez. 2014.

<www.franciscanos.org.br> Acesso em: 26 ago. 2014.

<<http://www.diocesedacampanha.org.br/portal/a-diocese/os-antigos-bispos-e-administradores/76.html>> Acesso em: 06 ago. 2014.

Periódico: Revista Eclesiástica Brasileira

Volume 01 e do volume 10 ao 25, correspondentes aos anos de 1941 e 1950 a 1965, pesquisados na Biblioteca Nacional.

BORGMEIER, Frei Thomas. Revista Eclesiástica Brasileira. *In: R.E.B.*, v. 01, fascículo 01, mar.-jun. 1941, p. 01-03. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2- 134, 01, 01.

BORGMEIER, Frei Thomas. Pareceres sobre a *Revista Eclesiástica Brasileira*. *In: R.E.B.*, v.1, fascículo 03, set. 1941, p. 573-574. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 02.

Papa Pio XII. Discurso do Santo Padre sobre a Missão Educadora da Radiofusão. *In: R.E.B.*, v. 10, fascículo 03, set. 1950, p. 718-720. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01,20.

ROSSI, Dom Agnelo. Dez anos da Revista Eclesiástica Brasileira. *In: R.E.B.*, v. 11, fascículo 02, jun. 1951, p. 225-231. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-134, 01, 21.

Papa Pio XII. No 60º aniversário da *Rerum Novarum*. *In: R.E.B.*, v.11, fascículo 03, set.1951, p. 726. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 01.

Papa Pio XII. Congresso Católico Internacional da Vida Rural. *In: R.E.B.*, v.11, fascículo 03, set. 1951, p. 741-743. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 01.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Primeira Semana Rural do Clero Paulista. *In: R.E.B.*, v. 12, fascículo 03, set. 1952, p. 715-716. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 03.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A reunião dos arcebispos do Brasil no Rio de Janeiro. *In: R.E.B.*, v.12, fascículo 04, dez. 1952, p. 990-991. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01,03.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Revista Eclesiástica Brasileira. *In: R.E.B.*, v. 13, fascículo 01, mar. 1953, p. 126-128. Biblioteca Nacional (BN), cód.2-135, 01, 04.

Papa Pio XII. Radiomensagem do Sumo Pontífice para a inauguração da Rádio Católica de Sutatenza (Colômbia). *In: R.E.B.*, v. 13, fascículo 02, jun.1953, p. 479-481. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 05.

BONFIM, Frei Gil. Pregai por sobre os telhados. *In: R.E.B.*, v.15, fascículo 02, jun. 1955, p. 408-415. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 12.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Crescente interesse pelos problemas rurais. *In: R.E.B.*, v. 16, fascículo 01, mar.1956, p.247. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 15.

CNBB. O encontro dos bispos do Nordeste, em Campina Grande. *In: R.E.B.*, v.16, fascículo 02, jun.1956, p. 503-504. Biblioteca nacional (BN), cód. 2-135, 01,16.

SOUSA, Monsenhor Silvano de. A situação do clero no Brasil. *In: R.E.B.*, v. 16, fascículo 03, set. 1956, p. 561-568. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Conclusões e indicações da I Semana Ruralista do Seminário de Viamão, R.S. *In: R.E.B.*, v. 16, fascículo 03, set.1956, p. 663-668. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01,17.

SILVA, Padre Cornélio da. Orientações pontifícias sobre a questão rural. *In: R.E.B.*, v.16, fascículo 04, dez. 1956, p. 831-840. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2- 135, 01, 18.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Educação rural pelas escolas radiofônicas. *In: R.E.B.*, v.18, fascículo 04, dez. 1958, p. 1095-1096. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01, 24.

CNBB. Segundo Encontro dos Bispos do Nordeste. *In: R.E.B.*, v.19, fascículo 02, jun. 1959, p. 461-462. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-135, 01,25

Frei Celso (SP). Líderes para a revisão agrária. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 01, mar. 1961, p. 136-137. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 01.

GOMES, Dom Fernando. Reforma Agrária. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 02, jun.1961, p. 389-399. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,01.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Escolas Radiofônicas para Educação de Base. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 02, jun. 1961, p. 496-497. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 01.

DALE, Frei Romeu. A Igreja Católica às vésperas do Concílio. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 593-600. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

Papa João XXIII. Encíclica Social *Mater et Magistra*. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 734-773. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Repercussão da Encíclica *Mater et Magistra*. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 778-779. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

MORAIS, Dom Antônio. A ofensiva das Ligas Camponesas. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 779-780. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Frente Agrária do Paraná. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 03, set. 1961, p. 780-781. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

CÂMARA, Dom Jaime de Barros. MOTTA, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos. SILVA, Dom Augusto Álvaro da. SALGADO, Dom José de Medeiros. GOMES, Dom Fernando. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 950-953. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

DIDONET, Monsenhor Frederico. Ainda a hierarquia de valores. *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 959-961. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Revista Eclesiástica Brasileira (*Incunabile*, Periódico Sacerdotal. Salamanca, jul.-ago. 1961, p. 02). *In: R.E.B.*, v. 21, fascículo 04, dez. 1961, p. 968. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 02.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. 1962: Ano do XXI Concílio Ecumênico. *In: R.E.B.*, v. 22, fascículo 01, mar. 1962, p. 03-05. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 03.

Papa João XXIII. Constituição Apostólica *Humanae Salutis*. *In: R.E.B.*, v. 22, fascículo 01, mar. 1962, p. 217-221. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 03.

SCHERER, Dom Vicente. Nossos problemas agrários e rurais. *In: R.E.B.*, v. 22, fascículo 01, mar. 1962, p. 234-236. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 03.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A força das nossas frentes agrárias. *In: R.E.B.*, v. 22, fascículo 03, set. 1962, p. 752-753. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 04.

CNBB. I Semana Rural de Minas e do Espírito Santo. *In: R.E.B.*, v. 23, fascículo 01, mar. 1963, p. 221-222. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 05.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. *Pacem in Terris*. *In: R.E.B.*, v. 23, fascículo 02, jun. 1963, p. 290-332. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 05.

GOULART, João. O presidente da República sobre a *Pacem in Terris*. *In: R.E.B.*, v. 23, fascículo 02, jun. 1963, p. 496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 05

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. O 'Movimento de Natal' encarna uma solução para o nordeste brasileiro. *In: R.E.B.*, v. 23, fascículo 03, set. 1963, p. 781-783. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 06.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Dioceses do Paraná fazem Reforma Agrária. *In: R.E.B.*, v.23, fascículo 03, set. 1963, p. 790. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,06.

SANTOS, Frei João Batista. A Revolução de Cristo. *In: R.E.B.*, v.24, fascículo 01, mar. 1964, p. 123-125. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Plano Piloto. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 213. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

SILVA, Dom Augusto Álvaro da. Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 01, mar. 1964, p. 207-208. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,07.

CNBB. Declarações da CNBB sobre a situação nacional. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 491-493. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A Revolução de Abril e as comprovantes da subversão comunista. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 493-495. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Marchas da família com Deus pela liberdade. *In: R.E.B.*, v. 24, fascículo 02, jun. 1964, p. 496. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 07.

ROSSI, Dom Agnelo. 25º ano da Revista Eclesiástica Brasileira. *In: R.E.B.*, v. 25, fascículo 01, mar. 1965, p. 03-05. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01, 09.

MARTINS, Waldomiro Pires. Fastos Jubilares. *In: R.E.B.*, v. 25, fascículo 04, dez.1965, p. 863-871. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,11.

Bibliografia:

AUED, Bernadete W. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-1964)**. Florianópolis: UFSC, 1986.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2009.

BEOZZO, José Oscar. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Paulinas, 1985.

BRANCO, Carlos Castelo. **Introdução a Revolução de 1964**. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CARVALHO, Maria Araújo Duarte de; PEIXOTO, Maria José Teixeira; PAIVA, Marlúcia Menezes de; AMMANN, Safira Bezerra; CORREA, Zelia Faria (orgs.). **Escolas Radiofônicas de Natal: Uma história construída por muitos (1958-1966)**. Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

COSTA, Luiz Flavio de Carvalho (org.). **O Congresso nacional camponês: Trabalhadores rurais no processo político brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda e Editora da UFRRJ (Edur), 2010.

COSTA, Marcelo Timotheo. **Um Itinerário no século: mudanças, disciplinas e ação em Alceu Amoroso Lima**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu Longe Demais: A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin. **A propriedade no Direito Ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: A revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar, 1987.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____, José de Souza. **O poder do atraso: Ensaio da sociologia da História lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MAYER, Dom Antonio de Castro; SIGAUD; OLIVEIRA. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. São Paulo: Vera Cruz, 1961.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

_____, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2014.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

RAMOS, Severino. **Marcado para morrer: A saga das Ligas Camponesas de Sapé e a morte de seu líder**. João Pessoa: Civilização Brasileira, 1989.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SANTOS, João Baptista Pereira dos. **Fim de um mundo aleluia**. São Paulo: Paulinas, 1984.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Alexandra de Melo e. **A política externa de JK: a operação Pan-Americana**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil (volume 3). Programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil (volume 4). História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Teses, Dissertações e Artigos:

AMADO, Janaina. “Eu Quero Ser Uma Pessoa: revolta camponesa e política no Brasil”. **Resgate**, n. 5. Centro de Memória da Unicamp, Campinas, 1993, p. 47-59.

BARROS, José D’Assunção. “História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço”. **Revista Mouseion**, volume 3, n. 5, jan.-jul./2009, p. 35-67.

BENEVIDES, Maria Victoria. “O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento” In GOMES, Ângela de Castro (org.) **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 21-38.

BRUMER, Anita. **Sindicalismo e participação dos agricultores em sindicato, em Candelária, Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Dissertação de Mestrado), 1971.

BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, número 05, novembro de 1995, p. 05-31.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. **Revista Brasileira de História**, vol.24, n.47, 2004, p. 271-302.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

_____, Lucília de Almeida Neves. “O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.” **Revista Tempo**, n. 28, 2009, p. 125-145.

DIESEL, Viven. **A construção das recomendações no planejamento do desenvolvimento**. Belém: UFPA/NAEA, 1999. (Tese de doutorado).

ECKERT, Córdula. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

ESPÍNDOLA, Haruf; OSTERBEEK, Luiz. “Os desafios da gestão integrada do território” In: **Área Domeniu**. Governador Valadares-MG: Ed. UNIVALE, v. 3, 2008, p. 19-36.

ESTEVEES, Carlos L.S. **Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) – uma resistência ampliada.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, Niterói, 2007.

FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961” *In*: FERREIRA, Jorge(org.). **O Brasil Republicano(volume03).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 303-341.

FILHO, Daniel Aarão Reis. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. *In*: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 321-377.

LUCA, Tânia Regina. “A história dos, nos e por meio dos periódicos” *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MARQUES, Gilberto S. “SPVEA: O estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966)” *In*: **Revista Soc. Brasileira Economia Política.** São Paulo, nº 34, fevereiro de 2013, p. 163-198.

MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” *In*: PAIVA, Vanilda (org.) **Igreja e questão agrária.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução” *In*: FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano (volume 03).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-271.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. **Revista Brasileira de História,** volume 18, n. 35, 1998, p. 329-360.

_____, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural” *In*: FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano (volume 03).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 157-194.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares.* Tradução: Yara AunKhoury. Apud: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).** São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Ana Luiza Martins Camargo de. **Revistas em revista. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1890-1922).** Doutorado, FFCL-USP, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e os movimentos sociais. *In*: **Perspectiva Geográfica.** Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, 2007, nº 3, p. 7-28.

PAULA, Dilma Andrade de. “A Comissão do Vale do São Francisco: Planejamento e Política Pública nas décadas de 1940-1950”. **Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder,** realizado na Universidade de Sergipe, em outubro de 2010, p. 01-15.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio.” **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n. 3, 1989, p. 03-15.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte, Esperança da Vida: A história das Ligas Camponesas na Paraíba**. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 2000.

RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n.44, 2002, p. 463-488.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade- UFRGS, 1994, p. 105-136.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica”. **Vitória: Revista do Departamento de História da UFES**, 1998, p. 01-32.

SOUZA, Claudia Moraes. “Vida e Trabalho no Mundo Rural: Trabalhadores do Movimento de Educação de Base (1961-1964)” *In*: **Revista Mundos do Trabalho**, volume 2, n. 3, janeiro-julho de 2010, p. 281-306.

TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 13-28.